

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação em Urbanismo
(Mestrado)

PROJETOS URBANOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO (1993-2000)
Henrique Gaspar Barandier

2003

PROJETOS URBANOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO (1993-2000)

Henrique Gaspar Barandier

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Orientador: Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado

Co-orientador: Prof. Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira

Rio de Janeiro

Julho de 2003

PROJETOS URBANOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO (1993-2000)

Henrique Gaspar Barandier

Orientador: Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado

Prof. Guilherme Lassance

Prof. Rachel Coutinho Marques da Silva

Prof. Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira

Rio de Janeiro
Julho de 2003

Barandier, Henrique Gaspar

Projetos Urbanos na Área Central do Rio de Janeiro (1993-2000)/ Henrique Gaspar Barandier. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2003.

Ix, 145f.:il; 29,7cm.

Orientador: Denise Barcellos Pinheiro Machado

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ FAU/ Programa de Pós-graduação em Urbanismo, 2003.

Referências Bibliográficas: f. 126-132.

1. Projetos Urbanos. 2. Área Central. 3. Rio de Janeiro. I. Pinheiro Machado, Denise. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo. III. Título.

Para Milena

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria da Paz e Antonio Carlos, pelo apoio e carinho constantes que sempre dedicam a mim, mas que durante todo o desenvolvimento deste trabalho mostraram-se particularmente importantes.

À minha orientadora, Denise Pinheiro Machado, com quem tenho sempre muito prazer de trabalhar.

À minha co-orientador, Sônia Le Cocq, que em alguns momentos participou de maneira decisiva na elaboração do trabalho com suas críticas e recomendações.

À equipe de pesquisadores do LAPU, que me apoiaram em diversas fases da pesquisa.

A Adriana Moreira, com quem pude trocar algumas angústias ao longo do percurso.

A Milena, minha esposa.

Agradeço ainda:

À CAPES que durante boa parte do período de desenvolvimento do trabalho financiou a bolsa de mestrado que recebi, representando importante auxílio.

Ao CNPq que apoia financeiramente projetos de pesquisa desenvolvidos no LAPU/PROURB, alguns dos quais participei como bolsista antes do início do mestrado, que ofereceram muitos subsídios para este trabalho.

RESUMO

PROJETOS URBANOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO (1993-2000)

Henrique Gaspar Barandier

Orientador: Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos para obtenção do título do Mestre em Urbanismo.

Este trabalho analisa um conjunto de intervenções urbanas propostas para a área central do Rio de Janeiro entre os anos 1993 e 2000, destacando o papel dos projetos urbanos na política urbana municipal do período. Para tanto, num primeiro momento, são estudados as origens, conceitos e métodos próprios do projeto urbano enquanto prática de intervenção na cidade contemporânea.

A análise dos projetos selecionados é feita a partir de categorias constituintes do projeto urbano como: temas, escalas e programa. Pretende-se assim, através da identificação de intenções, abrangências espaciais e viabilidade dos mesmos, contribuir para a compreensão dos limites e possibilidades do projeto urbano no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Projetos Urbanos; Área Central; Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

Julho de 2003

ABSTRACT

URBAN PROJECTS IN THE CENTRAL AREA OF RIO DE JANEIRO (1993 – 2000)

Henrique Gaspar Barandier

Orientador: Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos para obtenção do título do Mestre em Urbanismo.

This project analyses a collection of urban interventions proposed for the central area of Rio de Janeiro between 1993 and 2000, detaching the urban projects role in the city's urban politics during that period. In order to achieve it, the urban project peculiar origins, concepts and methods are availed initially, as acts of intervention in the contemporary city.

The analysis of the selected projects is made from component categories of the urban project, such as: themes, scales and programs. It is intended, through identification of intentions, spatial encompassment and its viabilities, to contribute for the comprehension of limits and possibilities of the Rio de Janeiro's urban project.

Key words: Urban Projects; Central Area; Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Julho de 2003

SUMÁRIO

Introdução.....	Pág. 01
1. Capítulo 1 – ORIGENS E CONCEITOS DO PROJETO URBANO E O CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	Pág. 07
1.1. Origens do projeto urbano.....	Pág. 09
1.2. Conceitos associados à noção de projeto urbano.....	Pág. 14
1.2.1. Forma urbana e projetos urbanos.....	Pág. 15
1.2.2. Os temas do projeto urbano.....	Pág. 19
1.2.3. A escala nos projetos urbanos.....	Pág. 21
1.2.4. O programa nos projetos urbanos.....	Pág. 23
1.3. Os projetos urbanos e o contexto de transformações sociais, políticas e econômicas e das últimas décadas.....	Pág. 24
2. Capítulo 2 – A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO DISCURSO SOBRE A CIDADE NOS ANOS 1990 NO RIO DE JANEIRO.....	Pág. 32
2.1. A emergência de um novo discurso sobre a cidade no Rio de Janeiro: algumas questões preliminares.....	Pág. 34
2.2. Os Planos Diretor e Estratégico do Rio de Janeiro: dois modelos urbanísticos em discussão nos anos 1990.....	Pág. 39
2.3. Publicização e consolidação de um novo discurso sobre a cidade no Rio de Janeiro.....	Pág. 45
2.3.1. A importância dos Programas Rio Cidade e Favela Bairro.....	Pág. 53
2.3.2. A importância dos projetos para a área central	Pág. 57
3. Capítulo 3 – A ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRICO DE INTERVENÇÕES URBANAS NO SÉCULO XX E DEFINIÇÃO DE SEUS LIMITES.....	Pág. 61
3.1. Intervenções urbanas na área central do Rio de Janeiro no século XX...	Pág. 61
3.2. Os limites da área central do Rio de Janeiro.....	Pág. 75
4. Capítulo 4 – ANÁLISE E CRÍTICA DOS PROJETOS URBANOS PARA A ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1993-2000.....	Pág. 80
4.1. Identificação dos projetos urbanos para a área central do Rio de Janeiro no período 1993-2000.....	Pág. 80
4.2. Análise do conjunto dos projetos urbanos identificados.....	Pág. 115
Conclusão.....	Pág. 129
Bibliografia.....	Pág. 135

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa um conjunto de intervenções urbanas propostas para a área central do Rio de Janeiro entre os anos 1993 e 2000, destacando o papel dos projetos urbanos na política urbana municipal do período. Para tanto, num primeiro momento, são estudados as origens, conceitos e métodos próprios do projeto urbano enquanto prática de intervenção na cidade contemporânea. Em seguida, é examinado o contexto dos anos 1990 em que, na cidade do Rio de Janeiro, se busca constituir uma prática de projetos urbanos.

A emergência do projeto urbano como padrão de intervenção sobre o espaço urbano se dá em alguns países, sobretudo a partir dos anos 1970, em função de críticas ao urbanismo modernista-funcionalista, tido como modo de planejamento ineficaz diante da complexidade da cidade contemporânea. Paralelamente, observa-se um novo panorama internacional caracterizado pelo rearranjo da economia mundial e a redefinição do papel do Estado, que, contrariando algumas previsões, vem reforçando a posição de centralidade das grandes metrópoles e exigindo que as administrações municipais busquem estabelecer novas formas de gestão da cidade.

No Brasil, tais questões começam a revelarem-se importantes ao longo da década de 1980, ganhando maior ênfase após a promulgação da Constituição de 1988, que transferiu diversas atribuições, anteriormente centralizadas, para as administrações municipais. Consequentemente, inicia-se uma fase de fortalecimento dos governos locais, principalmente das grandes cidades, colocando-os como protagonistas na condução de políticas públicas, com destaque para a política urbana. Paralelamente, a ampla abertura da economia brasileira verificada na década de 1990, justificada sob a égide da globalização, configura um pano de fundo do período, importante para se compreender a redefinição do quadro de atribuições das administrações municipais, que, no âmbito das políticas urbanas, em muitos casos, vêm lançando mão de projetos urbanísticos como instrumentos para o desenvolvimento local.

À medida em que a adoção de novas formas de intervenção espacial começam a adquirir grande destaque no planejamento urbano, deixando de serem apenas as tradicionais obras públicas para se tornarem, muitas vezes, a síntese de projetos de cidade, faz-se necessário refletir teoricamente sobre essas práticas, bem como analisar as experiências realizadas ou em curso e o papel desempenhado pelo projeto urbano nas cidades brasileiras.

Alguns autores nacionais já vêm se dedicando ao tema. Pinheiro Machado afirma que “a noção de projeto urbano está ligada à estratégia. É flexível, plural, e tem especial capacidade de

produzir símbolos urbanos (...) Embora (os projetos urbanos) atuem em fragmentos da cidade, isto não significa que a 'estratégia urbana' conceba a cidade pontualmente" (Pinheiro Machado: 2002, p.54). Campos e Somekh caracterizam os projetos urbanos como sendo "iniciativas de renovação urbana concentradas em determinados setores da cidade, combinando agentes públicos e privados, cujos investimentos e intervenções seguem um plano urbanístico, podendo se apoiar no redesenho do espaço urbano e arquitetônico, em normas legais específicas e em novas articulações institucionais e formas de gestão" (Campos; Somekh: 2001, p.173). Vicentini adverte que "os paradigmas presentes nas grandes reformas urbanas contemporâneas em curso nas cidades mundiais não correspondem às possibilidades de investimento e renda da população da América Latina, resultando em assimilações incompletas de políticas de gestão urbana ou cenários mal acabados de projetos urbanos" (Vicentini: 2001, p.820).

Durante os anos 1990, os projetos urbanos ganharam grande ênfase na esfera do urbanismo no município do Rio de Janeiro. Foi amplamente difundida a adoção de critérios projetuais e de desenho nas propostas de intervenções sobre o espaço urbano, as quais passou-se a atribuir também um caráter estratégico para a recuperação da cidade que enfrentara uma profunda crise econômica na década anterior. Verifica-se que no município carioca, a partir de 1993, houve uma significativa mudança nos rumos da política urbana capitaneada pelo poder executivo. Tal mudança baseou-se fundamentalmente no esvaziamento do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro de 1992 como elemento condutor do planejamento urbano e na tentativa de incorporação da idéia do planejamento estratégico como um novo modelo para orientar o desenvolvimento da cidade. Observa-se, desde então, a formulação de um novo discurso sobre a cidade que preconiza algumas diretrizes, tais como: o combate à desordem urbana; o controle do espaço público; a inserção do Rio de Janeiro no cenário de competição internacional entre as grandes metrópoles; a realização de parcerias entre setores públicos e privados; uma postura pró-ativa da administração municipal em relação ao espaço urbano; etc. É neste quadro que o projeto urbano adquire relevância na experiência recente da cidade do Rio de Janeiro.

O estudo dos projetos propostos para a área central do Rio de Janeiro, aqui apresentado, justifica-se, fundamentalmente, pela importância desse espaço na estruturação da cidade e pela importância que as intervenções urbanas em áreas centrais assumiram nos últimos decênios, tendo em vista as realizações de outras cidades. Depois de algumas décadas de esvaziamento e deterioração, a preocupação com o retorno ao centro ganhou destaque recentemente. Tal fenômeno é verificado, principalmente a partir dos anos 1980, não só nas cidades brasileiras, mas também em outros países. Pode-se dizer, inclusive, que é justamente nas cidades européias e norte-americanas que se estabelece uma espécie de nova agenda

das cidades contemporâneas que incentiva os investimentos em áreas centrais, através de intervenções urbanas visando objetivos como: recuperação de sítios históricos; reabilitação de espaços construídos subutilizados; ocupação de vazios urbanos; requalificação de espaços públicos; revitalização de determinados trechos; construção de novos pólos empresariais, comerciais e de entretenimento; entre outros. Num cenário de competitividade entre cidades, as áreas centrais renovadas transformam-se em potenciais vantagens comparativas a serem utilizadas nas estratégias de marketing para atração de grandes eventos, empresas, turismo, etc.

No Rio de Janeiro, desde a década de 1980, já vinha se consolidando um processo de revitalização do centro, porém com um caráter muito mais preservacionista, tendo como fio condutor ações de recuperação de alguns conjuntos arquitetônicos, através de incentivos fiscais aos proprietários de imóveis situados em áreas de preservação. No início dos anos 1990, esse processo foi reforçado com muitos investimentos realizados pela prefeitura para melhorias do espaço público. Posteriormente, entretanto, os diversos projetos urbanos propostos para a área central indicaram novos cenários, caracterizados pelas intenções de implantação de grandes empreendimentos não apenas no centro principal e histórico da cidade, mas também nos bairros do seu entorno.

Um conjunto de mais de 10 projetos, de diferentes naturezas e abrangências, aparentemente articulados, revela, de certo modo, o que se desejava para o futuro do Centro do Rio no final da década de 1990. Mais do que apenas ações localizadas, esses projetos, tendo em vista o caráter emblemático da área central, buscavam a própria transformação da imagem da cidade, bem como atender às diretrizes estabelecidas pelo novo modelo de planejamento que se pretendia consolidar no período. Porém, a implementação de muitos desses projetos não se realizou efetivamente, ainda que tenham sido apresentados como estratégicos dentro de uma política de valorização da cidade.

Neste trabalho, através do estudo desse conjunto de projetos propostos para a área central durante os anos 1990, pretende-se contribuir para a compreensão dos limites e possibilidades do projeto urbano no Rio de Janeiro. A análise empreendida está estruturada a partir da identificação das principais características de cada projeto selecionado e em função de três categorias – “tema”; “escala” e “programa”. Deste modo, busca-se compreender as intenções, abrangências espaciais e viabilidade das propostas de intervenção, oferecendo subsídios para reflexões sobre o conjunto das ações. As categorias analíticas adotadas fazem parte de um rol de categorias trabalhadas teoricamente nas pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Projetos Urbanos do PROURB (LAPU/PROURB), tidas como “recorrentes e interligadas nos

projetos urbanos”. Além dessas aqui enfatizadas, outras são destacadas – “contexto; “tempo”; “composição”; “princípios/conceitos/discursos”; “metodologias” e “gestão/decisão” – e estudadas com o objetivo de permitirem a identificação de “pressupostos conceituais e teóricos, os conteúdos, os instrumentos utilizados” nos projetos urbanos (Pinheiro Machado: 1996, p.5).

O recorte temporal estabelecido para seleção dos projetos que compõem o conjunto analisado é o que compreende os anos de 1993 a 2000, correspondendo a dois mandatos da administração municipal que foram marcados pela continuidade programática e pela adoção da prática dos chamados projetos urbanos como elementos estruturantes da política urbana. Estão aí incluídas as administrações dos Prefeitos César Maia (1993 a 1996) e Luiz Paulo Conde (1997 a 2000). Ainda que a atual administração municipal, iniciada em 2001, também sob o comando do Prefeito do César Maia, não seja marcada por rupturas significativas, os eventuais projetos desta, por estar ainda em curso, não estarão aqui sendo enfocados. Entretanto, deve-se registrar que recorreu-se, sempre que necessário para ilustrar aspectos relevantes da pesquisa, a acontecimentos anteriores e até mesmo posteriores ao recorte temporal estabelecido.

A estrutura adotada para organização do trabalho aqui apresentado busca evidenciar que os projetos urbanos propostos para a área central do Rio de Janeiro na década de 1990 estão ancorados, por um lado, num debate teórico sobre o urbanismo e a gestão das cidades, por outro, resulta de uma posição política adotada pela administração municipal traduzida na construção de um discurso sobre a cidade. Essas duas entradas são investigadas no desenvolvimento do trabalho e, articuladas com uma compreensão do processo de formação da área central do Rio de Janeiro que ressalta a importância de diversas intervenções urbanísticas ao longo do século XX, contextualizam o conjunto de projetos selecionados na pesquisa e subsidiam sua análise.

Assim, o trabalho está organizado em quatro capítulos, precedidos desta introdução e consolidados na conclusão. São eles: 1) Origens e conceitos do projeto urbano e o contexto de transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas; 2) A construção de um novo discurso sobre a cidade nos anos 1990 no Rio de Janeiro; 3) A área central do Rio de Janeiro: histórico de intervenções urbanas no século XX e definição de seus limites; 4) Análise e crítica dos projetos urbanos para a área central do Rio de Janeiro no período 1993-2000.

O primeiro capítulo dedica-se ao entendimento da noção de projeto urbano. Para tanto, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica que pudesse identificar as origens e conceitos do projeto urbano. São articuladas reflexões de diversos autores, a maioria deles do próprio

campo da arquitetura e urbanismo, que ajudam a compreender o projeto urbano como um padrão de intervenção urbana próprio das últimas décadas do século XX. Em relação aos conceitos associados à noção de projeto urbano buscou-se identificar considerações dos autores pesquisados acerca das categorias analíticas adotadas. Complementando, analisa-se o contexto internacional de transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas, que confere proeminência ao projeto urbano nas políticas urbanas de diversas cidades e nas suas estratégias de inserção num mercado mundial de cidades.

O contexto específico da cidade do Rio de Janeiro, que evidencia como a questão do projeto urbano adquiriu grande importância no período 1993-2000, é abordado no segundo capítulo. Procura-se mostrar que, nesses anos, paralelamente aos diversos programas e projetos urbanísticos desenvolvidos pela prefeitura, buscou-se também se construir, difundir e consolidar um determinado discurso sobre a cidade que justifica e legitima as diversas ações propostas pela administração pública. O capítulo é subdividido em três partes, sendo analisados os seguintes aspectos: o modo como começou a ganhar contornos esse novo discurso oficial sobre a cidade; o embate entre os modelos urbanísticos do Plano Diretor e do Plano Estratégico na cidade do Rio de Janeiro; e, finalmente, a compreensão da importância de alguns projetos e eventos como veículos utilizados para publicizar e consolidar o novo discurso.

No terceiro capítulo é apresentada uma caracterização geral da área central do Rio de Janeiro, buscando por um lado compreender a sua formação e por outro trabalhar conceitualmente a noção de área central. No desenvolvimento do capítulo são destacados, numa visão histórica, alguns períodos durante o século XX em que foram realizadas importantes intervenções urbanísticas na área central. A compreensão desses períodos anteriores, ainda que através de uma análise sintética, faz-se necessária porque subsidia reflexões sobre o papel dos projetos propostos nos anos 1990. Cabe ressaltar que a história urbana do Rio de Janeiro revela que não é a primeira vez que são propostas transformações para a área central no seu conjunto através de ações sobre o espaço urbano, o que já está comentado em extensa bibliografia, sendo, entretanto, cada período de intervenções nesse trecho da cidade, fonte inesgotável de reflexões.

No quarto capítulo, são identificados e analisados os projetos urbanos propostos para a área central do Rio de Janeiro entre os anos 1993-2000. São selecionados 13 projetos, descritos individualmente e analisados no seu conjunto. A análise é subsidiada pelos argumentos trabalhados nos capítulos precedentes, recorrendo-se, particularmente aos conceitos associados à noção de projeto urbano trabalhados teoricamente no primeiro capítulo, e

orientada por algumas questões preliminarmente levantadas, tais como: Existe, de fato, uma articulação entre os projetos estudados como se sugere em documentos da Prefeitura? É possível apontar razões que expliquem por que a maioria dos grandes projetos urbanos propostos recentemente para a área central do Rio de Janeiro não foram implementados na sua totalidade? O que foi realizado indica que a opção de se pensar a ação urbanística a partir de projetos pontuais é adequada e deva ser aprimorada a partir da experiência acumulada em quase uma década no Rio de Janeiro? Em que medida esses grandes projetos se articulam, fortalecem ou negam o processo de requalificação do Centro do Rio de Janeiro observado a partir dos anos 1980?

As fontes de pesquisa¹ diferenciam-se de acordo com o propósito de cada capítulo, sendo melhor detalhadas no início de cada um. Destaca-se, entretanto, que o capítulo 1 foi estruturado a partir de textos de autores contemporâneos, na maioria europeus, que trabalham a noção de projeto urbano e o papel da cidade contemporânea. No segundo capítulo, com o objetivo de compreender elementos centrais do discurso construído para justificar a adoção de novos paradigmas na política urbana do Rio de Janeiro, analisou-se artigos dos prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde publicados na grande imprensa. Complementarmente foram analisados os Planos Diretor e Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, bem como relatórios de alguns eventos que contribuíram para difundir o discurso dos projetos urbanos e do planejamento estratégico. O terceiro capítulo tem com referência fontes secundárias amplamente conhecidas sobre a história urbana do Rio de Janeiro e de sua área central. No último capítulo, que identifica e analisa os projetos selecionados na pesquisa, são sistematizadas, através de um fichamento e de uma quadro síntese, informações extraídas de documentos de órgãos públicos municipais, ou livros publicados pela própria prefeitura, sobre os diversos projetos.

¹ Registra-se que as citações referentes a textos em língua estrangeira foram livremente traduzidas por este autor. Optou-se, sempre, privilegiando a fluidez da dissertação, incluir no trabalho apenas as traduções.

CAPÍTULO 1 – ORIGENS E CONCEITOS DO PROJETO URBANO E O CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Nas últimas décadas, o termo “projeto urbano” vem sendo utilizado para designar diferentes tipos de intervenção sobre a cidade. Se numa primeira abordagem o termo projeto urbano pode parecer estar associado a qualquer ação sobre a cidade, ou dizer respeito a um projeto arquitetônico de grandes dimensões, o seu estudo mais aprofundado remete à redefinição de paradigmas do urbanismo e à compreensão da cidade contemporânea. No *Dictionnaire de L’Urbanisme et de L’Aménagement* (Merlin et Choay: 2001, p. 677-679), os autores ressaltam que “o projeto urbano adquiriu, nos anos 1980, um novo estatuto nas intervenções sobre cidade.” A própria inclusão do verbete “projet urbain”, que não figurava na primeira edição dessa publicação, de 1988, indica a relevância obtida pelo termo nos últimos anos.

O termo projeto urbano, tal como vem sendo utilizado no Brasil, vem da tradução literal de *projet urbain*, cunhado na França, na década de 1970, num contexto de revisão de paradigmas para atuação na cidade contemporânea, tendo em vista suas problemáticas e demandas. Este debate, que estende-se até os dias atuais, não localiza-se especificamente na França, mas perpassa diversos países da Europa, Estados Unidos, e apresenta, mais recentemente, desdobramentos na América Latina e no Brasil. Na sua origem, estão as críticas à produção modernista e ao urbanismo funcionalista, elaboradas a partir dos anos 1950, mas sobretudo nos anos 1960 e 1970, não apenas no campo da arquitetura e do urbanismo, mas também em outras áreas do conhecimento.

No Brasil, observa-se que a década de 1990 foi marcada pela proposição e realização de projetos, de naturezas diversas, identificados como projetos urbanos e verificados em várias cidades, independentemente de coloração partidária das administrações locais. Porém pode se dizer que é ainda incipiente e reflexão teórica sobre o tema, sendo oportuno e necessário se trazer à tona questões que subsidiem o debate sobre os projetos urbanos no país.

Neste capítulo, buscou-se compreender, baseando-se em autores contemporâneos, as origens e conceitos do projeto urbano, com o objetivo de contextualizar, no debate internacional, a experiência recente do Rio de Janeiro, particularmente em relação aos

projetos para a área central, referência principal para análise neste trabalho. Parte-se do pressuposto de que o enunciado do projeto urbano influenciou fortemente os projetos elaborados pela administração municipal no período 1993-2000.

A revisão bibliográfica sobre o tema aborda dois aspectos principais. Um que trata da constituição da noção de projeto urbano no âmbito da própria teoria da arquitetura e do urbanismo e outro que estabelece relações entre o processo de rearranjo da economia mundial e redefinição do papel do Estado, verificado nas últimas décadas, com a emergência dos projetos urbanos.

O texto a seguir estrutura-se em três sub-itens. Os dois primeiros, “origens do projeto urbano”; e “conceitos associados à noção de projeto urbano” situam-se no primeiro grande aspecto abordado, tendo como eixo principal da análise a própria crítica ao modelo modernista-funcionalista. O último sub-item aborda questões acerca da relação entre “os projetos urbanos e o contexto de transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas”. Neste sentido, tal contexto é identificado como um pano de fundo que leva principalmente as administrações locais a buscarem novas formas de gestão do urbano. Busca-se, entretanto, apontar algumas críticas ao modo como projetos urbanos são, eventualmente, utilizados para pôr em prática políticas urbanas que combinam elementos tais como plano estratégico, marketing urbano e novas formas de exclusão espacial.

Metodologicamente, optou-se por se incorporar, neste capítulo teórico, diversas referências estudadas, a maioria delas situada no campo específico da arquitetura e urbanismo. Até mesmo pela contemporaneidade do tema, a bibliografia a que se teve acesso, quase sempre, caracteriza-se por pequenos artigos, capítulos de livros, entrevistas, etc. Deste modo, não pareceu oportuno centrar a análise em apenas um ou outro autor, mas sim traçar um panorama que pudesse articular diversas contribuições, tal como uma compilação sobre o tema dos projetos urbanos. A produção de mais longo tempo e mais continuada de autores europeus acaba se refletindo na organização do texto, o que, de algum modo, reforça a necessidade de, no Brasil, se aproximar teoricamente deste tema.

1.1 – Origens do projeto urbano

Os projetos urbanos contemporâneos começam a se constituir como prática recorrente, e também como objeto de reflexão teórica, nos anos 1970. Aparecem como alternativa ao modelo modernista-funcionalista, que naquele período já vinha sendo, há mais de uma década, amplamente criticado. Nos anos 1960, vários autores ocuparam-se da crítica ao funcionalismo (Rossi; Lynch; Jacobs; entre outros), buscando novos paradigmas para o urbanismo. Paralelamente, eram desenvolvidas algumas experiências pioneiras, como a de Bologna, na Itália, que pregava a participação dos cidadãos no projeto, ou as revitalizações de áreas portuárias desativadas nos Estados Unidos, trabalhando as articulações entre setores público e privado na implantação dos projetos. Tais iniciativas viriam a ser referências importantes para os projetos urbanos das décadas seguintes.

É interessante observar que, na Europa, a prática dos projetos urbanos e a formulação de seus princípios e conceitos se dão quase que concomitantemente, e muitos profissionais ocupam-se tanto de uma coisa como de outra. Mangin e Panerai dizem que esse é um processo de reconstrução de uma disciplina, no qual se busca a “reconstituição de um saber sobre a cidade, sobre a arquitetura e suas relações”, e que caracteriza-se por teoria e prática influenciarem-se mutuamente (Mangin e Panerai: 1999, s/n).

Devillers, quando explica a natureza específica do projeto urbano, diz que tanto o projeto urbano como o projeto de arquitetura utilizam-se do saber projetual, mas a grande diferença é que “o projeto de arquitetura é fundado sobre o pensamento da unidade, da unidade do lugar, do tempo e do conceito”. Por outro lado, “a cidade é um processo de produção coletiva com uma multiplicidade de atores que não podem ser controlados por um só pensamento” (Devillers: 1994, p.29-30).

É esta característica, da complexidade da cidade, que faz com que Ingallina chame atenção para a primeira dificuldade de compreensão da noção de projeto urbano. A autora mostra que, por um lado, a palavra “projeto” refere-se ao processo técnico próprio da competência do arquiteto, e por outro a palavra “urbano” diz respeito à cidade e portanto a múltiplas competências. “Esta dupla denominação de ‘projeto’ e de ‘urbano’ tem provocado uma certa ambigüidade da noção” (Ingallina:2001, p.5). Apesar das dificuldades apontadas pela autora, os projetos urbanos vêm se constituindo como

prática recorrente. Paralelamente, o arcabouço teórico do tema, baseado muitas vezes na análise de experiências concretas realizadas, também vem sendo incrementado.

Observa-se que à medida em que a crítica ao urbanismo modernista se solidifica, ocorre, quase que simultaneamente, a falência daquele modelo urbanístico, baseado na planificação totalizante, no zoneamento, na produção de grandes conjuntos monofuncionais e na renovação urbana, e a realização de experiências que, de algum modo, buscavam reverter a lógica predominante. Assim, a prática do projeto urbano começa a emergir justamente no momento em que a matriz modernista passa a ser amplamente questionada no campo do urbanismo, colocando-se em pauta novas demandas das cidades. Para Devillers, o aparecimento da noção de projeto urbano se dá nos anos 1970, quando verifica-se que “o problema não é mais de construir cidades novas, mas de requalificar a urbanização existente”, para o que os procedimentos do urbanismo funcionalista não eram apropriados (Devillers: 1994, p.12).

Solà-Morales, entretanto, diz que essa é uma “segunda história do projeto urbano”, pois, de acordo com sua argumentação, o projeto urbano surge nos anos 1920, em países como Holanda, Dinamarca, Espanha, etc, a partir da articulação das propostas da arquitetura moderna com projetos sociais. Os objetos de projeto situados na escala intermediária entre a arquitetura e o urbanismo mais importantes de então eram os bairros residenciais, a arquitetura do centro urbano e o traçado viário. Solà-Morales diz que “desde os princípios do século XX até os anos 30 existe uma vasta cultura do projeto urbano, que tem muitos pontos em comum com as idéias que hoje orientam o urbanismo mais comprometido”. Esta tradição, porém, foi rompida pela historiografia que tomou a história dos CIAM² como a história da arquitetura moderna (Solà-Morales: 1987, p.22).

Para compreender a origem do projeto urbano, Tsiomis o contrapõe ao antigo projeto de embelezamento para defini-lo como uma nova estratégia de reconquista da cidade, destacando que:

“o projeto urbano é uma qualificação espacial cuja transcrição se faz a partir de instrumentos próprios ao arquiteto-urbanista-paisagista, através de uma série de parâmetros aparentemente heteróclitos. Neste sentido, é também um procedimento, mas um procedimento heteróclito, na medida em que se baseia em diferentes parâmetros e busca alcançar diversos objetivos – regulamentares, estéticos, sociais, econômicos, de

² Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

gestão, etc. O projeto urbano não se realiza somente por meio de procedimentos administrativos, ele se concretiza através de procedimentos complexos.” (Tsiomis: 1996, p.25).

Ao tratar da questão da complexidade, Tsiomis coloca em debate os próprios métodos de planejamento urbano, introduzindo a crítica ao Movimento Moderno que propôs um novo método para controlar a cidade, baseado no seu conhecimento através de diferentes disciplinas, reivindicando o conhecimento total da cidade. O autor afirma que “a cidade nos escapa”, para afirmar, em seguida, que “o controle total da cidade é pois uma utopia e uma ilusão totalitária que impede a imaginação. Metodologicamente então, a partir da crítica ao Movimento Moderno, o que é novo é a necessidade de se articular conhecimentos para se dominar um destino em aberto” (Tsiomis: 1996, p.26). Assim, Tsiomis diz que é a partir da crítica dos princípios do Movimento Moderno que são reintroduzidos conceitos que se tornam temas operacionais do projeto urbano, caracterizando-o como: um urbanismo de correção; um urbanismo de articulação; um urbanismo de contexto; um urbanismo temático; um urbanismo de atores; um urbanismo que considera a duração do tempo; enfim trata-se de um urbanismo de articulação dos agentes econômicos e financeiros, um urbanismo de coordenação das ações públicas e privadas. (Tsiomis:1994, p.27).

Portas (1998) explica que “a expressão projeto urbano não é nova”, destacando três gerações de projetos urbanos. A primeira delas, surgida a partir das contribuições do *Team X*, visava “conotar projetos unitários de arquitetura de apreciável dimensão e complexidade que pretendiam configurar de forma exemplar, e para além dos seus limites físicos, o que deveria ser a cidade moderna”. Situada já no campo das críticas ao urbanismo funcionalista, o autor destaca que tal visão buscava “intervenções mais limitadas na dimensão, mas intensas na visibilidade e, talvez, exemplares na tipologia, desistindo assim da reforma integral e instantânea de toda a cidade”. A segunda geração de projetos urbanos identificada por Portas “tem lugar na sequência da ‘crise fiscal’ dos anos 70 em que, sempre nas cidades européias, as intervenções mais pontuais e agora municipais, baixam de escala, designam-se por ‘fragmentos’, mas conservam a marca da arquitetura de autor mesmo que surjam incorporadas nos tecidos pré-existentes”. Os princípios dessa segunda geração estão ligados à composição urbana associada às noções contextualistas de tipologia e morfologia. Os dois primeiros padrões de projetos urbanos teriam sido insuficientes na opinião do autor, apesar da qualidade de muitos projetos, “em face dos novos problemas que as cidades se confrontam crescentemente”.

A terceira geração de projetos urbanos estaria inserida numa revisão do próprio sistema de planejamento, visando responder à competitividade entre cidades e à necessidade de atração de capitais. Sendo assim, tais projetos não se distinguem mais “pela dimensão nem pela composição funcional das intervenções. Mantém, porém, um forte protagonismo dos arquitetos, agora acompanhado do cliente político enfatizado pela globalização midiática”. (Portas: 1998).

Ainda que a partir de pontos de vistas diferentes, verifica-se que a prática dos projetos urbanos, tal como tentamos compreendê-la na atualidade, é datada e aparece justamente com a crítica à experiência moderna, e a própria crise da modernidade. Mesmo que, como indica Solà-Morales, se trate de uma segunda história do projeto urbano e que tenha, eventualmente, vínculos com as realizações das primeiras décadas do século XX, o debate é pautado, sobretudo, pela compreensão da cidade contemporânea, particularmente das grandes metrópoles, e pela necessidade de se estabelecer novos métodos para o urbanismo.

As origens do projeto urbano remetem ao modo como se percebe e se apreende a cidade, que hoje passa por noções distintas das que norteavam os modernos. De acordo com Portas, “a cidade explodiu, a cidade é feita de bocados, partes, a cidade responde a segmentos da demanda, muito diferenciados e o mundo da Arquitetura não é mais o mundo do consenso. (...) A imagem que se dá à Carta de Atenas, de uma cidade toda coerente, mas baseada na expressão individual e pessoal do arquiteto autor, não é mais possível” (Portas: 1996, p.31).

A compreensão da cidade por partes, como um conjunto complexo e fragmentado, e a aceitação do caos como condição da cidade contemporânea parecem ser elementos pelos quais perpassa a constituição da noção do projeto urbano. Para Tsiomis, “a ‘nova’ modernidade é esta consciência da complexidade – complexidade das formas sociais e espaciais, de suas imbricações, complexidade da leitura das diferentes lógicas que produzem, pensam e analisam a cidade” (Tsiomis: 1996, p.26).

Neste sentido, a teoria do projeto urbano, se é que pode ser chamada desse modo, se estrutura a partir da recusa de modelos para a construção de uma cidade ideal visando também a configuração de uma sociedade ideal e, portanto, inatingível. E isto se dá no momento em que, como ensina Panerai, “a fé nas virtudes da planificação centralizada e do progresso técnico deu lugar à dúvida motivada pela constatação do excesso de

desvios e perversões de que eles se fizeram cúmplices” (Panerai: 1994). A crítica, assim, recai fortemente sobre o caráter utópico e pretensamente científico que marcou a produção modernista. E coloca o projeto urbano, que se dedica ao espaço urbano em termos concretos, como uma alternativa àquela condição demiúrgica da cidade modernista (Devillers: 1994, p. 13-14). Assim, o projeto urbano não teria mais como objeto uma cidade imaginária, mas sim a cidade real e para tanto deveria reunir condições para compreendê-la em suas partes, atuando sobre as mesmas de modo específico. Para Moscato, “o projeto urbano há de ser o instrumento que resolverá a contradição teórica entre o plano de conjunto e o urbanismo de fragmentos, mas sobretudo se constitui no modo real de construção da cidade” (Moscato: 1990, p.3).

Em texto publicado em 1983, quando a cidade de Barcelona, ainda nos primeiros anos após a queda do franquismo na Espanha e ascensão do Partido Socialista ao poder municipal, lançava as diretrizes urbanísticas que presidiriam as transformações experimentadas nas décadas de 1980 e 90, Bohigas, então diretor de urbanismo da municipalidade, elencou os principais pontos do que chamou de novo urbanismo. Reconhecendo que se estava ainda, na ocasião, em fase de experimentação desse novo urbanismo, Bohigas afirmava ter como perspectiva a reconstrução da cidade, “tão maltratada durante os últimos anos de especulação e de aplicação ambígua – e frequentemente errada – de conceitos urbanísticos inaugurados como revolucionários e transformadores mas que se revelaram, ao final, reacionários e sem futuro”. Tendo em vista a importância assumida por Barcelona nos anos seguintes, por ser amplamente considerada como um caso exemplar de superação do planejamento tradicional, através de “um urbanismo orientado por projetos”, parece fundamental transcrever as considerações de Bohigas. Diz o autor:

“É necessário que uma administração democrática e tecnicamente atualizada passe de um urbanismo abstrato referido a modelos ideais – sistematizados segundo uma pretensa racionalidade que massacrou a realidade dos fatos urbanos, a presença da história e a validade dos conteúdos e das características significativas – para um urbanismo baseado no conhecimento das realidades justapostas que é necessário defender em sua relativa autonomia, o qual pode promover não um modelo físico definido para a cidade inteira mas somente um modelo de conteúdos; uma administração que passe de um urbanismo pretensamente homogêneo e universal para um urbanismo múltiplo e heterogêneo nas suas intenções, métodos e instrumentos, e que permita superar as fórmulas totalizadoras tão habituais no planejamento; de um urbanismo totalitário e críptico – no melhor dos casos justificado por um ideal abstrato e inacessível e por um sistema que pressupõe

situações utópicas – para um urbanismo de plena participação cidadã, que não caia em uma nova ideologização mas seja estruturado a partir de problemas, mais do que de soluções, e que dê prioridade para as necessidades locais; um urbanismo *sine die* – o das afetações seculares irrealizáveis, do sistema viário monumental ou dos sistemas puramente teóricos – a um urbanismo adequado a um programa de realizações concretas que assimile os instrumentos da Obra Pública e que atue segundo a integração de setores tecnológicos devidamente projetados; de um urbanismo indeterminado formalmente – ou temerariamente determinado em escalas físicas e temporais inadequadas – que se queria justificar pela não imposição de um ‘estilo’ ou de um ‘caráter’ e por inequívoca flexibilidade mal arguida, para um urbanismo comprometido com definições formais e com decisões imediatas e concretas para a melhoria das condições de vida das pessoas de hoje e com vontade de dar significado e mesmo expressão monumental a toda coletividade urbana; de um urbanismo que só acredita na abstração do planejamento para um urbanismo no qual o planejamento é um trâmite às vezes necessário mas nunca suficiente; de um urbanismo que confiava no alinhamento, no código de usos e nas normas porque acreditava que para arrumar a cidade bastava estabelecer com segurança legal as obrigações e limitações da propriedade, para um urbanismo que pode deixar de ser exclusivamente repressivo e passar a ser propositivo porque acredita que a cidade e a arquitetura não se fazem com proibições, mas com decisões positivas e comprometidas.” (Bohigas: 1983).

De certo modo, as considerações de Bohigas sintetizam o contexto em que se origina o projeto urbano como padrão de intervenção e como instrumento de uma nova política urbana marcadamente contraposta aos princípios do planejamento modernista-funcionalista.

Com o objetivo de melhor delimitar a noção de projeto urbano são estudados a seguir algumas abordagens conceituais relativas à concepção teórica do projeto urbano. Deste modo, pretende-se reunir também referências teórico-metodológicas para a análise dos projetos propostos para área central do Rio de Janeiro nos anos 1990.

1.2 – Conceitos associados à noção de projeto urbano

Definir o que é projeto urbano trata-se, certamente, de uma tarefa complexa. A noção de projeto urbano não se traduz em modelos formais, referindo-se muito mais a um conjunto de princípios que podem orientar ações sobre a cidade contemporânea, observando circunstâncias e demandas específicas de cada lugar. Entretanto, como já verificado, é

possível relacioná-la com um determinado referencial teórico, que foi constituído com a crítica ao urbanismo modernista-funcionalista.

Um dos conceitos fundamentais para constituição da noção de projeto urbano é o de forma urbana. A crítica ao urbanismo modernista-funcionalista, calcada em grande parte na ruptura da relação entre a arquitetura e a cidade estabelecida por esse modelo, bem como na segregação funcional do espaço urbano, remete à reelaboração da noção de forma urbana. A noção de projeto urbano se constrói, em grande parte, a partir das preocupações com a forma da cidade, qualidade espacial, articulação entre espaços públicos e privados, etc. Neste sentido, destaca-se a importância da utilização de técnicas de desenho urbano na elaboração dos projetos.

Por outro lado, deve ser ressaltado o caráter estratégico atribuído aos projetos urbanos. Assim, contribui também para o entendimento da noção de projeto urbano, a compreensão de seus temas, escalas e programas, que em conjunto definem o conteúdo principal de cada proposta de intervenção e são adotados neste trabalho como categorias de análise dos projetos em foco na pesquisa.

A seguir são trabalhados esses conceitos que estão intrinsecamente ligados à noção de projeto urbano.

1.2.1 – Forma urbana e projetos urbanos

Ainda que esteja, necessariamente, no centro de qualquer debate sobre urbanismo, pois, como sugere Lamas, produzir a forma da cidade é um dos objetivos primeiros desse campo de atuação profissional (Lamas: 2000, p. 41 – 46), talvez o principal, a noção de forma urbana não possui uma única definição, precisa e indiscutível.

Segundo Merlin e Choay, a noção de forma urbana é objeto de reflexão de diversos campos do conhecimento, tais como a geografia, sociologia, entre outros. Porém, destacam os autores, “falar de forma urbana, ou de morfologia urbana, supõe o reconhecimento de uma arquitetura urbana” (Merlin e Choay: 1988, p.306 – 309), o que remete a um saber próprio dos arquitetos.

Alguns conceitos estiveram, ao longo do século XX, no campo da arquitetura e urbanismo, associados à noção de forma urbana. Entre eles, Farias Filho destaca “a

forma urbana como arte; como modelo do CIAM; como distribuição espacial das funções urbanas; como ecossistema; como morfologia urbana; e como produto da pós-modernidade” (Farias Filho: 1997, p.27). Esses três últimos conceitos já aparecem no contexto de críticas ao movimento moderno, que romperá, nos anos 1920/30, com o modelo tradicional de cidade, introduzindo uma nova noção de forma urbana.

Contribuindo para o entendimento dos períodos de mudanças de paradigmas do urbanismo e de transformações da cidade ao longo do século XX, Portzamparc diz que estamos numa 3ª Era da cidade:

Quando comecei a falar de uma 3ª Era (Âge III), de uma “terceira cidade” para designar nosso tempo, nossa época, foi com o intuito de tentar compreender o momento atual, de resistir ao risco do imobilismo, e também de resistir à tentação oposta de uma saída fácil.

Falar de uma 3ª Era, consiste em afastar a idéia da morte da cidade, anunciada e conjurada regularmente a partir dos anos 60 (...) (Portzamparc, 1997).

A reflexão de Portzamparc é interessante, porque busca explicar a ruptura provocada pelo movimento moderno, enfatizando justamente as diferenças na concepção do modelo formal proposto em relação aos padrões da cidade tradicional. Para o autor, ocorre neste momento um salto extraordinário que justifica se falar em três eras da cidade.

Sobre a cidade da 1ª Era, Portzamparc diz: “Esta primeira cidade, sob suas formas infinitamente diversas, constituídas e espalhadas ao longo dos séculos, apresenta uma extraordinária constância. Um mesmo esquema, único e simples, organizou-a: a rua.” Em relação à cidade da 2ª Era, fundada nos princípios do movimento moderno, diz: “Em função da subversão provocada pela 2ª Era, esta topologia foi invertida, colocada ao avesso como uma luva: não planificamos mais a cidade segundo os vazios dos espaços públicos, mas a partir de objetos cheios sucessivos.” A 3ª Era é a que está em curso, iniciada com a constatação do fracasso da 2ª Era.

Após a cidade pré-industrial e a cidade industrial, as quais não podem, de modo algum, constituir um modelo teórico para o momento atual, portanto, continuamos obrigados a inventar as formas da cidade contemporânea, da cidade da era das metrópoles, das grandes acumulações materiais, das redes imateriais, e ainda desta dupla herança contraditória: 3ª Era = 1ª Era + 2ª Era + X (X = a incógnita atual, os novos dados). (Portzamparc: 1997).

Importa observar que se por um lado o movimento moderno estabeleceu novos paradigmas, por outro as críticas que sofreu abriram espaço para a revisão de conceitos e práticas, quando retomou-se também a discussão sobre a noção de forma urbana e valores da cidade tradicional, combatidos pelos modernistas.

Le Corbusier, com sua célebre afirmação de que “a rua-corredor, com duas calçadas, abafada entre altas casas, deve desaparecer” (Le Corbusier: 2000, p. 68), atacava veementemente a forma da cidade tradicional, e pregava um novo modelo partindo do zero, construindo o novo (e “moderno”) a partir da negação do antigo. O modelo formal proposto pelo projeto modernista seria universal, composto como um todo único, com a divisão funcional da cidade. Nesta perspectiva, o zoneamento, levando em consideração as funções-chaves do urbanismo – habitar, trabalhar, recrear-se – é que ordenaria o território urbano, cabendo à quarta função, a circulação, tão somente o objetivo de estabelecer a comunicação entre as demais (Le Corbusier: 1993, art. 81). E a arquitetura, concebida segundo os cinco pontos corbusianos – planta livre; fachada livre; pilotis; terraço-jardim; e a janela desenvolvendo-se “de fora a fora” na fachada – presidiria os destinos da cidade.

O marco fundamental deste modelo, a *Ville Radieuse* de Le Corbusier, define o esquema que seria o ponto de partida para “o novo desenho de toda a cidade” (Benevolo: 1989, p. 500). A cidade dos CIAM, como analisa Holston (1993, p. 47), era “concebida como uma cidade da salvação”, que seria a solução para a crise urbana e social constatada por Le Corbusier em “A Carta de Atenas”.

Os pontos doutrinários do Movimento Moderno, amplamente aceitos nos anos que se seguiram à publicação de “A Carta de Atenas”, ao serem aplicados, sobretudo pela tecnocracia, alteraram significativamente as relações entre os espaços públicos e privados da cidade, entre os espaços edificados e livres, assim como o modo de inserção da nova arquitetura no tecido urbano existente. E é principalmente a partir do embate sobre esses aspectos que a forma urbana se coloca como questão fundamental na constituição da noção de projeto urbano, buscando-se instrumentos que possibilitem se atuar na perspectiva de resolver discontinuidades da cidade contemporânea, de reconstituir tecidos urbanos, de reabilitar conjuntos subutilizados, de ocupar vazios urbanos, etc.

À centralidade assumida pela reflexão teórica sobre o tema da forma urbana nos anos 1970, particularmente no que diz respeito à relação entre espaços públicos e privados, se seguiu, segundo Solà-Morales, o que o autor chama de “urbanismo desenhado” e “urbanismo urbano”, “hipóteses metodológicas para superar a abstração funcionalista dos planos de ‘manchas e zonas’, e chamar atenção para a forma da cidade como construção espacial concreta.” (Solà-Morales: 2001, p.102).

Na mesma linha, Busquets observa que houve a partir dos anos 1960, e estendendo-se até os dias atuais, uma ampla revisão das técnicas e instrumentos de desenho da cidade experimentados ao mesmo tempo em que se constitui a noção de projeto urbano. Segundo o autor:

(...) o compromisso com a forma da cidade volta a se colocar com destaque. Os projetos urbanos ‘especiais’ estão afrontando partes difíceis e sensíveis da cidade: espaldas urbanas, zonas abandonadas, para usá-las como espaços urbanos de primeira categoria. Devem ser consideradas neste ponto estratégias de desenho sofisticadas.

Estas experiências estão apontando, sem dúvida, uma renovação do instrumental de desenho urbano sem precedentes. O ‘projeto urbano’ se recupera e a composição urbana torna-se de novo prioritária. Desde o pós-guerra não existe um período de tal renovação instrumental, que reelabora a bagagem analítica e crítica dos anos 60 e 80.” (Busquets, 1996)

O problema de fundo da questão da forma urbana em relação ao projeto urbano é abordado conceitualmente por Devillers, que remete à discussão da permanência e da substituição dos elementos que compõem a estrutura urbana. Para o autor uma das características principais da forma urbana “reside no fenômeno da persistência da forma através de sua reapropriação e suas transformações”. E afirma que a supressão da permanência ou da substituição é a morte da cidade, observando que “uma cidade sem permanência é a tábula rasa” e “uma cidade sem substituição é a do grande conjunto”, que é um monólito. Por isso o projeto urbano assume grande importância, pois, segundo Devillers, “o projeto urbano consiste em pensar e representar as condições formais da permanência e da substituição” (Devillers: 1994, p. 31-32).

1.2.2 – Os temas do projeto urbano

Entende-se por temas as problemáticas, conceituais e projetuais, as quais se pretende enfrentar através dos projetos urbanos. Tais temas estão relacionados à própria cidade contemporânea que, “em sua complexidade, requer diferentes tipos de intervenção e gestão sobre o espaço” (Pinheiro Machado: 2000, p. 4).

Busquets diz que são duas as questões principais: uma que diz respeito à necessidade de se corrigir temas pendentes e outra que busca oferecer saídas a novas demandas. O autor entende como temas pendentes “a melhora e reabilitação do existente (centros velhos e periferias)”, bem como “infra-estruturas e serviços urbanos que necessitam atualizar-se”. As novas demandas referem-se a “espaços vazios ou obsoletos que podem dar lugar a atividades inovadoras e a espaços de requalificação urbana singulares”. Entre esses tipos de espaços, tidos como problemáticas próprias da cidade contemporânea, ou como temas próprios dos projetos urbanos, Busquets destaca: as velhas estações; os antigos portos; os vazios industriais; e as frentes de água. (Busquets: s/d, p.305).

Panerai identifica o espaço público como o grande desafio da cidade contemporânea, que requer “um trabalho de elaboração de instrumentos do projeto urbano”. O autor considera que é necessário “restituir ao conjunto dos espaços públicos uma unidade”, principalmente “nos bairros periféricos onde a urbanização de massa fundada sobre uma construção massiva não é acompanhada de um trabalho atento sobre o espaço público” (Panerai: 1994, p. 82).

O espaço público também é mencionado por Devillers, que diz que sua existência “é uma condição da democracia” e suas qualidades fundamentais são a acessibilidade e a continuidade. Assim, Devillers entende que é tarefa do projeto urbano reconstituir o espaço público, visando a restauração dessa acessibilidade e dessa continuidade (Devillers: 1994, p. 37). O autor ressalta ainda a relação entre a forma urbana e a arquitetura ao abordar a constituição do tecido urbano. Neste sentido, reforça a crítica ao urbanismo dos anos 1950 que instituiu um corte entre a cidade e a arquitetura. Pode-se entender que a restauração da relação entre cidade e arquitetura é também um tema do projeto urbano, que deve possibilitar ao projeto de arquitetura enriquecer e complexificar a forma urbana (Devillers: 1994, 43-47).

Moscato entende que “na cidade latino-americana, na cidade européia e em todas as cidades contemporâneas, há praticamente uma só questão: a do desequilíbrio interno (...) Em 30 ou em 50 anos, nos casos mais dramáticos, as cidades se têm desequilibrado, isto é, os ricos vão morar de um lado, os pobres viver de outro. A cidade está se esvaziando. Esta é a grande questão” (Moscato: 1996, p.87). Para o autor todos os demais problemas derivam desta questão principal que coloca em discussão o futuro da cidade, ou a possibilidade de criação de um futuro para a cidade. Neste sentido, Moscato aponta a permanência do centro como o tema principal do atual momento, pois, ao menos para a cidade latino-americana contemporânea, a noção de centro é fundamental já que é a única possibilidade de referência comum de todos os grupos da cidade. O autor acredita que só há uma possibilidade para reverter a tendência ao desequilíbrio e à crise na cidade contemporânea: “o centro num ponto coincidente com o centro histórico, e que este seja o lugar onde transcorre a vida urbana, os grandes fatos políticos e outros eventos sociais, por ser o lugar onde nasceu a cidade.” Admite ainda que “as áreas de nova centralidade são um tema fantástico, desde quando sejam áreas subsidiárias do núcleo central, porque, senão, estaremos gerando uma distorção terrível.” O argumento de Moscato indica que o projeto urbano pode representar a construção de uma nova imagem da cidade que sustente o seu futuro. E, para tanto, propugna o investimento na área central por ser patrimônio de todos, enquanto o investimento na periferia é patrimônio apenas de um setor. (Moscato: 2000).

Solà-Morales também defende os investimentos nas áreas centrais, porém defende a idéia de que “as ações materiais de transformação, têm lugar nas bordas do centro, não dentro e nem demasiado longe deles” (Solà-Morales: 2001b: p.111-112). Esta preocupação talvez possa ser compreendida mais como uma questão de localização das intervenções, mas torna-se um tema na medida em que se justifica pela necessidade, apontada pelo autor, de se criar modos de aumentar a permeabilidade entre o centro e seu entorno imediato. Evoca-se assim uma problemática que diz respeito à própria permanência do centro. Para Solà-Morales a manutenção do centro só é possível se for como um sistema aberto. Portanto faz-se necessário garantir a continuidade entre este espaço e o restante da cidade, o que remete à problemática das áreas periféricas ao centro.

A abordagem de Tsiomis em relação às temáticas do projeto urbano recai sobre temas abstratos, mas que se transcrevem sobre o espaço e dizem respeito ao contexto urbano do lugar para qual se desenvolve o projeto. O autor destaca problemáticas tais como:

continuidade/descontinuidade – em que se discute a manutenção ou negação de uma determinada continuidade espacial; fragmentação espacial e fragmentação social – que aborda o problema da visão sequencial da cidade, que pode ser positiva, mas que pode dizer respeito a uma desarticulação negativa de partes da cidade e à segregação social do espaço; limites – como sendo as linhas de separação ou unificação de elementos, que remete a outras questões como a das misturas de usos, funções e atores sociais. (Tsiomis: 1997, s/n).

Para Tsiomis, cada uma dessas problemáticas é uma problemática projetual que poderá ser abordada de diferentes modos em função da postura do arquiteto responsável pelo projeto e pelo maior ou menor grau de autonomia ou heteronomia no processo de elaboração e decisões do projeto.

1.2.3 – A escala nos projetos urbanos

A questão da escala nos projetos urbanos é de grande importância porque permeia o debate sobre as abrangências e complexidades do projeto urbano, não só em relação às suas dimensões físico-espaciais, mas também em relação aos elementos e atores sociais envolvidos, bem como o debate sobre o papel estratégico de cada projeto.

Como se viu anteriormente, a revisão teórica da noção de forma urbana e a busca por novos instrumentos e métodos de intervenção espacial estão na origem da prática dos projetos urbanos. E a relação entre forma urbana e unidades espaciais perpassa o entendimento da questão da escala, como observa Lamas em seu amplo estudo sobre morfologia urbana, no qual identifica elementos morfológicos do espaço urbano e destaca a importância das dimensões espaciais trabalhando a hipótese de que:

“A noção de FORMA aplica-se a conjuntos urbanos de diversas grandezas e complexidade. Fala-se de “forma física” para uma praça, uma rua, um bairro, uma cidade e até para uma área metropolitana. Não existe um limite específico, mas sem dúvida a dimensão e a escala estão sempre implícitas nas formas urbanas.” (Lamas: 2000, p.73).

O autor estabelece três dimensões espaciais para a compreensão da forma urbana: a escala da rua; a escala do bairro; e a escala da cidade. Essas dimensões definem, segundo Lamas, diferentes relações entre os elementos físicos que compõem a forma, sendo tais elementos mais ou menos importantes ou identificáveis dependendo da escala

de análise. Ainda que Lamas apresente uma visão até certo ponto estática da noção de forma urbana, o autor ressalta que “esta hierarquização dos elementos morfológicos encadeada por agregação de unidades menores formando outras unidades a uma escala maior não significa a adoção de um sistema em ‘árvore’ (...) A leitura da cidade e do território faz-se simultaneamente a diferentes níveis (...)” (Lamas: 2000, p.110).

Do ponto de vista operativo, da execução da intervenção, o projeto urbano desenvolve-se numa escala local. Neste sentido, da dimensão física, a escala do projeto urbano, seguindo as classificações de Lamas, é a escala do bairro, ou da rua nos casos de intervenções bastante pontuais. Os objetos de intervenção, em geral, são o que se convencionou chamar de fragmentos, que correspondem a extensões territoriais as quais se pode ter o domínio que permita a execução do projeto.

Porém, os efeitos do projeto urbano não são, via de regra, apenas locais. Neste sentido, o projeto urbano articula, ou pode articular, diferentes escalas. Desde o nível mais localizado, para o qual a intervenção física deve levar em consideração o contexto urbano específico do lugar, bem como os agentes sociais ali atuantes, até os níveis mais abrangentes da cidade, da região na qual esta se insere e até mesmo o nível internacional, dependendo do projeto.

Solà-Morales explica um pouco dessas relações que ampliam o conceito de escala, advertindo enfaticamente que “o tamanho não é escala”. Assim, o projeto urbano não é necessariamente uma intervenção de grandes dimensões, nem uma intervenção de grandes dimensões é necessariamente um projeto urbano, ainda que muitas vezes os projetos urbanos tenham, de fato, grandes dimensões. Na opinião do autor, “muitos dos grandes projetos de hoje, os docklands de Londres, o Battery Park, projetos grandes de tamanho são projetos irrelevantes como reflexão, como intenção, são peças ao lado de outras de escala trivial. Muitos projetos mínimos, na esquina de duas ruas de um bairro, ao longo de uma rodovia, por sua estratégia se convertem em reflexões de grande escala.” (Solà-Morales: 2001b, p.114).

Na essência do projeto urbano, entendido como intervenções estratégicas para enfrentamento de problemáticas próprias da cidade contemporânea, está a idéia de que sua implementação deva provocar efeitos para além dos limites territoriais do projeto. Assim, de certo modo, rompe-se a lógica do planejamento tradicional baseada nas sucessivas aproximações espaciais, partindo-se da totalidade da cidade para suas

partes. Através dos projetos urbanos, imagina-se, então, que as ações locais possam ser também estruturadoras de um novo projeto de cidade. Neste sentido, Busquets fala de “uma certa autonomia de cada escala” da planificação e intervenção urbanística, afirmando que:

“O processo urbanístico já não segue o padrão teórico do plano geral, plano parcial, projeto arquitetônico, senão que se articula a partir de ‘ações’ e/ou ‘projetos’ que têm capacidade executiva, e que em seu conjunto são capazes de pôr a cidade ou um grande setor da mesma em movimento. Portanto, têm força própria, mas também uma grande capacidade indutora.” (Busquets: 1999, p.10).

1.2.4 – O programa nos projetos urbanos:

O programa, na maioria das vezes, é entendido como o conjunto de necessidades funcionais a serem atendidas por um determinado projeto. Tal definição pode, a princípio, servir tanto para projetos arquitetônicos como urbanísticos. Porém para alguns autores não é esta definição a questão central na análise dessa componente do projeto urbano, mas sim como se dá o processo de determinação de tais necessidades. Diferentemente do projeto arquitetônico, em que quase sempre há um cliente específico, o projeto urbano caracteriza-se por atender, geralmente, a um cliente difuso, que corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de agentes sociais que podem interferir, entre outras coisas, na definição do programa.

Pensando tal fenômeno de modo bem mais amplo, Portas entende que a tarefa de programação de um projeto urbano “é muito mais do que a vulgar lista de objetivos genéricos e dos consequentes espaços de construção” (Portas: 1998). Para o autor, programa é a própria criação de condições operacionais para viabilização do projeto, o que engloba não só a decisão sobre usos e suas respectivas áreas, mas, sobretudo, a articulação de parceiros que garanta as condições políticas e financeiras para implantação do empreendimento.

Sem conferir significado propriamente diferente ao que normalmente se entende por programa, porém minimizando sua importância nos projetos urbanos, Moscato afirma que a questão principal é a da gestão, ou seja, da criação de mecanismos para atrair parceiros que permitam a viabilidade e a sustentação do projeto ao longo do tempo. Neste sentido, Moscato pensa de modo semelhante a Portas, avaliando que as

necessidades funcionais são apenas um dado da montagem de uma operação bem mais complexa, fazendo do programa uma questão menos importante.

Moscato, entretanto, chama atenção para um ponto que, no que diz respeito ao processo de definição do programa no projeto urbano, é bastante importante. Para o autor, o programa é dado pelo reconhecimento das solicitações da cidade e não pode ser inventado (Moscato: 1990). Entendendo o projeto urbano como uma intervenção que não pode ser implantada no curto prazo e, por isso, necessita ser executada em partes, Moscato defende a idéia de que o programa deva ser flexível, de modo que possa ser ajustado à medida em que as etapas de execução se realizem. Assim, o modo e o tempo de execução dos projetos urbanos são também fatores fundamentais não apenas para a montagem da operação, mas também para a própria definição do programa que deverá conter variáveis que serão ou não realizadas de acordo com o próprio processo de implantação do projeto.

Tsiomis também destaca a questão do tempo, afirmando que o projeto urbano “hierarquiza ações ao longo do tempo – o urgente, o médio, o longo prazo”. Deste modo, o programa torna-se negociável ao longo do tempo. Entretanto, Tsiomis enfatiza o caráter misto que devem ter os programas dos projetos urbanos, abrangendo diferentes atividades, diferentes grupos sociais, diferentes grupos culturais em um mesmo espaço (Tsiomis: 1996, p.27), o que remete a uma discussão sobre o papel dos atores sociais na elaboração dos projetos e, portanto, na definição dos programas. Para o autor, o projeto urbano deve ser entendido como um procedimento que, dependendo das visões e abordagens sobre a cidade que o orientam, poderá ser mais ou menos negociado.

1.3 – Os projetos urbanos e o contexto de transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas

A prática dos projetos urbanos, bem como a teorização sobre o tema, ainda que tenha origem na própria revisão de paradigmas da disciplina do urbanismo, ganha maior relevância no contexto de profundas transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais o mundo vem passando nas últimas décadas, principalmente com a crise do modo de produção fordista, no início dos anos 1970, e seus rebatimentos nas práticas de administração de governos locais e no próprio papel das cidades. Harvey ressalta que “a

transformação que a administração urbana sofreu nas últimas décadas teve consideráveis implicações e raízes macroeconômicas” (Harvey: 1996, p.48).

O início dos anos 1970 é, portanto, um marco fundamental para o difícil entendimento da época atual e dos desdobramentos de mudanças gerais no campo do urbanismo. O período que compreende o último quartel do século XX é analisado por Hobsbawm que afirma que “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências resvalou para a instabilidade e a crise.” O período é chamado pelo autor de “as décadas da crise”, e corresponde à “era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos” (Hobsbawm: 1996, p. 393; 398). As transformações decorrentes deste período de crises dizem respeito não apenas à reestruturação do aparato estatal, mas a diversos outros setores, tais como o modo de produção, a divisão do trabalho, a organização social, etc. Mais do que a crise de Estado, o que entra em crise é o próprio modelo de desenvolvimento, seja nos países capitalistas ou seja no mundo soviético e leste europeu que entram em colapso no final da década de 1980.

A recessão econômica dos anos 1970 pôs em xeque o papel de grande interventor do espaço urbano assumido pelo Estado, principalmente nos 40, 50 e 60, período do Estado do Bem-estar Social ou Estado-Providência. Conjugam-se assim, ao mesmo tempo, a crítica centrada nos resultados obtidos pelo padrão modernista de urbanização em massa e uma nova conjuntura que levou, ou vem levando, a redefinições da estruturação e atribuições do aparato estatal. A combinação de tais fenômenos é compreensível pelo próprio modo de consolidação do planejamento modernista. Portas analisa a questão e afirma que “a tradição do planejamento dito modernista está ligada ou foi legitimada desde os anos 40, sobretudo na Europa, pelo Estado-Providência”. Como esse Estado-Providência era o grande detentor dos recursos e do monopólio do solo urbanizável, o grande investidor em habitação e praticamente o único investidor em infra-estrutura, o planejamento desenvolveu-se sem “a noção de tempo e nem a noção de recursos ou meios”, já que era o Estado o detentor do tempo e dos recursos. (Portas: 1996, p. 30). Na medida em que o Estado passa a conhecer a escassez de recursos, exigindo-lhe formas alternativas de gestão urbana, e que verifica-se que as próprias previsões dos planos não se realizam efetivamente, se estabelece o impasse que abre caminho para se buscar novas formas de intervenção na cidade.

Paralelamente, a propagação do ideário neoliberal, sobretudo nos anos 1980 e 1990, baseado na desregulamentação do Estado, nas privatizações de empresas estatais e na

crença no livre mercado, confundido muitas vezes com democracia, é associada a uma autonomia cada vez maior das cidades. A partir daí, observa-se no cenário internacional indícios de novas articulações entre algumas cidades que ultrapassam as fronteiras dos Estados-Nação.

Nas últimas décadas, segundo Sassen, começou a se configurar “um novo tipo de sistema urbano, que opera em níveis regionais, globais e transnacionais. Trata-se de um sistema no qual as cidades são pontos centrais fundamentais para a coordenação internacional e para a prestação de serviços das empresas, mercados e até mesmo de economias inteiras que, cada vez mais, são transnacionais.” (Sassen: 1998, p.47). A tese central da autora é que as transformações econômicas das últimas décadas vêm redefinindo o papel estratégico de algumas cidades, pois “em vez de se tornarem obsoletas devido à dispersão que as tecnologias da informação possibilitaram, as cidades concentram funções de comando” (Sassen: 1998, p.35-36), podendo-se apontar ainda como funções próprias de tais cidades a produção pós industrial e a condição de mercados multinacionais.

Com seus trabalhos, Sassen tenta mostrar que é possível se perceber uma dinâmica sistêmica entre as cidades globais, ainda que reconheça dificuldades na aceitação deste argumento uma vez que “uma parcela tão grande das ciências sociais se encontra de tal forma enraizada no Estado-Nação como unidade máxima para análise” (Sassen: 1998, p.68). Para a autora, o fenômeno observado significa a conformação de novas hierarquias globais e regionais das cidades ao lado das quais “há um vasto território que se tornou cada vez mais periférico e cada vez mais excluído dos grandes processos econômicos que alimentam o crescimento econômico da nova economia global” (Sassen:1998, p.17). Ainda segundo Sassen, pode-se pensar esse processo como a constituição de “novas geografias da centralidade, a qual atravessa aquela antiga divisão entre países pobres e ricos, bem como a marginalidade, cada vez mais evidente no mundo menos desenvolvido e igualmente alta nos países altamente desenvolvidos” (Sassen: 1998, p.17).

O quadro apresentado por Sassen, das relações entre a nova ordem econômica mundial e o papel desempenhado pelas cidades nesse contexto, é complementado pela indicação de algumas hipóteses em relação a possíveis consequências sobre o espaço urbano, entre as quais se destaca “a constituição de novas desigualdades entre as cidades e no interior delas”. Neste sentido, como aponta Préteceille referindo-se às reflexões de

Sassen, existiriam nas cidades globais relações de causa e efeito entre as transformações econômicas e estratificação sócio-espacial cada vez mais intensa. Deste modo, o autor questiona, a partir da própria formulação de Sassen, a validade da “idéia dominante na concepção das políticas urbanas segundo a qual o sucesso na competição econômica é garantia de solução para os problemas sociais urbanos.” (Préteceille:1994, p.66)

A crítica é importante porque a difusão do conceito de cidade global e a idéia de que atingir esse “patamar” deva ser um objetivo, que poderia ser alcançado pela própria “vontade” da cidade e seus cidadãos, são fatores que têm contribuído fortemente para a reorientação de política urbana pelas administrações locais. Compans analisa o paradigma da cidade global, mostrando que este resulta:

(...) da apropriação de algumas idéias oriundas do debate da geografia econômica concernentes ao novo papel das cidades no quadro de reestruturação produtiva e da globalização, descoladas dos contextos nos quais foram formuladas e, assim, reproduzidas como leis positivas cuja validade dispensa mediações e relativizações temporais e históricas, uma vez tendo sido comprovadas empiricamente (...). (Compans: 1999, p.97).

Ainda que não seja objetivo específico deste trabalho analisar nem fazer conjecturas sobre o processo de globalização e seus rebatimentos sobre o espaço urbano, particularmente o das grandes metrópoles, é importante observar que paralelamente à discussão sobre possíveis alternativas ao urbanismo funcionalista, buscadas desde o final dos anos 1960 tendo em vista a derrocada desse modelo essencialmente tecnocrático, a nova conjuntura econômica e política mundial, mas principalmente todo o discurso construído em torno de tais transformações, são componentes fundamentais na definição de políticas públicas, ações e investimentos nas cidades.

Se por um lado, a evidente crise das cidades contemporâneas e todo o processo de esvaziamento dos Estados Nacionais, da escassez de recursos públicos e da mobilidade dos capitais transnacionais têm exigido de fato do poder público, particularmente das administrações locais, a busca por novas formas de gestão da cidade, por outro lado, as soluções adotadas podem, muitas vezes, gerar mais crises. Santos aponta a globalização como sendo, “de certa forma, o ápice do processo de interconexão do mundo capitalista” (Santos: 2000, p.23), explicando que o período histórico atual tem a crise como elemento estrutural e portanto eventuais soluções não estruturais, forjadas

segundo os interesses de atores hegemônicos, são geradoras de mais crise. O autor afirma que “tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado”. E diz mais:

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal ‘crise’ fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo. (Santos: 2000, p.36).

Pode-se dizer que o “pensamento único”³ criticado por Santos, que aponta a globalização, tal como se apresenta hoje, como fato inexorável, pode ser também transportado para o planejamento urbano, pois a inserção das cidades na nova ordem econômica, transformando-se em cidades globais, é tida, muitas vezes, como o único caminho para superação da crise. Neste sentido, Vainer aponta e critica o modelo do planejamento denominado “estratégico”, inspirado no planejamento empresarial e nas analogias entre cidade e empresa. Junto com o modelo, são evocadas idéias como a da competitividade entre as cidades, da cidade como uma empresa, da cidade como um produto, etc. Vainer, ao analisar o planejamento estratégico, afirma que “o modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo *marketing* aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona.” (Vainer: 2000, p.75). No mesmo sentido, Compans diz que a disseminação do paradigma da cidade global

estimula a competição interurbana e um mercado de modelos de gestão, que são ofertados por consultores internacionais interessados em divulgar experiências supostamente de sucesso, e demandados por administrações municipais interessadas em

³ Fiori ensina que tal expressão “foi cunhada pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique*, num artigo publicado em janeiro de 1995 e assinado por Ignacio Ramonet”. Segundo o autor, nos anos 90, suas idéias “se transformaram num novo senso comum, quase ‘ensurdecedor’. Combinando um determinismo econômico de fazer inveja ao marxismo vulgar com o elogio do mercado e do individualismo, a aceitação realista da desigualdade social, e mais um pacote prescritivo, sintetizado por algumas palavras de ordem: menos Estado, fim das fronteiras, desregulação dos

promover o desenvolvimento econômico local, pelo cumprimento de uma agenda “estratégica” com a qual possam assegurar a inserção competitiva de suas cidades. (Compans: 1999, p.91).

Este debate perpassa a própria noção de projeto urbano na medida em que grandes projetos urbanos se inserem nos “pacotes” que compõem os planos estratégicos e vêm sendo anunciados como instrumento para atração de investidores, empresas, turismo, grandes eventos internacionais, etc. A qualificação de determinados espaços da cidade aparece como condição, ou melhor, “oportunidade” para sua inserção no cenário internacional, colocando-se como estratégia para atingir aqueles objetivos. Harvey explica tal fenômeno dizendo que:

“Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado em criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. O fato de estarem tão pressionadas e de uma repetição em série de modelos bem-sucedidos (como Harbor Place, de Baltimore) é compreensível, dada a sombria história da desindustrialização e da reestruturação, que deixaram a maioria das cidades grandes do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento. Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (de determinado tipo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendimentismo urbano intensificados.” (Harvey: 2002, p.91-92)

Observa-se assim que, independentemente de toda a construção teórica acerca da noção de projeto urbano, a prática mostra, em muitos casos, que, num determinado momento, novos ingredientes se juntaram a essa noção. O ambiente de competitividade entre cidades e a possibilidade da implantação de alguns projetos, mesmo que restritos a espaços específicos, resultarem em vantagens comparativas significativas têm sido também determinante. Neste sentido, o projeto em si pode até ser menos importante, pois passa a ser uma peça de marketing, que objetiva “vender a cidade” interna e externamente, definindo um novo tipo de política urbana orientada predominantemente por razões econômicas, e em alguns casos também eleitoreiras. Domingues analisa a relação entre política urbana e competitividade e afirma que:

mercados, moedas fortes, privatizações, equilíbrio fiscal, competitividade global etc.” (Fiori: 2001, p.74-75).

“Frequentemente, este novo tipo de política urbana traduz-se em intervenções fragmentárias e emblemáticas, que correspondem a ‘Projetos de Arquitetura Urbana’ (um ‘urbanismo por projetos’), muitas vezes descontextualizados de uma intervenção articulada ao nível da aglomeração urbana em seu conjunto.” (Domingues: s/d, p.37).

Estudando o caso francês, Tomas (1993) identifica dois períodos importantes da noção e prática dos projetos urbanos naquele país. O primeiro, de 1977 a 1983, quando se teve a ascensão de partidos de esquerda em vários municípios, quando a noção de projeto urbano se consolida, como prática do urbanismo democrático, atendendo às demandas dos velhos bairros ameaçados de destruição, dos grandes conjuntos habitacionais populares em crise, como modo de garantia do “direito à cidade” para as populações mais pobres.

O outro período, iniciado em 1983 seria marcado pela derrota das esquerdas em muitas grandes cidades francesas, pela descentralização administrativa, com autonomia para os municípios, determinando que “as cidades mesmas, em acordo com seus cidadãos, que têm que definir uma política própria a partir de uma reflexão e uns objetivos próprios”.

Nesse novo contexto, observa-se uma revalorização do poder das administrações municipais. “Com esta nova competência, cada prefeito queria oferecer uma imagem que valorizasse sua cidade (e a ele mesmo, aproveitando a ocasião). Daí o auge de uma nova profissão, a do marketing urbano, e o papel desempenhado a partir de então pelos novos especialistas, junto com engenheiros e arquitetos.” Assim, passam a prevalecer “noções muito gerais e ambíguas de imagem e identidade cultural”.

“Como a esses projetos promovidos pelos responsáveis políticos também se chamou projetos urbanos, isso significa que em poucos anos passamos de uma noção de ordenamento do espaço na escala do quarteirão ou do bairro, a uma noção muito mais ampla que abarca toda a cidade (...) Mas essa mudança de escala provocou modificações qualitativas fundamentais, já que se antes contava-se com a participação dos cidadãos para elaborar um projeto, e hoje é o prefeito, com apoio do seu serviço de marketing urbano, quem define e propõe uns objetivos e estratégia batizados de projeto urbano (...)” (Tomas: 1993, p.17)

Neste sentido, para Tomas, o projeto é suplantado pela imagem. Em vez da revalorização de uma bairro, passa-se agora à revalorização do gesto arquitetural e da cidade no seu conjunto. Tudo se passa como se essas noções ambíguas de imagem e

identidade cultural fossem levar à construção de um novo consenso em uma sociedade desestruturada pela crise.

Tal fenômeno, observado pelo autor no contexto francês parece se reproduzir em outros locais. Somando-se aos aspectos apontados por Tomas, verifica-se ainda, em algumas experiências, a extremada vinculação entre empreendimentos propostos e interesses privados. Neste sentido, algumas críticas contundentes podem ser elaboradas. Prêteceille, por exemplo, ao analisar as relações entre globalização, mercado de trabalho e divisão social do espaço, chama atenção para o caráter segregador de alguns projetos urbanos implantados em importantes cidades. Diz o autor:

A apropriação crescente dos espaços centrais de qualidade pelas classes abastadas, seja para a localização das atividades superiores globalizadas ou para sua vida privada e consumo de luxo, é com certeza um dos aspectos espetaculares da transformação das cidades globais, com sinais físicos e estéticos como as operações imobiliárias de prestígio características do último período – Battery Park City em Nova York, Canary Wharf em Londres, os novos prédios pós-modernos de Shinjuku em Tóquio. (Prêteceille: 1994, p.79).

Arantes adverte que em casos como esses tenta-se “através de todos os estrategemas expandir os efeitos destas ilhas privilegiadas para a cidade como um todo, que vai se valorizando e – por que não? – gentrificando” (Arantes: 2000, p.35-35). E radicaliza sua crítica à produção urbanística realizada no contexto da nova ordem mundial na qual estamos inseridos. Para a autora, no momento, o urbanismo encontra-se “em fim de linha”, precisando ser construído um caminho para o futuro.

Se as intervenções não comportam mais a escala abrangente e radical como os modernos queriam, também não se pode renunciar (em nome da modéstia, do encarecimento das diferenças etc.) ao ponto de vista da totalidade (se me perdoam o saudosismo) acerca da natureza do processo que nos atropelou em plena reposição contextualista de perdas e danos (ou que nome se dê ao pensamento projetual, marcadamente defensivo, que prosperou durante o interregno a que se resumiram as duas últimas décadas do ajuste do capitalismo central). Ocorre que este último se recompôs inviabilizando de vez a idéia mesma de urbanização, tornando o conceito de cidade uma coisa do passado, como atestam os monstros urbanos em que vivemos, e dentro deles as zonas de extraterritorializadas que, sem dúvida, um bom desenho até pode tornar agradável de ver – na maquete, de preferência. (Arantes: 1998, p.142).

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO DISCURSO SOBRE A CIDADE NOS ANOS 1990 NO RIO DE JANEIRO

As significativas mudanças na política urbana do município do Rio de Janeiro, verificadas ao longo dos anos 1990, foram acompanhadas pela difusão, no cenário carioca, de um novo discurso sobre a cidade, a metrópole contemporânea, e as ações públicas no campo do urbanismo.

Tal discurso começou a ser moldado a partir de 1993, quando o prefeito César Maia assumiu a administração municipal e foi construído ao longo dos anos, tendo sido assumido também pela administração posterior, iniciada em 1997 com o prefeito Luiz Paulo Conde. Estrutura-se em uma série de pressupostos e objetivos tais como: a necessidade de restabelecimento da ordem urbana; a recusa do planejamento urbano tradicional; a intenção de transformar o Rio de Janeiro numa cidade mundial, ou cidade global⁴; a valorização do desenho urbano como instrumento da ação urbanística; a busca de parcerias entre os setores público e privado na gestão urbana; entre outros.

Esses pressupostos e objetivos vêm ancorados na disseminação, no plano internacional, de um ideário que se constitui, como sugere Arantes (2000: p.69), numa nova fórmula para a cidade. Trata-se de um modelo que supostamente teria a capacidade de oferecer condições para as cidades, e governos locais, assumirem o novo papel de protagonistas que teriam no século XXI, que segundo Borja, “(...) será urbano, e o progresso econômico, o bem-estar social e a integração cultural dos povos determinar-se-ão, em grande parte nas cidades”. (Borja: 1997, p.79). Para este autor⁵, as grandes cidades contemporâneas devem buscar tornarem-se competitivas e se inserirem nos espaços econômicos globais, o que converge para o discurso adotado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A idéia central é a de que o processo de globalização nos coloca diante de um novo momento para se pensar as cidades, que passa, necessariamente, por uma ainda maior participação do capital privado e do mercado na produção do espaço urbano e pela construção de amplos consensos entre os agentes sociais.

⁴ Saskia Sassen define as cidades globais como sendo “os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as matrizes das empresas, sobretudo daquelas que operam em mais de um país.” (Sassen: 1998, p. 35).

⁵ Borja, um dos principais representantes desta corrente de pensamento sobre a cidade, atuou como consultor internacional na elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

A materialização desse novo discurso numa política urbana para o município se deu basicamente através da elaboração de um plano estratégico para o Rio de Janeiro e de uma série de projetos pontuais, propostos para diversas áreas cidade, quase sempre integrando uma estratégia de promoção da cidade e de projeção de sua imagem nos cenários nacional e internacional. Observa-se que o plano nem sempre antecede os projetos⁶, podendo ser considerado muitas vezes como elemento de legitimação e publicidade de ações já em curso (Compans: 1996, p.222), assim como do próprio discurso.

Os diversos projetos urbanísticos elaborados nas duas gestões municipais aqui enfocadas absorvem, ao menos em parte, princípios e conceitos verificados na produção de projetos urbanos de outros países. Neste sentido, cabe observar que, aos poucos, durante os anos 1990, o termo projeto urbano passou a ser amplamente utilizado para denominar intervenções sobre o espaço urbano, sempre associando-se a nova nomenclatura ao urbanismo contemporâneo e às práticas mais atuais utilizadas em outras cidades, particularmente as identificadas como cidades globais.

Neste capítulo busca-se identificar alguns aspectos que caracterizam a construção de um novo discurso sobre a cidade no Rio de Janeiro, pois entende-se que este representa o pano de fundo da elaboração dos projetos urbanos recentes para a cidade, inclusive os propostos para área central, objeto de análise mais detalhada neste trabalho.

Primeiramente, destaca-se a relevância que tiveram César Maia e Luiz Paulo Conde, que exerceram seguidamente, e com continuidade político-administrativa, o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro. A importância desses personagens caracteriza-se não só por terem sido chefes do poder executivo municipal, mas também por serem formuladores do discurso sobre a cidade e seus problemas, tal como pode se verificar através de transcrição de trechos de alguns artigos e entrevistas dos mesmos para jornais de grande circulação. O segundo aspecto apontado busca compreender como se deu a convivência entre dois modelos urbanísticos, um representado pelo Plano Diretor Decenal, herdado de administração anterior, e outro representado pelo Plano Estratégico elaborado durante a gestão César Maia e apresentado como um instrumento adequado para substituir as formas tradicionais de planejamento que não responderiam mais à complexidade da cidade contemporânea. Por fim, identifica-se alguns mecanismos

⁶ Deve-se registrar que o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro foi homologado somente no segundo semestre de 1995, quando o prefeito César Maia já havia cumprido mais da metade

utilizados para publicização e consolidação do novo discurso sobre a cidade, entre os quais destacam-se alguns eventos e projetos urbanísticos realizados no período, bem como o grande conjunto de projetos proposto para a área central do Rio de Janeiro.

2.1 – A emergência de um novo discurso sobre a cidade no Rio de Janeiro: algumas questões preliminares

O primeiro marco importante dos dez últimos anos, tendo em vista o tema central deste trabalho, é a eleição do prefeito César Maia em 1992, seguido da indicação do arquiteto Luiz Paulo Conde para a condução da Secretaria Municipal de Urbanismo. Maia e Conde, que viria a ser também prefeito entre 1997 e 2000, são personagens chaves desse período. Tanto pelos cargos que ocuparam, como pelas idéias e ações que introduziram no cenário carioca.

César Maia, antes mesmo de se iniciar o processo eleitoral de 1992, já apontava alguns problemas urbanos como absolutamente centrais para explicar a crise econômica da cidade do Rio de Janeiro. Durante a campanha eleitoral, depois de eleito e ao longo de seu mandato, por diversas vezes, destacou a importância de se investir no espaço público e de se criar condições para inserir o Rio de Janeiro no cenário competitivo internacional como estratégias para recuperar economicamente a cidade e enfrentar seus problemas sociais.

Luiz Paulo Conde, primeiro como secretário municipal de urbanismo e posteriormente como prefeito da cidade, foi peça fundamental para a implantação de um novo modelo de urbanismo no Rio de Janeiro que visava atender tais demandas. Longe de cumprir apenas funções administrativas, foi um dos formuladores do discurso oficial e mentor intelectual de diversos projetos urbanísticos propostos ao longo dos dois períodos de governo. Arquiteto renomado, titular de importante escritório de arquitetura da cidade, professor universitário, ex-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – RJ, Conde era Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ) quando foi convidado pelo prefeito eleito em 1992 para assumir a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). O perfil do novo secretário era o de um arquiteto e urbanista atuante, vinculado à prática profissional e acadêmica e não à vida pública, atento à cidade do Rio de Janeiro e ao que se passava no “mundo do urbanismo”

de seu mandato.

em outros países. As preocupações de César Maia e a importância profissional do seu indicado para a Secretaria Municipal de Urbanismo são elementos indicativos de que a política urbana teria um papel central na administração do prefeito que assumia o cargo em 1993.

A análise de alguns artigos e entrevistas desses dois personagens, publicados na grande imprensa, mostra como começou a emergir no Rio de Janeiro um novo discurso sobre a cidade que se configuraria como tal ao longo do mandato César Maia. Algumas questões preliminares podem ser identificadas em manifestações anteriores até mesmo ao período das eleições, que posteriormente estariam frequentemente sendo retomadas e norteariam muitas das ações no campo do urbanismo durante os anos 1990.

Em fevereiro de 1992, em artigo publicado no Jornal O Globo, o então deputado federal César Maia falava da “privatização das ruas”, já anunciando o modo como percebia esse problema urbano e como ele seria tratado em sua administração. Referindo-se à análise do “sociólogo e politólogo Werneck Viana”, Maia aborda o tema a partir do modo como aquele caracterizava a política social básica implementada pelo governo do estado⁷, que seria nas suas palavras a da “oferta das ruas para todos os que queiram ocupá-la, da forma que entenderem. Ocupá-la para roubar, para vender (camelôs), para viver (mendigos), para constranger (flanelões), para estorvar (pivetes), para defecar ou urinar, para assassinar ou sequestrar...”. A preocupação colocada nesse primeiro momento é a da relação entre a degradação do espaço público e a violência na cidade. Avançando em sua análise sobre o tema, Maia defende o argumento de que “ao contrário do que possa indicar o senso comum, as pessoas se protegem, se preservam e se ocultam no espaço público: especialmente na multidão. Nos espaços privados elas se expõem. Daí a articulação (compensação) entre os dois”. Sendo assim, na sua visão, à medida que o espaço público passa a ser ocupado por usos e grupos específicos, sobretudo com a permissividade do poder público, é rompido o equilíbrio entre público e privado, o que teria graves consequências para a vida na cidade, pois “a impunidade passa a ser o padrão de referência. A cidade se neurotiza e se corrompe.” (Maia: O Globo – 16 de fevereiro de 1992).

⁷ Em 1992, Leonel Brizola era, pela segunda vez, o governador do estado do Rio de Janeiro. Em seu primeiro mandato, de 1983 a 1986, tinha César Maia como aliado político ocupando a Secretaria de Fazenda.

Em novembro e dezembro de 1992, já como prefeito eleito, César Maia publica outros artigos que abordam o problema da desordem urbana⁸, caracterizando-o como uma questão central para a própria compreensão da crise econômica da cidade do Rio de Janeiro. Assim, lançava os pilares do seu discurso sobre a cidade. Dizia ele:

“Nunca aceitei o diagnóstico simplista e superficial, que tratava a crise do Rio, tão somente como produto da “memória de capital” que teria gerado uma letargia nas elites políticas econômicas ou sociais. Este “espírito de corte”, esta vocação para o nacional, explica apenas decisões circunstanciais. Nunca um processo – lógico – de refluxo – progressivo e crescente – dos investimentos. É fato que a crise nacional tem sido o pano de fundo da última década. No entanto a crise do Rio tem moto próprio: é uma crise dentro da crise. Um estudo em profundidade vai mostrar que a razão econômica não consegue explicá-la.

Após vários estudos de caso, chegou-se a “razão urbana”. O Rio é uma cidade que nunca viveu um processo – consistente e sistemático – de planejamento urbano. Nunca em sua história! Apenas intervenções descontínuas. A ocupação espontânea dos espaços a partir do momento em que o Rio adquire o status de cidade complexa, vai apontando para a desordem urbana crescente. E esta tem como corolário aquilo que os economistas chama de “deseconomias externas”.

(...) Se foi assim durante três décadas, pior na última quando a política adotada – indutora do informal – que procurava compensar a miséria e a crise social com a liberação desregrada dos espaços públicos, terminou por exacerbar dramaticamente a desordem urbana. A consequência foi a multiplicação das deseconomias externas e o desinvestimento como processo lógico (Maia: O Globo – 29 de novembro de 1992)

O prefeito eleito tenta mostrar, portanto, que as externalidades negativas resultantes da desordem urbana e da degradação do espaço público têm influência direta sobre a crise econômica da cidade do Rio de Janeiro, pois seriam fatores determinantes da fuga de investimentos na cidade e, conseqüentemente, do esvaziamento econômico da década de 1980. Seria a partir desse diagnóstico, pelas palavras do próprio prefeito César Maia, que se definiria a ação político-administrativa de seu governo.

⁸ Vale destacar que um dos temas que marcou o debate eleitoral em 1992 foi o da segurança, fortemente influenciado, entre outros fatos, pelas imagens de “arrastões” nas praias da zona sul carioca veiculadas por telejornais de grande audiência. Enquanto a candidata do Partido dos Trabalhadores, derrotada no 2º Turno, que tinha adotado na campanha o slogan “mulher, negra e favelada” criando forte identificação com parcela da população, era subliminarmente associada a tais eventos, ou melhor, à possibilidade de repetição dos mesmos no futuro, nas manifestações do então candidato César Maia despontava-se o discurso da necessidade de restabelecimento da ordem urbana como fator fundamental para superar tal problema.

A formulação estruturada sinteticamente, de modo claro e objetivo, num jornal de grande circulação consumido pelos formadores de opinião busca elevar um determinado fenômeno à condição de problema urbanístico, colocando-o como uma questão central a ser enfrentada. Oliveira, ao tentar compreender o modo como se dá a construção social dos problemas urbanos, diz que “o que é considerado problema urbanístico não é o fruto retirado de uma realidade objetiva apreendida por todos, mas integra um processo de construção de versões sobre esta realidade”. Neste sentido, “diante de uma dinâmica seletiva sobre os diversos problemas e demandas potencialmente existentes num espaço com a complexidade do Rio de Janeiro, um problema urbanístico é uma condição ou situação que é rotulada enquanto problema nas arenas do discurso e ação públicos (...)” (Oliveira: 1999, p.26).

A autora complementa a reflexão explicando ainda que “no caso dos problemas de caráter urbanístico, a absorção, por parte da sociedade, de sua importância e gravidade, é um importante instrumento na legitimação de ações e inversão de recursos financeiros, funcionando como justificativa para a opção governamental, certamente em detrimento de outras alternativas.” (Oliveira: 1999, p.28).

Independentemente de qualquer juízo de valor em relação a pertinência ou não da análise ofertada por César Maia, o que importa perceber é que essas são as considerações iniciais da construção de um novo, pelo menos no seu formato, discurso sobre a cidade. Além das questões da ordem urbana e do espaço público, que ao longo de seu mandato estariam sempre sendo retomadas, Maia apresentava, antes mesmo de sua posse, como ponto também fundamental, a necessidade da inserção do Rio de Janeiro na rede de cidade globais, pretendendo, para tanto, investir em cultura e na atração de empresas e serviços.

“A agressividade em matéria econômica terá como substância a visão estratégica do Rio como Cidade Global, em que a mola propulsora da procura da dimensão internacional do Rio será a Indústria da Cultura, única capaz de atrair, de todas as partes, a mobilidade de atores econômicos, políticos, sociais e culturais. O canal desta agressividade será o entendimento do Rio como locus preferencial dos serviços avançados, do terciário superior.” (Maia: O Globo – 19 de novembro de 1992).

No mesmo artigo que tratava do problema das externalidades negativas resultantes da desordem urbana, Maia incluía em seu discurso a perspectiva de projetar

internacionalmente o Rio de Janeiro. Deste modo, começava a se delinear o caminho a ser seguido pela política urbana na cidade do Rio de Janeiro, pois essas idéias, ainda preliminares naquela ocasião, ao se confirmarem como pressupostos da administração municipal, conferiam uma importância particularmente significativa, dentro do programa de governo, para as ações sobre o espaço urbano.

Também antes da posse do prefeito eleito, o indicado para a Secretaria Municipal de Urbanismo também ocupava as páginas dos jornais apresentando suas intenções para a cidade. Em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada em dezembro de 1992, sob o título de “Preparar o Rio para o futuro”, Luiz Paulo Conde anunciava algumas de suas idéias. Entre elas, pode-se destacar a mesma intenção de César Maia de inserir o Rio de Janeiro no cenário competitivo internacional das cidades. Conde afirmava que “(...) hoje existe uma rede de cidades. E o Rio – pelo seu tamanho e pela peculiaridade que tem sob o ponto de vista da beleza – tem um papel fundamental a desempenhar nessa rede de cidades” (Conde: Jornal do Brasil – 06 de dezembro de 1992).

Na mesma entrevista, o ainda futuro Secretário mencionou, de passagem, o plano estratégico de Madri. Ainda que não se tenha sido assunto principal, já havia ali uma sinalização de que se buscava um novo modelo de planejamento para o Rio de Janeiro, até porque o próprio Conde já se colocava, antes mesmo de ser cogitado para a secretaria municipal de urbanismo, como crítico ao modelo do Plano Diretor, que havia sido aprovado em 1992. Quase três anos antes, logo após ter sido eleito diretor da FAU/UFRJ, também em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada em janeiro de 1990, comentava o Plano Diretor que, na ocasião, estava ainda em elaboração, dizendo que:

“Na minha opinião é uma idéia acadêmica, que não dá resultado. O plano é estático. Sou favorável aos planos macros de transporte, ecologia e infra-estrutura urbana e de uma visão de bairro, no sentido de identificar aquilo que existe de mais significativo e que deve ser preservado. Quanto mais novos planos a cidade tiver, mais chances terá de se deteriorar. Advogo a descentralização de planejamento (...)” (Conde: Jornal do Brasil – 23 de janeiro de 1990).

Na entrevista concedida em 1992, após a indicação para o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo, destaca-se ainda que os entrevistadores, na apresentação, dizem que Conde “sonha entregar áreas degradadas a escritórios particulares, prática comum a muitas cidades do mundo” (Jornal do Brasil, 06 de dezembro de 1992). Evidenciava-se, já nesse momento, o protagonismo que os arquitetos teriam durante o período ao se buscar

implementar na cidade do Rio de Janeiro o que Conde definiu como “uma política urbanística informada pelos mais recentes avanços teóricos que enfatizasse o local, o desenho, a imagem e a cultura urbana”⁹. A implantação de uma política de projetos.

Interessante também observar que de forma recorrente justificam-se opções políticas de governo com base no argumento de que determinada prática ou procedimento é usual em outros países. Durante as gestões César Maia e Conde, este mecanismo aparece não apenas no discurso, mas sobretudo na efetiva contratação de consultores internacionais para desenvolvimento de determinados projetos, resguardados os espaços para atuação dos profissionais brasileiros.¹⁰

2.2 – Os Planos Diretor e Estratégico do Rio de Janeiro: dois modelos urbanísticos em discussão nos anos 1990

Em junho de 1992, poucos meses antes das eleições para prefeito que conduziria César Maia ao poder executivo do município, foi aprovado o Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro, lei municipal que dispõe sobre a política urbana, fixando suas diretrizes, prevendo instrumentos para sua execução e definindo políticas setoriais e seus programas. A elaboração do Plano Diretor respondia à exigência da Constituição Federal de 1988 (Art. 182) para os municípios com mais de 20.000 habitantes, porém a sua aprovação, mais do que isso, pode ser considerada como o momento de consolidação de alguns princípios que deveriam nortear a gestão urbana e a administração pública num novo contexto sócio-político instaurado pelo restabelecimento da democracia no país e pela promulgação da nova Constituição.

⁹ Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas / IplaRio: 1996, p.13.

¹⁰ Impossível deixar de comentar, que na atual administração do Prefeito César Maia, iniciada em 2001, portanto fora do recorte temporal adotado neste trabalho, esta questão ganhou novos contornos com os projetos para o Museu Guggenheim e para a Cidade da Música. Mais do que contratar consultores internacionais, a Prefeitura decidiu contratar renomados arquitetos estrangeiros (Jean Nouvel e Christian Portzamparc, respectivamente) para desenvolverem dois grandiosos projetos apresentados como os principais do momento, o primeiro na Área Central, no Pier Mauá, e o outro na Barra da Tijuca. Tais contratações, por valores jamais realizados para contratação de profissionais locais, sem qualquer processo licitatório ou concursos públicos, têm gerado grandes polêmicas, inclusive no que diz respeito ao cumprimento da legislação que regula o exercício da arquitetura e urbanismo no país e a atuação de estrangeiros. O que causa perplexidade, entre outras coisas, é o modo como, nessa situação limite, o arquiteto transformou-se numa “griffe” e o objeto arquitetônico nada mais do que um simples gesto, resultante de um arroubo quase delirante de uma administração municipal que decide realizar vultuosas obras com recursos públicos.

A década de 1980 foi um período de grande mobilização social, em que destacou-se a atuação bastante significativa dos movimentos populares pela reforma urbana, resultando, inclusive, na introdução de conceitos oriundos desse ideário no capítulo de política urbana na Constituição Federal de 1988. Mesmo com limitações, o capítulo representou um avanço para a instituição de um aparato legal que pudesse garantir a gestão democrática da cidade, a função social da propriedade urbana, entre outros valores.

“Apesar de uma certa falta de clareza no texto da lei sobre o significado da expressão “função social”, a Constituição apontou alguns caminhos e criou instrumentos para iniciar a implementação das pretendidas reformas. A gestão da política urbana foi deslocada, prioritariamente, para a esfera dos municípios que, tendo mais de 20 mil habitantes, ficaram obrigados a elaborar um plano diretor. Este, por sua vez, deve refletir na sua elaboração e no seu conteúdo a nova ordem política-jurídica do país, estabelecida com o retorno do estado de direito e com a ampliação da participação popular e gestão democrática da coisa pública.

O próprio movimento social em prol da reformulação das condições de vida nas grandes cidades, seguro de que seria impossível se repetir no novo contexto constitucional a experiência autoritária e tecnocrática do planejamento das décadas anteriores, lutou para que os novos planos diretores fossem o fio condutor desse processo (...)” (Cavaliere: 1994, p.374).

A elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro se deu em meio a debates que envolveram não apenas parlamentares e políticos em geral, mas também a sociedade civil organizada, através de associações comunitárias e entidades de classe ou empresariais, além de universidades, ONGs, etc. Pode-se dizer que, ao longo do processo, houve grau de participação ao menos razoável. Entretanto, apesar da lei aprovada, seria necessária a regulamentação de vários dos seus artigos para efetivamente entrar em vigor, o que, devido ao calendário eleitoral, ficaria para a gestão seguinte.

Logo no início de seu mandato, em março de 1993, César Maia edita em um pequeno livro o Plano Diretor, justificando na sua apresentação que “a participação da sociedade na condução da coisa pública passa primordialmente pela democratização da informação (...)”. O prefeito defende a continuidade no processo de planejamento, mas, contraditoriamente afirma que “com o objetivo de garantir os procedimentos democráticos

que orientaram a elaboração do plano diretor, solicitei à Câmara a retirada de projetos de lei destinados à sua regulamentação e que teriam sido, por premência de tempo, enviados ao Legislativo antes de sua ampla discussão”. Deste modo, ainda que manifestando-se em favor da continuidade no processo de planejamento, o novo prefeito retirou da câmara justamente os projetos de lei que regulamentavam os artigos mais polêmicos do Plano Diretor, tidos como os que lhe conferiam o caráter redistributivo por constituírem instrumentos de regulação urbanística que possibilitariam ao poder público captar parte da valorização imobiliária e fundiária do processo de urbanização e, eventualmente, redirecionar os vetores de expansão e adensamento urbanos.

“Uma vez empossado, (o novo prefeito) retirou da Câmara de Vereadores os três únicos projetos de lei de regulamentação do Plano Diretor para lá enviados no final do governo anterior: o solo criado, o imposto progressivo sobre a propriedade predial e territorial urbana e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, para onde iriam os recursos oriundos do solo criado.” (Cavaliere: 1994, p.398).

Na prática, ao retirar tais projetos de lei da Câmara, o prefeito realizou o primeiro ato de esvaziamento do Plano Diretor enquanto instrumento orientador da política urbana do município. Já nos primeiros atos e durante do todo o mandato, a política urbana do Rio de Janeiro passaria a ser determinada por concepções distintas das que nortearam a elaboração do Plano Diretor, consolidando-se, posteriormente no Plano Estratégico do Rio de Janeiro. Deste modo, gradativamente buscou-se a substituição de um modelo que reafirmava o papel de grande regulador do ordenamento urbano a ser assumido pelo poder público, expresso de modo documental através de lei, para um novo modelo baseado na regulação urbana com atuação bem mais determinada pelas forças do mercado, tendo o papel do poder público sido deslocado para o de um agente incentivador de iniciativas diversas.

“Cotejando-se os dois planos, a primeira diferença a ser ressaltada é o papel atribuído à administração municipal. O Plano Diretor assume o papel regulatório desta na gestão de interesses e necessidades díspares que se materializam no território municipal, buscando ordená-lo de modo a promover um desenvolvimento equilibrado. Enquanto lei destinada a normatizar as ações dos cidadãos, em seu campo de abrangência, o Plano Diretor se configura como um código que visa homogeneizar direitos e deveres de uma Cidade marcada pela pluralidade social, tendo a administração municipal o papel de principal organizador da produção do espaço urbano. Com lógica e propósitos distintos, o Plano Estratégico concebe papel diferente para a administração municipal. Esta divide com

agentes privados, através de parceiras, a atribuição de melhorar as condições de competitividade da Cidade e da qualidade de vida de seus habitantes. No Plano Estratégico, à administração municipal não cabe, portanto, o papel regulatório sobre os agentes da Cidade, mas sim o incentivo àqueles projetos identificados como necessários ao atingimento dos objetivos ali expressos, sob a égide da parceria público-privado.” (Oliveira: 1999, p.78-79).

Esta transição de modelos urbanísticos não se dá como acontecimento isolado no Rio de Janeiro, mas como fenômeno verificado em várias cidades do mundo. Situa-se, de fato, num amplo debate sobre o papel do planejamento urbano, no qual é confrontado um modelo mais rígido e de longo prazo, que pensa a cidade como o suporte físico de uma sociedade plural, que portanto precisa ser regulada, com um outro modelo que advoga, sob o título de flexibilização, a desregulamentação urbanística como uma necessidade pragmática que permita aproveitar as oportunidades do presente para a construção do futuro. Neste sentido, ganha relevância o “urbanismo de resultados”, classificado por Ascher como o urbanismo “que define performances a serem obtidas sem prejudicar modalidades de realização” (Ascher: 1994, p. 94).

Deste modo, a perspectiva globalizante do primeiro modelo, em que a cidade é tratada no seu conjunto, ainda que identificando-se diferenciações internas e trabalhando-se com elas, passa a ser substituída por uma nova concepção que trata a cidade pelas suas partes, valendo-se de ações paradigmáticas localizadas pontualmente que, supostamente, repercutiriam para a cidade como um todo. Buscam-se, ainda que a partir de ações localizadas, resultados de grande visibilidade que sejam capazes de produzir efeitos positivos sobre a imagem da cidade a ser veiculada e ofertada no mercado urbano.

No caso carioca, o que se verificou foi o rompimento de um processo minimamente construído pelas forças que compõem a sociedade local, que teve como resultado um Plano Diretor¹¹, para a adoção de uma série de recomendações definidas numa agenda internacional para as cidades do século XXI, justificada pela conjuntura econômica da globalização, que aponta a inserção na rede de cidades mundiais como principais perspectiva e objetivo que devem ter as administrações municipais. As considerações de

¹¹ Deve-se observar que mesmo mantendo traços de uma concepção tecnocrática, o Plano Diretor institui alguns instrumentos urbanísticos e cria Conselhos de representante da sociedade civil que poderiam sinalizar para a criação de condições para a gestão democrática da cidade.

Compans sobre o tema ajudam na compreensão desta mudança de paradigma, resumindo o corte que a justificaria segundo seus defensores.

“O planejamento, tal como concebíamos, fazia parte da idéia central de modernidade, na medida em que seu objetivo era criar uma sociedade melhor em todos os planos de integração territorial, impondo sobre a dinâmica urbana das forças sociais uma ordem concebida de racionalidade guiada por preceitos científicos. O urbanismo que lhe correspondera, portanto, preocupava-se com o controle dos processos de urbanização, identificando investimentos públicos potenciais e/ou instrumentos legais-burocráticos capazes de assegurar algo convencionalmente chamado de: qualidade de vida.

Em meio a um período de profundas transformações econômicas, sociais e políticas que atravessamos, esta herança do iluminismo parece sepultar-se na convicção predominante sobre a impossibilidade de prever e planejar o futuro, pois a nós ele não pertence. A pós-modernidade reservou a modéstia aos planejadores e urbanistas. Diante da desordem e complexidade crescentes eles só podem esperar ser eficazes no presente efêmero, dedicando-se apenas a processos que operam no tempo atual ou real.

Se o planejamento que se concebe hoje não tem mais a intenção – ou a capacidade – de estabelecer prognósticos e propor intervenções que substituam as livres forças do mercado, mas apenas acompanhar e impulsionar incontestavelmente o Mercado, através do desenvolvimento de determinadas estratégias, o urbanismo que lhe corresponde limitar-se-á em organizar espacialmente os elementos físicos pertinentes a tais estratégias, a despeito de toda e qualquer perspectiva abrangente que outrora o caracterizara.

O novo urbanismo deverá desta forma abandonar o rígido e impotente funcionalismo do passado, representado pelo zoneamento tradicional e pelo plano diretor, em favor de uma concepção mais integral e polivalente de cada zona da cidade a partir de algumas obras urbanas específicas, grandes projetos com os quais se espera alavancar a dinâmica urbana desejada: de crescimento, de mutação ou de reestruturação.” (Compans: 1996, p.220).

As novas diretrizes adotadas pela administração municipal do Rio de Janeiro, a partir de 1993, marcaram a adoção dessa perspectiva para o planejamento urbano, que ao longo dos anos foi sendo legitimada pela ampla difusão do seu discurso e pela implementação de alguns projetos que obtiveram grandes efeitos midiáticos, demonstrando uma postura mais “ativa” do poder público, contrastando com papel “passivo” que lhe cabia no planejamento tradicional.

O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) resulta de um acordo de cooperação entre a Prefeitura Municipal, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), assinado em novembro de 1993, ainda no primeiro ano de mandato do prefeito César Maia. A empresa TUBSA – Tecnologias Urbanas de Barcelona foi contratada¹² para prestar consultoria na elaboração do plano, numa clara indicação de que a experiência da cidade catalã seria referência fundamental para o Rio de Janeiro, que chegou até mesmo a apresentar candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004¹³. Em 1997, Luiz Paulo Conde, já como prefeito do Rio de Janeiro, em artigo publicado no Jornal O Globo em 31 de julho (p.7) intitulado “Tony Blair adota o modelo Barcelona”, tratava do tema, lembrando que “(...) de fato, desde 1994, o Rio de Janeiro vem adotando em muitos de seus programas de melhoramentos (Rio Cidade, Favela Bairro, Rio Mar e outros) conceitos de planejamento e técnicas de intervenção projetual que muito se identificam com as idéias difundidas pelos catalães (...)”.

Duas etapas principais caracterizaram a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: o Diagnóstico, concluído em dezembro de 1994, e o Relatório Final, homologado em setembro de 1995. O Diagnóstico estruturou-se a partir de seis temas principais: atratividade; emprego; dinâmica urbana; qualidade de vida; imagem e cidadania; e administração pública, tendo sido identificadas inúmeras tendências, pontos fortes e pontos fracos para cada um deles. O Relatório Final foi composto do objetivo central; 7 estratégias; 21 objetivos; 61 ações e 161 projetos. Segundo Cocco, o PECRJ assumiu “um papel de síntese geral do conjunto de projetos e eixos de intervenção pública (e privada) no Rio de Janeiro, inclusive dos que não dependiam diretamente de seu âmbito” (Cocco: 2001, p.12-13). Neste sentido, ele não é propriamente o ponto de partida para nortear a política urbana, mas um marco que legitima o discurso e até mesmo práticas e projetos já em curso na ocasião de sua aprovação.

A justificativa oficial para a adoção do planejamento estratégico no Rio de Janeiro pode ser resumida pelo pequeno texto a seguir:

¹² A contratação da empresa de consultoria foi realizada por um consórcio de empresas e entidades criado em fevereiro de 1994. O Consórcio Mantenedor, como foi chamado, reuniu mais de 40 empresas, segundo documentos oficiais “preocupadas com o futuro da cidade”, que financiaram as atividades para realização dos trabalhos.

“Como técnica, o planejamento estratégico surgiu no meio militar. Nos anos 60 foi adotada pelo setor privado, com o objetivo de fortalecer a competitividade das empresas nos seus mercados. No final dos anos 70 começou a ser utilizado em grandes cidades dos Estados Unidos e da Europa. A complexidade dos problemas que afetam a cidade e as incertezas geradas pelas rápidas transformações evidenciaram as limitações das formas tradicionais de planejamento. A metodologia evoluiu e incorporou a participação de todos os segmentos da sociedade no processo de planejamento, não só para obter consenso em relação às ações para o futuro, mas para que fossem consideradas todas as necessidades políticas, sociais, culturais e tecnológicas que ocorrem no mundo, especialmente, nas cidades. O Rio de Janeiro foi a primeira metrópole no hemisfério sul a utilizar o planejamento estratégico urbano como ferramenta para a construção do seu futuro.” (www.rio.rj.gov.br/planoestrategico).

2.3 – Publicização e consolidação de um novo discurso sobre a cidade no Rio de Janeiro

O início da administração César Maia, como já foi visto, deixou claro que o modelo urbanístico que orientaria a política urbana daquele governo, e mais tarde do governo Conde, não seria o previsto no Plano Diretor, mas outro, que responderia a uma lógica distinta, que pautou os anos 1990, pertinente à grande expansão neoliberal no cenário político, fundado na lógica da cidade como mercadoria e da administração empresarial da cidade. Neste sentido, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro aparece como peça fundamental, pois incorpora vários desses valores. Entretanto, é possível se identificar uma série de outros elementos e momentos de difusão e consolidação do novo discurso que passava a orientar então a política urbana no município.

Tais elementos e momentos caracterizam-se como manifestações na grande mídia, realização de eventos como seminários, *workshops*, e conferências, edição de publicações especializadas, implementação de programas e projetos urbanísticos e eventualmente apenas o anúncio e propaganda de determinados projetos. São, ainda que de diferentes naturezas, marcos que enunciam os pressupostos da administração pública municipal no campo do urbanismo, ou que dão publicidade aos seus eventuais resultados. Alguns desses marcos estão aqui identificados e comentados por serem compreendidos, independentemente dos objetivos específicos de cada um, como

¹³ Em 1992, Barcelona sediou os Jogos Olímpicos e a preparação da cidade para o evento foi marcada pela implementação de diversos projetos urbanísticos.

veículos de comunicação para diferentes públicos, dependendo de cada caso, das idéias principais que balizaram o discurso e a atuação urbanística na última década no Rio de Janeiro.

O apanhado apresentado a seguir ilustra, de modo sintético, como ganhou visibilidade e até mesmo respaldo tal ideário. Entre os artigos e entrevistas para jornais de grande circulação, são pinçados fragmentos de textos ou manifestações de César Maia e Luiz Paulo Conde, com o objetivo de mostrar como esses dois grandes protagonistas do período buscaram se dirigir ao grande público através da imprensa em diferentes ocasiões durante seus mandatos.

Como já assinalado anteriormente, o prefeito César Maia, antes mesmo de assumir o cargo, já ocupava páginas da mídia apresentando visão particular sobre a questão urbana. Reafirmava, já depois de empossado, que havia sido eleito por ter realizado um diagnóstico da crise do Rio diferente do convencional. Para ele “a questão básica não estava na esfera econômica – como em geral se pensava – mas na esfera urbana” (Maia: 26 de abril de 1995 – Jornal do Brasil).

Em meados de 1994, já com mais de um ano e meio de governo, começava a ser apresentada para o grande público a estratégia de intervenções urbanas adotada pela prefeitura, calçada ainda no que foi chamado pelo prefeito de diagnóstico da crise e no discurso do combate à desordem urbana e de investimento no espaço público. No artigo intitulado “Rio: cidade contra cidade”, publicado em setembro de 1994, César Maia lança o Projeto Rio Cidade¹⁴, como se pode observar através de algumas passagens do texto.

¹⁴ A descrição do Projeto Rio Cidade que consta no *site* do Instituto Pereira Passos (www.rio.rj.gov.br/ipp) diz que:

“O programa RioCidade, iniciado em 1993, foi uma das maiores intervenções urbanísticas na história recente da cidade. Este programa, de reestruturação urbana das principais artérias de ligações da cidade, objetiva melhorar a qualidade de vida da população e a revitalização do comércio.

Com a implantação das obras do RioCidade, podemos observar uma cidade mais acolhedora, humana, ordenada, que privilegia o pedestre em detrimento do automóvel.

Melhoria da acessibilidade de pedestres, inclusive dos portadores de deficiências físicas, racionalização do sistema viário, melhoria da infra-estrutura de drenagem, esgoto e energia, implantação de novos mobiliários urbanos, criação de áreas verdes e de lazer, iluminação mais eficiente, são alguns dos itens agregados pelo programa às áreas de intervenção e que vem influenciando positivamente outras áreas da cidade.

“Se alguma intervenção realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro merece a adjetivação de estratégica – no sentido de Drucker, ou seja, “o que há de futuro no presente” – esta é a reconstrução dos espaços públicos, sublinhada pelo projeto Rio-Cidade (...)

A desordem urbana – como elemento explicativo central daquela crise – será também o obstáculo estratégico a ser superado. (...) Desatar este nó desordenador é a tarefa básica e estratégica de governo. O globo de nossas intervenções tem este fulcro. Elas se desdobram em três instâncias: a acupuntura urbana, as microintervenções urbanas, e o projeto que costurará o conjunto: Rio-Cidade. (...) o projeto Rio-Cidade reconstruirá os corredores centrais de 19 bairros, ativando a sensação de pertencimento ao bairro tão marcante entre os cariocas. A nossa visão estratégica se apóia numa leitura das grandes cidades contemporâneas como construtoras do conceito que hoje temos de “público”. (...) (Maia: 06 de setembro de 1994 – Jornal do Brasil).

Naquele momento, já apareciam alguns elementos novos que contribuiriam para contornos melhor definidos daquilo que se está se chamando de novo discurso sobre a cidade no Rio de Janeiro. O primeiro deles é a idéia de que as intervenções urbanas propostas e realizadas pela prefeitura fazem parte de uma ampla estratégia. A associação entre as intervenções e a imagem da acupuntura transmite a idéia de que mesmo sendo propostas ações pontuais, essas intervenções estão articuladas e justificadas por um amplo conhecimento do todo, que permite se definir alguns pontos principais. Outro aspecto interessante no texto é a referência às grandes cidades contemporâneas, que acaba por se constituir num artifício, nada incomum, através do qual se justifica determinadas opções por terem também sido adotadas nas cidades do “mundo desenvolvido”.

É evidente que a observação e conhecimento de experiências externas é recomendável e, de fato, pode apontar alternativas para a realidade local, porém no discurso essas referências tornam-se mais do que isso, caracterizando-se como elementos legitimadores. Na experiência brasileira, observa-se, com certa recorrência, a simples importação de modelos sem os filtros necessários para adaptá-los às circunstâncias específicas aqui encontradas. Neste sentido, é importante trazer à tona a preocupação de

O projeto beneficiou as seguintes áreas: Bonsucesso, Campo Grande, Catete, Centro, Copacabana, Ilha do Governador, Ipanema, Leblon, Madureira, Méier, Pavuna, Vila Isabel, Saens Peña e Voluntários da Pátria. Atualmente estão em fase de obras os RioCidades Haddock Lobo, Ramos, Rocha Miranda, Irajá, Realengo e Bangu e em fase de licitação para as obras o RioCidade Santa Cruz.”

Maricato em pensar como será estruturado o planejamento urbano no Brasil no início do século XXI. A autora observa riscos na incorporação de novos modismos e conceitos reificados, afirmando que “é muito deprimente assistir à contraditória e alienada absorção de um modelo importado e depois absorver, também de fora, sua própria crítica, para em seguida colocar sem mediações outro modelo no lugar” (Maricato: 1997, p.121). Santos já advertia, há mais de dez anos, que “o Brasil é um país famoso por sua antropofagia; absorve novidades sem muita relutância ou exame prévio” (Santos: 1988, p.185).

Outro artigo importante publicado por César Maia, também no Jornal do Brasil, alguns meses depois, já em 1995, abordou outra interessante questão, esta relacionada à inserção do Rio de Janeiro no cenário internacional e a necessidade de implementação de algumas ações, entre as quais a implantação de um Teleporto na área central do Rio de Janeiro, que demandaria um grande projeto urbanístico até hoje apenas parcialmente executado. Algumas passagens do texto ilustram as idéias anotadas.

O processo de globalização constrói e acentua uma rede de cidades interativas que difundem as informações e os negócios. Algumas delas vão mais longe. Conseguem ser o locus principal de deslocamento dos atores mais relevantes, sejam eles econômicos, sociais, culturais ou políticos. (...) O Rio é uma cidade aberta e com identidade internacional. (..)

(...) A inserção do Rio no colar global de pérolas informacionais exige nossa capacitação para nuclearizar, simultaneamente, do ponto de vista tecnológico, o terciário superior, ou seja, serviços avançados constituintes de uma sociedade informacional em um mundo globalizado. Esta é uma ação estratégica (...) (Maia: 06 de janeiro de 1995 – Jornal do Brasil)

Com este texto, César Maia explicita claramente sua intenção de buscar condições para alçar o Rio de Janeiro ao patamar das cidades globais. Assimila, assim, a tese de que este deve ser o grande objetivo das administrações municipais, incorporando o pensamento sintetizado por Borja e Forn para as cidades européias, segundo o qual “o elemento chave para o progresso da cidade européia hoje é sua inserção em um sistema de relações internacionais” (Borja e Forn: 1996, p.37). Os autores vão ainda mais adiante, ressaltando a importância do marketing urbano e afirmando que “a mercadoria cidade, vender a cidade, converteu-se, portanto em uma das funções básicas dos governos locais (...)” (Borja e Forn: 1996, p.37).

Tendo como referência essa idéia de se vender a cidade, de projetar a cidade para fora, a área central do Rio de Janeiro parece ter assumido um papel particularmente importante, como denotam os diversos projetos para ela propostos e o próprio PECRJ, que nas estratégias “Rio Integrado” e “Rio, Pólo regional, nacional e internacional” refere-se com destaque ao Centro. Numa, colocando a revitalização do centro como um dos objetivos da cidade devido ao seu papel “de articular e se ser o foco de atração da cidade”. Na outra, apresentando como objetivo tornar a cidade “um pólo cultural e centro de atração nacional e internacional”. Para tanto, sugere-se, entre outras ações, reforçar as infra-estruturas culturais do Centro, redefinir a imagem do Rio e criar um projeto de marketing para a cidade. Sem mencionar especificamente a necessidade realizar ações na área central, a estratégia “Portas do Rio”, que apresenta como um dos objetivos principais da cidade que ela seja convertida num pólo de conexão do Brasil com o exterior, também sugere a importância da área central.

Após assumir a prefeitura da cidade, Conde também buscou a comunicação com o grande público através da mídia impressa, porém em seus artigos tentou muito mais se ater em resultados dos projetos implementados do que abordar questões mais gerais para contextualizá-los, como parecia procurar fazer seu antecessor. Deste modo, reiteradas vezes dedicou-se ao Rio-Cidade e ao Favela Bairro¹⁵, que se transformaram nas grandes vitrines do discurso.

Rio Cidade e Favela Bairro, como popularmente ficaram conhecidos os programas de intervenção urbana de maior repercussão, e efetivas realizações, criados na primeira

¹⁵ A descrição do Programa Favela Bairro que consta no *site* da Secretaria Municipal de Habitação (www.rio.rj.gov.br/habitacao) diz que:

A proposta do Programa Favela-Bairro é integrar a favela à cidade, dotando-a de toda a infra-estrutura, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, o Programa já engloba 158 comunidades, beneficiando cerca de 600 mil pessoas. Nessas áreas, a Prefeitura está abrindo e pavimentando ruas; construindo redes de água, esgoto e drenagem, creches, praças, áreas de lazer e quadras poliesportivas; canalizando rios; contendo e reflorestando encostas; reassentando famílias que se encontram em áreas de risco e reconhecendo nomes de ruas e logradouros.

Paralelamente à transformação urbana, o Favela-Bairro vem promovendo a geração de emprego e renda e melhorando o nível socioeconômico das famílias dessas áreas. Os moradores estão tendo acesso ao crédito a programas de educação (alfabetização e conclusão do 1º e 2º graus), de esporte e de capacitação profissional; a cursos de informática; à formação de cooperativas; à legalização de estabelecimentos comerciais; e a instalação de serviços telefônicos.

Iniciado em 1994, o Favela-Bairro conta com investimentos da Prefeitura, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da União

administração César Maia, merecem destaque em relação às demais iniciativas integrantes da política urbana recente do município, pois além de serem, sem dúvida, os mais comentados pela grande mídia, são também apontados pela própria Prefeitura como os mais importantes. É o que se afirma no Relatório de Atividades da IplanRio, atual Instituto de Urbanismo Pereira Passos (IPP), de 1997:

“A continuidade administrativa possibilitou o prosseguimento dos programas e projetos concebidos na administração passada. Concluiu-se os projetos iniciados e expandiu-se para outras áreas as experiências bem sucedidas avaliadas e aperfeiçoadas. Os exemplos mais relevantes desta premissa são os projetos dos programas Favela Bairro e do Rio Cidade.” (IplanRio: 1997, p.03)

Essa importância aparece não apenas em relatórios internos, mas também no centro do discurso do prefeito Conde, que em 1997 escreveu artigo no Jornal O Globo, intitulado “O Rio de todos nós” no qual dizia que:

“Com o Rio-Cidade e o Favela-Bairro criamos, ao mesmo tempo, um fato urbanístico, um fato econômico e um fato político.

Foram – estão sendo e continuarão a ser – tanto o Rio-Cidade quanto do Favela-Bairro intervenções para renovar a cidade e para integrar as populações das favelas como há décadas o Rio não via.” (Conde: 02 de maio de 1997 – O Globo)

Deve-se observar que em 1997, primeiro ano da gestão Conde, reforçava-se ainda o caráter de continuidade administrativa do governo, o que seria renegado posteriormente com o rompimento do prefeito com seu antecessor. No que se refere às intervenções sobre o espaço urbano, Rio Cidade e Favela Bairro cumpriam papel fundamental neste sentido. Eram tidos como programas que foram formulados e tiveram seus primeiros resultados na própria administração César Maia, e que com Conde eram reavaliados e continuados com o atendimento de novas áreas da cidade com seus benefícios. No plano do discurso, foram cada vez mais se consolidando o primeiro como sendo a principal referência de “um novo padrão de estética e funcionalidade” (Rio Informa – 2000, p.71) e o outro como sendo “o mais importante programa de inclusão social em andamento no mundo” (Rio Informa – 2000, p.39).

Européia (UE). O Programa hoje alcança 119 comunidades médias (de 500 a 2.500 domicílios), 35 pequenas (de 100 a 500 domicílios) e 4 grandes (acima de 2.500 domicílios).

A publicização e consolidação do discurso sobre a cidade, assim como a busca pela aprovação dos princípios da política urbana do Rio de Janeiro no período 1993-2000, não se restringiu apenas a eventuais artigos em jornais ou a propaganda de resultados de projetos implementados. É possível identificar, na realização de determinados eventos, em publicações oficiais, e na busca pela Prefeitura de trazer personalidades estrangeiras afinadas com essas idéias para palestras e consultorias, a intenção de criar as condições para legitimar as opções escolhidas. Deste modo, dirigindo-se ora ao corpo técnico da própria Prefeitura, ora à categoria profissional dos arquitetos, e muitas vezes ao grande público através da mídia, observa-se a sedimentação do discurso associada à criação de um aparente consenso em torno dele.

Foram muitos os eventos realizados desde o início da administração César Maia, mas sobretudo durante a gestão de Luiz Paulo Conde, que tiveram como foco principal a política urbana, a cidade contemporânea, experiências urbanísticas realizadas em outras cidades, etc. O conjunto deles é mais uma indicação da centralidade que ocupou a questão urbana nas últimas administrações municipais. Ainda que geralmente tenham, de fato, se configurado como interessantes espaços de debates, contando em várias ocasiões com a participação de instituições universitárias, podem ser caracterizados também como iniciativas que cumpriram o papel de consolidação e legitimação do discurso e práticas da Prefeitura ao longo da última década, principalmente entre os profissionais arquitetos.

Diversos eventos poderiam ser comentados, porém um deles merece destaque especial por ter reunido dois arquitetos internacionais que influenciaram diretamente a política de projetos adotada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e tiveram efetiva participação em projetos para a área central do Rio de Janeiro. Em junho de 1997, pouco mais de seis meses depois de Luiz Paulo Conde assumir a Prefeitura, o seminário “Da Política da Cidade ao Projeto Urbano” marcou mais uma etapa de afirmação da condução da política urbana da cidade, tal como havia sido estruturada no mandato anterior¹⁶. Foi um grande evento realizado no Teatro Carlos Gomes, no Centro do Rio, dirigido para um público predominantemente de arquitetos, que teve dois conferencistas de renome internacional: Oriol Bohigas e Nuno Portas. Os palestrantes estrangeiros, oriundos da Espanha e de

¹⁶ Deve-se registrar que até os primeiros anos de sua administração Conde ainda era aliado político de César Maia. Ao longo do mandato de Conde, principalmente após a derrota eleitoral de César Maia em 1998 quando lançou-se candidato ao governo do estado, entretanto, os dois passaram de aliados a ferrenhos adversários. César Maia mudou de partido, para disputar as

Portugal respectivamente, apresentaram suas experiências em Barcelona e Lisboa, que no contexto daquele evento serviam como espelho das realizações recentes da Prefeitura do Rio de Janeiro e apresentavam, aos profissionais cariocas, os consultores de alguns dos grandes projetos que começavam a ser concebidos para a área central da cidade..

O seminário ocupou uma manhã da agenda dos arquitetos ilustres, que durante uma semana participaram de diversas atividades e percorreram o centro da cidade para discutir o projeto urbano para a Praça XV e arredores do qual seriam consultores. Naquela ocasião, Nuno Portas já era consultor do projeto de revitalização da Cidade Nova, apelidado de Projeto SAS. A vinda dos arquitetos ao Rio de Janeiro ganhou as páginas dos jornais cariocas, sobretudo porque, ao lançarem suas idéias para a Praça XV, manifestaram o desejo de demolir, pelo menos em parte, o viaduto perimetral. Foi o suficiente para que fosse atraída a atenção não apenas dos profissionais da arquitetura, mas também do grande público para o tema.

Bohigas e Portas atuando junto aos técnicos municipais da área de urbanismo, falando para a categoria dos arquitetos, e dando entrevistas para jornais, cumpriam um importante papel de não apenas estarem apresentando seus trabalhos e trocando experiências, mas, mais do que isso, de se transformarem nos próprios construtores e legitimadores do discurso oficial da prefeitura. Conforme as palavras do próprio Prefeito Conde na abertura do seminário sobre os dois,

“(...) são arquitetos que investigaram o ensino, investigaram a cidade, abriram novas fronteiras, discutiram a arquitetura e o urbanismo em todos os lados, seja na área do ensino, seja na área do projeto arquitetônico, seja na área do urbanismo, seja na área do enfrentamento político. Todos dois tiveram ação política importante em Portugal e na Espanha (...) Então, esses arquitetos, que conseguiram esta múltipla função teórica, projetual, política, são arquitetos que, eu diria para mim, servem como modelo (...)

O grande protagonista hoje é a cidade. A cidade é o grande elemento, o bairro, a quadra, a rua, a recuperação do entorno, a recuperação de ambientes degradados, as transformações nas favelas, isso é que vai ser o trabalho. Então essa volta da discussão da cidade, ela é válida. Então, nós estamos aqui com dois, para mim eles são “gurus”, são pessoas importantes, que têm uma dimensão internacional e vão nos ajudar muito a

compreender, a discutir e avançar na conquista de uma cidade mais humana e melhor para todos.”¹⁷

2.3.1 – A importância dos Programas Rio Cidade e Favela Bairro

Os projetos inseridos nos programas Rio Cidade e Favela Bairro, como já assinalado, transformaram-se nas grandes vitrines do discurso adotada pela administração municipal para a política urbana, tornando-se peças fundamentais para sua difusão e consolidação. Ainda que não seja o objetivo aqui se realizar análise e crítica de tais programas especificamente, torna-se imprescindível verificar a importância que ocuparam no período em análise, através de breves comentários gerais sobre seus objetivos, resultados e procedimentos. O que importa verificar é o modo como a apresentação, realização e divulgação do Rio Cidade e do Favela Bairro, o primeiro concebido no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e o outro formulado no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação¹⁸, transformaram-se também em elementos fundamentais para a legitimação do discurso que sustentava a política urbana implementada.

Neste sentido, três aspectos são de grande relevância. Um diz respeito à própria natureza dos programas, que prevêem projetos específicos para cada intervenção urbana, seja na malha formal da cidade, no caso do Rio Cidade, ou seja nas áreas de favela, no caso do Favela Bairro. O outro ponto a ser destacado refere-se ao modo de escolha dos projetos, ou melhor, das equipes técnicas responsáveis pelos projetos, que se deu através de concurso público organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)¹⁹. O terceiro ponto, ainda que a princípio possa parecer não ser pertinente, diz respeito aos recursos para financiamento dos projetos.

¹⁷ Transcrição do Seminário “Da Política da Cidade ao Projeto Urbano” realizada pelo Grupo de Pesquisa Projetos Urbanos e Cidade, coordenado pela Prof. Denise Pinheiro Machado – PROURB/FAU/UFRJ.

¹⁸ Tanto a Secretaria Municipal de Urbanismo como a Secretaria Municipal de Habitação foram criadas pelo Prefeito César Maia. A de Urbanismo logo no primeiro momento de governo, substituindo a antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e a outra foi estruturada já durante o mandato. Certamente, a criação da Secretaria Municipal de Habitação, bem como a indicação do titular da pasta, o arquiteto Sérgio Magalhães, tiveram a influência direta de Conde. Durante a gestão César Maia, a importância de Conde cresceu de tal modo que acabou o levando a se transformar no candidato oficial na eleições municipais de 1996, quando foi eleito Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁹ Deve-se ressaltar, entretanto, que em relação ao Programa Favela Bairro, só houve concurso público na primeira fase, quando foram selecionadas 15 equipes técnicas para desenvolver projetos para 15 favelas. As equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos da segunda

A idéia de que cada parte da cidade apresenta demandas específicas e que, conseqüentemente, não podem ser atendidas por um projeto padronizado, soou de fato como inovadora. A justificativa para se conceber um programa dessa natureza é estruturada de modo a revelar um conhecimento, por parte de seus idealizadores, dos problemas urbanos próprios da contemporaneidade: Sendo assim, destaca-se a formação de “sub-centros de uma metrópole polinuclearizada, que o Programa Rio Cidade optou por reforçar, em contraposição ao modelo dicotômico de cidade: centro x periferia”²⁰. As intervenções privilegiaram, portanto, alguns dos mais importantes eixos viários da cidade, dedicando-se, sobretudo, à recuperação de infra-estrutura e redesenho do espaço público. Busca-se transparecer a intenção de se investir em diversos pontos de uma grande e complexa metrópole, e não apenas nas áreas tradicionalmente mais atendidas pelo poder público.

Na avaliação da Prefeitura, o Rio Cidade define um momento em que se reverte o papel do urbanismo no Rio de Janeiro. É o momento em que “o urbanismo volta às ruas”²¹, tendo as intervenções urbanas efeitos além daqueles sobre o espaço físico. Tem-se que:

O Rio Cidade, enquanto Programa de Governo, consubstanciou-se, logo, como um ambicioso plano de obras voltado para a reconstrução de espaços públicos, incluindo o disciplinamento de usos e atividades e melhorias dos padrões urbanísticos; foi ainda uma corajosa intervenção no contexto social decadente, amparada e substancial criação de empregos e, por fim, uma inadiável operação de resgate da avariada imagem carioca: a de eterna “Cidade Maravilhosa”. Seu objetivo preciso, as ruas, *latu sensu*. Meta genérica a atingir: restituir aos cidadãos o direito à cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais.²²

A análise mais acurada dos resultados, porém, permite verificar que apenas as questões meramente locais foram enfrentadas pelos projetos, tornando o programa como um todo extremamente limitado quanto às suas possibilidades de interferência na estrutura da cidade. Os próprios recortes espaciais dos trechos de bairros beneficiados pelo Rio Cidade já indicam tais limites, pois em determinadas situações nem mesmo os corredores que formam binários encontravam-se na mesma área de projeto,

fase do Programa foram contratadas por licitações que levavam em consideração currículos, proposta técnica e proposta de preço.

²⁰ Rio Cidade – o urbanismo de volta às ruas, p.25.

²¹ A publicação, bastante bem produzida diga-se de passagem, que registra os diversos projetos do Rio Cidade traz a frase como subtítulo: “o urbanismo de volta às ruas”.

²² Rio Cidade: o urbanismo volta às ruas, p. 24.

impossibilitando qualquer mudança mais eficaz, por exemplo, para os graves problemas de trânsito.

A mesma lógica de realização de projetos específicos para cada área é adotada pelo Favela Bairro. Neste caso, o mote principal do discurso é o da integração, que seria alcançada a partir da ação do poder público em locais que, historicamente, muito pouco se investiu e por muito tempo tiveram seus moradores convivendo com a ameaça de remoção. O Secretário Municipal de Habitação que implementou o programa afirma que:

Atualmente, seis Programas compõem a política habitacional do Município. O primeiro deles – o Favela Bairro – pode ser definido como a consolidação de um consenso social no que se refere à necessidade de integração das favelas à malha urbana, mediante sua transformação em bairros populares. A complementação de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos é acompanhada, de modo coordenado, de ações que apoiam o desenvolvimento de atividades que visam à geração de emprego e renda e outras voltadas para à infância, à adolescência e à terceira idade. (Magalhães: 2002, p.70)²³

Conjugados, Rio Cidade e Favela Bairro produzem um expressivo efeito midiático, pois apresentam-se como “reação” da cidade do Rio de Janeiro a seus problemas, ainda que o Rio Cidade tenha tido alcance bastante limitado e que os dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE apontem o crescimento, nos anos 1990, da população residente em favela com índices superiores aos registrados na década anterior. A questão da “reação” da cidade, representada pelo grande número de obras em curso em determinados momentos, é também utilizada para a desqualificação do modelo tradicional de planejamento que seria o de um urbanismo passivo, que, por seu caráter totalizante e multi-setorial, muitas vezes limitava-se a diagnosticar um conjunto de problemas, propondo soluções genéricas. As intervenções pontuais, ainda que contemplem apenas alguns trechos da cidade, são tidas como ações diretas, resultantes de um modo inovador de tratar os problemas urbanos.

A idéia de que a cidade reagia, ou precisava reagir, aos seus graves problemas encontrava eco em determinados setores da sociedade que deflagaram movimentos, com forte apoio da grande mídia e conseqüentemente da população, que pregavam a auto estima do Rio de Janeiro, ressaltando que os efeitos da crise da cidade recaía

²³ Esta é uma passagem do texto “Habitação e integração: a construção de uma política”, apresentado em 1996 no Seminário Nacional sobre Habitação.

igualmente sobre todos e, sendo assim, todos teriam que se responsabilizar pela sua superação. Neste sentido a estratégia de intervenções urbanas no asfalto e nas favelas fazia parecer que a cidade como um todo mostrava-se capaz de enfrentar seus grandes desafios.

As melhorias implementadas pelos dois programas, principalmente as que dizem respeito às infra-estruturas, eram e são, sem dúvidas, necessárias, principalmente as das áreas favelizadas. Além disto, o Favela Bairro cumpriu o importante papel de eliminar a idéia da remoção de favelas como política de governo, o que representa grande avanço. Porém faz-se necessário estabelecer a diferenciação entre as eventuais necessidades e urgências por obras de melhorias, do discurso propalado em que se aponta para uma grande reversão do quadro de degradação urbana do Rio de Janeiro.

Correndo o risco de uma certa digressão, mas avançando um pouco nessa particularidade do tema, vale recuperar trecho de uma entrevista do ainda Secretário Municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde, concedida em 1995 ao Jornal do Brasil, intitulada “O Rio se renova ou acaba”. Dizia o secretário que:

“O César Maia encontrou uma cidade numa fase difícil, de violência extrema. E nós estamos conseguindo fazer um trabalho de recuperação, não só da imagem do Rio, mas também do clima da cidade. As primeiras reuniões do Rio Cidade foram terríveis, porque os participantes só queriam falar de segurança. Quando nós falávamos em melhorias urbanas nos olhavam como se fossemos extraterrenos.” (Conde: 30 de julho de 1995 – Jornal do Brasil).

O curioso é que sete anos depois, em plena campanha eleitoral para presidente e governadores, o tema da segurança é central no Rio de Janeiro. Apesar das realizações de vários projetos como os previstos pelos programas Rio Cidade e Favela Bairro, a questão de fundo, da desigualdade de classes, da segregação espacial e do conflito social permanece sem avanços visíveis. A tese de que a ordem urbana, o controle do espaço público e que a melhorias físicas por si só poderiam reverter um quadro de crise profunda é, pois, colocada em xeque.

Retomando os aspectos mais gerais, deve-se ressaltar que a ampla projeção obtida pelos dois programas é também marcada pela realização de concursos públicos para seleção dos responsáveis técnicos pelos projetos. A contratação de equipes multidisciplinares, coordenadas por arquitetos, através de concursos organizados pelo

IAB fez com que esses profissionais tivessem muitas vezes extremamente ligados aos próprios programas. De um lado, os concursos públicos de projetos eram uma antiga reivindicação e permanente bandeira do IAB, de outro, os programas criaram, de fato, possibilidades de trabalho para muitos arquitetos. Assim, a categoria profissional, de certo modo, também legitimava os novos programas urbanísticos desenvolvidos pela prefeitura, o que para a divulgação dentro ou fora da cidade era mais um ponto favorável.

Deve-se ressaltar que Rio Cidade e Favela Bairro são programas urbanísticos que foram viabilizados financeiramente por recursos próprios da Prefeitura ou financiamentos e empréstimos de organismos internacionais, ou ainda recursos da Caixa Econômica Federal²⁴. Em nenhum dos dois houve parcerias com setor privado para a viabilização de políticas públicas. É, portanto interessante observar, que apesar de todo um discurso que previa a modernização da administração através da criação de mecanismos de parcerias entre setores públicos e privados, os projetos de intervenção urbana mais bem sucedidos e propagandeados foram implementados através de métodos não tão inovadores assim.

2.3.2 – A importância dos projetos para a área central

Paralelamente aos projetos dos programas Rio Cidade e Favela Bairro, as propostas para a área central, estudadas nos próximos capítulos deste trabalho, representam o outro conjunto de projetos urbanos de grande relevância do período. Na verdade, são esses os que parecem melhor traduzir a versão local da prática de projetos urbanos, pois abordam problemáticas mais abrangentes e para serem implantados dependem de uma série de procedimentos que não se limitam apenas à execução de obras públicas.

A proposição de projetos para a área central não representa propriamente novidade. Alguns espaços, tais como a área portuária ou o bairro da Cidade Nova, por exemplo, por diversas vezes foram objeto de estudos e projetos nas últimas décadas. Porém, entre os anos 1993 e 2000, destaca-se não só o grande número de projetos propostos como uma preocupação de implementar (ou ao menos de anunciar essa intenção) ações em

²⁴ O Programa Favela Bairro, destinado a intervenção urbanística em favelas variando entre 500 e 2.500 domicílios, foi estruturado a partir de dois contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de U\$300milhões cada. Nos dois casos sendo U\$180milhões do BID e U\$120milhões de contrapartida da Prefeitura. Após a consolidação Programa Favela Bairro, dois programas similares foram estruturados pela SMH: um destinado a favelas com menos de 500 domicílios (Bairrinho) e outro para favelas com mais de 2.500 domicílios (Grandes Favelas). Ainda que sejam programas distintos, os três trabalham basicamente com a mesma lógica e comumente são tratados genericamente como Favela Bairro. O Grandes Favelas conta com recursos da Caixa Econômica Federal.

diversos pontos da área central, compreendida não só como o centro principal mas também toda uma grande área no seu entorno.

Os projetos para a área central formam um conjunto que, apesar de em grande parte não ter sido efetivamente implementado, representa um marco no contexto de consolidação de uma política pró-ativa, na qual as intervenções sobre o espaço urbano se apresentam como estruturantes. As propostas para a área central têm particular importância, pois referem-se a um espaço simbolicamente extremamente importante. Não é à toa, que recorrentemente os prefeitos de ocasião anunciam suas propostas de valorização do Centro. Deste modo, independentemente de terem ou não sido implantados, os projetos para a área central, somente pelo fato de serem anunciados, no caso analisado, cumprem também o importante papel de mostrar como se materializa o discurso do período, pois permitem que se vislumbre a cidade como será. O “Mapa Cidade do Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro”²⁵, produzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 1999 ilustra justamente isso. Constitui-se numa peça de divulgação das intenções do poder municipal para transformar urbanisticamente a cidade, através da implementação de projetos urbanos que requalificariam a área central e contribuiriam para a construção de uma nova imagem do Rio de Janeiro.

Para este trabalho tal mapa é referência fundamental. Nele são destacados pontos notáveis da região e projetos em desenvolvimento pela administração municipal. Valendo-se de interessante recurso gráfico, os grandes projetos urbanos são destacados ao serem sobrepostos a uma foto aérea da área central da cidade. O efeito visual é bastante expressivo e de leitura muito fácil e a legenda, não só em português, mas também em espanhol e inglês, revela a clara intenção de comunicação também a um público externo.

A seguir, apresenta-se a reprodução do referido mapa.

²⁵ Este mapa foi lançado durante a “Cimeira”, uma importante reunião de Chefes de Estado da América Latina, realizada no Rio de Janeiro em 1999. O material foi distribuído aos participantes do evento e atualmente é vendido a qualquer interessado.

Chama atenção que não se faz no mapa qualquer distinção sobre o andamento dos projetos. São todos apresentados do mesmo modo, independentemente de estarem em elaboração, de serem apenas intenções, ou de já se encontrarem em fase de implementação. E aparecem como um conjunto articulado, configurando um valioso documento de publicização das ações da Prefeitura, e também como um produto de marketing do Rio de Janeiro, pois transmite a idéia de uma cidade pujante e em transformação. Pode-se dizer que o mapa ilustra o discurso e lhe confere alguma materialidade.

Esse mapa é referência para os próximos capítulos deste trabalho que dedicam-se, respectivamente, à caracterização da área central do Rio de Janeiro e à análise dos projetos que nele aparecem indicados.

CAPÍTULO 3 – A ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRICO DE INTERVENÇÕES URBANAS NO SÉCULO XX E DEFINIÇÃO DE SEUS LIMITES ATUAIS

A área central do Rio de Janeiro corresponde, basicamente, à área de urbanização mais antiga da cidade. Diferentemente de processos verificados em algumas grandes metrópoles, no Rio de Janeiro não houve a transferência das atividades centrais principais para espaços mais modernos, surgidos como consequência do desenvolvimento urbano, nem a constituição de uma estrutura polinuclear. Ainda que possam ser destacados alguns subcentros comerciais importantes, a condição de centro principal sempre esteve associado a um mesmo espaço.

Talvez por isso, pela grande importância que a área central sempre teve na estruturação da cidade, bem como por ser ela uma referência simbólica fundamental para, provavelmente, a maioria dos cariocas, recorrentemente volta-se à tona o debate sobre possíveis intervenções urbanísticas naquele espaço. O conjunto de projetos urbanos propostos para a área central do Rio de Janeiro entre os anos 1993 e 2000, foco principal deste trabalho, parece representar mais uma etapa deste processo histórico.

Este capítulo objetiva construir uma caracterização da área central do Rio de Janeiro, identificando elementos que possam indicar sua relevância, assim como a dos projetos para ela propostos, para política urbana municipal no período analisado nesta pesquisa. Neste sentido duas abordagens são realizadas: uma que traça um histórico das intervenções urbanas na área central do Rio de Janeiro no século XX; e outra que objetiva analisar o recorte espacial utilizado neste estudo, trabalhando conceitualmente a noção de área central.

3.1 – Intervenções urbanas na área central do Rio de Janeiro no século XX

O crescimento da cidade do Rio de Janeiro e a conjuntura política do país sempre tiveram importantes repercussões sobre a área central carioca. Por um lado, a expansão da cidade foi, a cada momento, acompanhada por uma cada vez maior densificação do solo na área central, representando geralmente muitas demolições, reconstruções e substituição dos usos residenciais por comércios e serviços. Por outro lado, a estreita

ligação da cidade com o poder, desde os tempos da colônia, curiosamente, fez com que a cada momento político, determinado trecho da área central fosse evidenciado²⁶, formando diferentes centros, até a transferência da capital federal para Brasília, quando toda a área central do Rio de Janeiro sentiu grande impacto.

A relação entre “os centros” da cidade e o poder está, portanto, diretamente ligada aos processos de renovação urbana da área central do Rio de Janeiro, mesmo antes do século XX, tendo sido bem explicada por Sisson²⁷ através da identificação de três períodos históricos. A autora assinala que o poder “além de produzir suas próprias versões sobre o espaço, detém a capacidade decisória e os recursos para fazer-se representar espacialmente através da implantação de elementos instauradores de centralidade, substituindo ou anulando elementos espaciais representativos de outros poderes antecedentes ou antagônicos.” O centro do Rio de Janeiro é exemplar neste sentido e, também ao longo do século XX, cada um dos processos de renovação urbana por que passou esteve associado, de alguma maneira, à construção de uma nova imagem da cidade a partir da ação sobre o espaço central.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, produziu efeitos negativos para o Rio de Janeiro, e particularmente para sua área central, que ainda hoje são sentidos. Justamente a representação espacial do poder foi construída, na ocasião, em outro lugar, esvaziando a centralidade exercida até então por aquele espaço. Assim, entre os ingredientes que determinaram a deterioração da área central carioca, além daqueles verificados em outras cidades, esse foi também de grande importância. Se no período da industrialização pesada do país, sobretudo nos anos 1930 e 1940, verificou-se a grande ascensão de São Paulo, que assumiu o patamar mais alto dentro economia nacional, nos anos 1960, o Rio de Janeiro teve ainda um expressivo esvaziamento político administrativo.

A deterioração dos espaços centrais, entretanto, principalmente na segunda metade do século XX, pôde ser percebida em muitas cidades, no Brasil e no exterior. A divisão funcional da cidade, promovendo a redução do uso residencial nessas áreas, a desativação de antigos espaços de produção, as altas densidades construídas, a

²⁶ Em artigo intitulado “Marcos Históricos e Configurações Espaciais, Um estudo de Caso: os centros do Rio de Janeiro” (in: *Arquitetura Revista*, nº 4. FAU/UFRJ, 1986), Rachel Sisson relaciona marcos representativos do poder em diferentes períodos político-administrativos e as unidades espaciais neles centrada.

²⁷ Sisson, *op. cit.*

sobrecarga de veículos nas vias, entre outros fatores, colaboraram para a decadência de muitas delas. Entre as especificidades do caso do Rio de Janeiro, porém, destaca-se a relação da cidade com o poder federal, que em parte explica as dificuldades da revitalização²⁸ de sua área central, apesar das várias iniciativas propostas, principalmente nas duas últimas décadas.

O centro principal da cidade corresponde, no Rio de Janeiro e em muitas outras cidades, à área de ocupação mais antiga, ou seja, o centro histórico, onde pode-se encontrar registros de diferentes períodos. No Rio de Janeiro, até mesmo pela condição de capital que ostentou por tanto tempo, esses registros representam valioso acervo. Entretanto, os sucessivos processos de renovação urbana²⁹ de sua área central promovidos durante o século XX foram, muitas vezes, realizados às custas de demolições de grandes conjuntos arquitetônicos, principalmente àqueles destinados à habitação de pessoas de baixa renda, e de remoções de morros (Senado, Castelo e Santo Antônio) que caracterizavam a singular geografia da cidade. Abreu assinala que essa é área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que maior número de transformações sofreu, com modificações na estrutura viária, “visando adaptá-la ao uso cada vez maior do automóvel particular” e apresentando, “em alguns pontos, terceiras gerações de edificações em menos de 50 anos” (Abreu: 1997: p.25).

O primeiro momento de grande expansão urbana do Rio de Janeiro deu-se ainda no século XIX. Com a implantação do sistema de transportes envolvendo trens e bondes despontaram-se os primeiros vetores de crescimento da cidade, que até então concentrava-se basicamente no atual Centro e arredores. As décadas de 1940, 1950 e 1960 marcaram outro período de grande importância no qual, paralelamente ao processo de industrialização do país, configurou-se a grande área metropolitana do Rio de Janeiro, lançando-se as bases da estrutura urbana atual. As décadas seguintes registraram uma significativa redução relativa do incremento populacional, mas ainda observando um intenso processo de ampliação da área urbanizada.

²⁸ Entende-se revitalização como sendo um tipo de intervenção que atua sobre um conjunto arquitetônico visando a recuperação do ambiente construído, requalificação dos espaços públicos e a introdução de novas atividades econômicas e sociais, através da articulação dos diversos atores sociais da área e do incentivo de parcerias entre os setores públicos e privados.

²⁹ Renovação urbana é entendida como um tipo de intervenção caracterizada fundamentalmente pela negação da estrutura urbana pré-existente, em que a concepção do projeto se dá de modo autônomo em relação às condicionantes do lugar, proporcionando, normalmente, transformações profundas na área trabalhada, resultando em efeitos como o da *tabula rasa*, bastante recorrente nas realizações modernistas.



Figura 01
 Mapa de 1880 que representa grande parte da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro indicando com manchas pretas as áreas urbanas daquele momento. Verifica-se que a área urbana carioca restringia-se a pouco mais do que a atual área central, ainda que já despontassem os vetores de expansão em direção ao subúrbio e em direção às praias.
 Fonte: Do Cosmógrafo ao Satélite: 2000, p.110-111.



Figura 02
 Imagem de satélite da cidade do Rio de Janeiro e parte da Região Metropolitana. As manchas avermelhadas correspondem às áreas urbanizadas, sendo os tons mais escuros mais densamente ocupadas. As três grandes manchas verdes representam os três maciços que marcam fortemente a paisagem da cidade.
 Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Empresa Municipal de Planejamento e Informática - IPLANRIO. 1995.

Em cerca de cem anos, ao longo do século XX, a cidade do Rio de Janeiro cresceu e passou por profundas transformações. Com 805.335 habitantes em 1906³⁰, somando as freguesias urbanas e rurais, chegou no último ano do século XX com 5.857.904 habitantes³¹, sendo sua população totalmente urbana. Paralelamente à sua expansão, a cidade foi sendo reestruturada em muitas das áreas de ocupação mais antiga. Neste sentido, a área central tem lugar de especial interesse, pois foi objeto de diversas intervenções urbanísticas promovidas com o intuito de adaptá-la ao que se definia a cada momento como novas exigências impostas pela metrópole que se estruturava.

Entre as principais intervenções de renovação da área central carioca durante o século XX, destacam-se: a Reforma Urbana de Pereira Passos na primeira década do século; a construção da Esplanada do Castelo e depois a abertura da Av. Presidente Vargas, entre os anos 1920 e 1940; as grandes obras viárias das décadas de 1950 e 1960, podendo se incluir neste rol também a implantação do metrô nos anos 1970, que foi responsável pelo desaparecimento de prédios significativos. Esses grandes processos de renovação urbana, porém, nem sempre foram completados e a área central do Rio de Janeiro acabou tendo que conviver, ao longo do tempo, com rupturas e cicatrizes no seu tecido urbano. Mais recentemente, a partir dos anos 1980 emerge uma política de revitalização do Centro do Rio marcadamente voltada para a valorização do patrimônio cultural, destacando-se as ações de recuperação de conjuntos arquitetônicos e de melhorias no espaço público.

A Reforma Urbana de Pereira Passos se não chegou a deixar grandes vazios, marcou o início de uma prática de expulsão de população da área central, agravando o problema habitacional de uma cidade então em expansão, que atraía grandes contingentes populacionais, em função do fim do trabalho escravo, do novo sistema político, do início da industrialização, enfim por causa das profundas transformações sócio-políticas vividas pelo país na passagem do século XIX para o século XX. Foi a primeira grande intervenção do poder público sobre o espaço urbano e pretendia transformar a capital federal, identificada naquele momento com o “atraso” da cidade colonial marcada pela pobreza e insalubridade, numa “cidade moderna”.

Com esses objetivos, elaborou-se o “Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade”, contando com a participação dos diferentes níveis de governo, que produziria,

³⁰ Abreu: 1997, p.67.

³¹ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Censo Demográfico de 2000.

através da construção do novo porto, do alargamento de várias ruas, da abertura de avenidas, obras de saneamento, além de melhoramentos de praças, jardins e arborização, a remodelação da área central do Rio de Janeiro. Assim, é impulsionado o processo que Lima descreve como sendo de “expulsão de certos grupos sociais para a periferia”, permitindo que alguns setores do capital se apropriassem da área central do Rio de Janeiro. “Iniciam-se os primeiros passos no sentido da estratificação social do espaço, fato que será uma constante nas cidades capitalistas do nosso século.” (Lima: 1990, p.22-23).



Figura 03
Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos da Reforma Urbana de Pereira Passos em 1905. Destaca-se entre as intervenções, o cais do Porto (à direita), a Av. Beira Mar (à esquerda), e a Av. Central, ligando um e outro.
Fonte: Do Cosmógrafo ao Satélite: 2000, p.68.



Figura 04
Obras de abertura da Av. Central, atual Av. Rio Branco. Observa-se à esquerda o Morro do Castelo, parcialmente demolido para implantação da avenida. Ao fundo, a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar.
Fonte: Marc Ferrez – O Álbum da Avenida Central. 1982, p.30.

A criação da esplanada do Castelo, às custas da derrubada do Morro em que a ocupação da cidade foi iniciada, caracterizou outro importante momento de transformação da área central, ainda que fisicamente tenha sido localizada. A área aberta destinou-se à grande exposição internacional que marcou as comemorações pelo 1º Centenário da Independência do Brasil, porém justificou-se pela necessidades de aeração e higiene, mas, sobretudo, como salienta Abreu, pela necessidade de se liberar espaços no centro mais valorizado. O autor mostra que:

“Embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiava, de aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital.” (Abreu: 1997, p. 76).

A área foi liberada e a exposição transitória montada. Porém, depois de desmontada a exposição, a área nunca foi inteiramente ocupada, tendo sido parcialmente destinada à construção de alguns ministérios na década de 1930, entre os quais o Ministério da Educação e Saúde, marco da arquitetura moderna brasileira. Ainda nos anos 1920, surgia no início da Av. Rio Branco (antiga Av. Central, aberta por Pereira Passos), junto à Praça Mauá, o primeiro arranha-céu da cidade. O edifício A Noite marcava o início de um processo de reconstrução da Av. Rio Branco, que se estendeu à imensa área vazia do Castelo. Ainda assim, a cicatriz aberta no tecido urbano foi tão profunda que não se chegou a completar a ocupação da área, que ainda hoje pode ser identificada como um dos grandes vazios centrais da cidade.



Figura 05

Imagem do desmorte do Morro do Castelo que destruiu o núcleo que deu origem à cidade, liberando grande área no Centro. O material retirado serviu para aterrar parte da Baía de Guanabara, criando o terreno para instalação do Aeroporto Santos Dumont. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Departamento Geral de Patrimônio Cultural: 1992, p.77.



Figura 06

A área demarcada com o círculo é a que foi liberada com a derrubada do Morro do Castelo, correspondente ao tamanho de várias quadras do Centro. A mancha clara próxima a ela, no outro lado da Av. Central, é o Morro Santo Antônio, que também viria a ser desmontado anos depois.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Departamento Geral de Patrimônio Cultural: 1992, p.77.

A abertura da monumental Av. Presidente Vargas nos anos 1940 marcou mais uma vez a ação sobre o espaço urbano caracterizada pela substituição do acervo construído historicamente. Destinada à ligação do canal do mangue com o mar, atravessando a zona periférica ao centro, a via já tinha sido imaginada anteriormente, figurando também no plano de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro concebido pelo urbanista francês Alfred Donat Agache no final dos anos 1920, que foi parcialmente retomado pela Comissão do Plano da Cidade restabelecida no período do Estado Novo (Leme: 1999, p.365-366).

A construção da avenida representou mais uma vez a expulsão de população de baixa renda da área central, abrindo novamente a perspectiva de liberação de terras valorizadas. Lima explica a questão, ressaltando o momento histórico.

“O mundo estava à beira de uma guerra mundial e os capitais nacionais iriam dispor de excedentes. Vargas sabia que, de certa forma, o investimento em terras urbanas poderia representar uma alternativa de aplicação de recursos. O solo urbano passou a ser entendido como mercadoria que, nas áreas centrais da cidade, seria disputada, principalmente pela sede do poder econômico e pelas novas instituições expressivas do poder público, que utilizariam a terra para divulgar imagem de prestígio. (...) O Estado estava interessado em atrair o capital disponível para estas novas áreas de expansão da cidade, que lhe permitiria majorar a arrecadação de impostos e simultaneamente simbolizar sua grandiosidade.” (Lima: 1990, p.29).

Assim como a área da esplanada do Castelo, o eixo da Av. Presidente Vargas também não foi plenamente ocupado, deixando igualmente vários terrenos vazios até os dias atuais e marcando a descontinuidade no tecido espacial pela justaposição entre os grandes edifícios do trecho efetivamente ocupado da avenida e os sobrados do século XIX de seu entorno que não foram atingido pelas demolições.

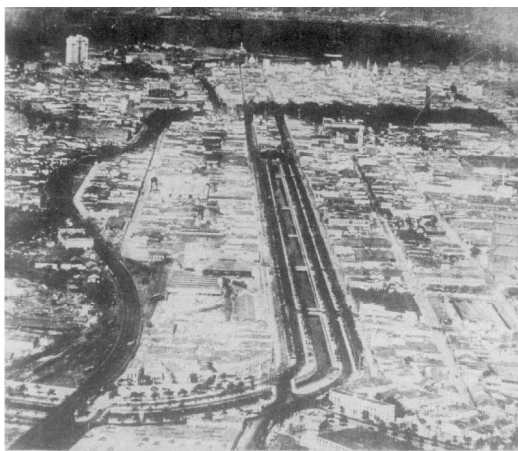


Figura 07
Foto área central na década de 1930. Em primeiro plano, o bairro da Cidade Nova e o Canal do Mangue. Sobre esse eixo seria aberta a Av. Presidente Vargas, provocando a demolição de diversas quadras até o entorno da Igreja da Candelária, no fundo ao centro.
Fonte: Abreu: 1997, p.146.



Figura 08
Imagem atual da Av. Presidente Vargas. Em primeiro plano também o bairro da Cidade Nova, tendo à direita o Centro Administrativo da Prefeitura e a área parcialmente ocupada do Teleporto. Ao fundo, os prédios altos indicam a localização do centro principal da cidade. Ao longo da Av. Presidente Vargas, observa-se grades áreas apenas parcialmente ocupadas ou ocupadas com pequenas e antigas construções.
Fonte: LAPU/PROURB.

O período subsequente foi o da grande explosão metropolitana do Rio de Janeiro, no qual a cidade optou pelo modo rodoviário de transportes. Tal opção, certamente justificada pelo avanço da indústria automobilística dos anos JK³², resultou em grandes obras viárias, com abertura de túneis, construção de viadutos e aterros, muitas das quais

³² Período de 1956 a 1961, quando o Brasil teve Juscelino Kubitschek (JK) como Presidente da República.

atravessaram anos. Como não poderia deixar de ser, as demolições necessárias para a implantação de tais obras afetaram sobretudo as populações pobres. No centro do Rio, a grande intervenção foi a retirada de outro morro, e de sua favela. Desta vez foi o Morro de Santo Antônio, que seria removido para viabilizar a construção do Aterro do Flamengo ligando a já ocupada zona sul à área central. Na imensa área liberada pelo desaparecimento do morro, por onde atualmente passa a Av. Chile, pretendia-se localizar o centro administrativo da prefeitura, o que não aconteceu, tendo sido a área ocupada posteriormente por grandes edifícios ligados à administração federal, construídos já no período ditatorial pós-1964. Outra intervenção importante foi a implantação do viaduto Perimetral, contornando toda a área central na linha do mar, obstruindo a paisagem da Baía de Guanabara.



Figura 09

Foto do viaduto perimetral na altura da Praça XV. A via elevada contorna toda a área central, desde o bairro do Caju até o Aterro do Flamengo, caracterizando-se como um elemento de forte impacto na paisagem que contribui para a desvinculação do Centro com sua orla.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Departamento Geral de Patrimônio Cultural: 1992, p.104.

Nas seis primeiras décadas do século XX, a área central do Rio de Janeiro havia passado por vários processos de renovação. As diversas intervenções urbanísticas mostram-se, porém, como tendo sido quase sempre parciais, contribuindo para que a configuração espacial da área central da cidade ficasse marcada por contrastes. Como assinala Vaz, “a área central também é marcada por oposições: entre o núcleo central modernizado, adensado e verticalizado e o seu entorno, em que se encontram áreas antigas de construções baixas, muito deterioradas e grandes vazios” (Vaz: 1998, p. 04).

Embora as ações públicas sobre o espaço urbano no Rio de Janeiro tenham sido quase sempre orientadas pela associação de interesses entre classes dominantes e Estado, elas foram determinadas também por diferentes princípios urbanísticos, que geralmente tiveram em comum a visão da negação da cidade existente. Neste sentido, é possível perceber, em cada momento, objetivos específicos que se traduziram nos projetos

realizados, inteira ou apenas parcialmente. Algumas preocupações, entretanto, são recorrentes e atravessam os projetos urbanísticos para a área central do Rio de Janeiro em quase todos os períodos. As questões sanitária, da estética, habitacional, e do sistema viário são as principais delas, pelo menos até meados do século XX (Rezende: 1999, p.61-62).

As décadas de 1960 e 1970, após a transferência da capital federal, reservou à área central do Rio de Janeiro um papel de menos relevância no campo das ações sobre o espaço urbano. Sem dúvida alguma, pesou sobre os processos de renovação iniciados nas décadas anteriores, a construção de uma nova capital, que retirava do Rio de Janeiro grande parte da administração federal e abortava, evidentemente, a reconstrução do centro que se dava principalmente junto à esplanada dos ministérios erguida menos de 20 anos antes do projeto de Brasília.³³

Nesse período, foram elaborados dois grandes planos urbanísticos, Plano Doxiadis e PUB-Rio, que tratavam de toda a cidade como um grande sistema, não apresentando projetos específicos para a área central. Ainda assim foram realizados dois projetos de importantes repercussões. Um, para a Cidade Nova, bairro situado na periferia do Centro, que previa renovação, que acabou sendo apenas parcial, de todo o conjunto arquitetônico remanescente do século XIX e a implantação do Centro Administrativo da prefeitura, que de fato aconteceu. O outro projeto foi o do Metrô que, ainda que seja subterrâneo, para ser implantado exigiu a demolição de muitas edificações, deixando alguns espaços vazios e demolindo também prédios com valor histórico.

O marco principal, no campo do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1960, porém, foi o Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, conhecido como Plano Lucio Costa, que definiu as diretrizes para ocupação da grande área da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, na orla marítima, e dos bairros de Jacarepaguá. O mesmo arquiteto que cerca de uma década antes projetara a Capital Federal, estabelecia, na ocasião, como deveria ser a ocupação da grande área de expansão da cidade do Rio de Janeiro, prevendo, inclusive, a instalação, naquele espaço, do Centro Metropolitana da

³³ Em artigo intitulado “Novacap era aqui”, publicado no Jornal do Brasil, Andrade buscou mostrar o impacto da transferência da nova Capital Federal para o centro do Rio como um dos importantes fatores que impediram total ocupação das áreas liberadas nos anos anteriores. Lembrou ainda que atualmente “prédios inteiros estão se arruinando e nenhuma ação sistemática é feita no sentido de serem utilizados a favor da cidade”, já que, “burocraticamente, continuam sendo tratados como prédios federais.”

Guanabara³⁴. Para o arquiteto, o Centro Metropolitano, localizado no centro geográfico do município, articulando os eixos N-S e L-O, juntamente com o Centro Cívico também previsto no Plano Piloto, fariam da Baixada de Jacarepaguá, de certo modo, a futura capital do estado (Costa: 1995, p.344-354).

O Centro Metropolitano não se consolidou tal como o previsto, mas a expansão da cidade em direção à área da Baixada Jacarepaguá, transformou, sobretudo ao longo do último decênio, a Barra da Tijuca, de fato, numa área de nova centralidade, competindo, muitas vezes, com o centro tradicional. Processo semelhante já havia acontecido nos anos 1940/1950, quando o Rio de Janeiro viveu a verticalização de copacabana, que foi acompanhada de um expressivo crescimento das atividades do setor terciário, deixando de ser um bairro exclusivamente residencial.

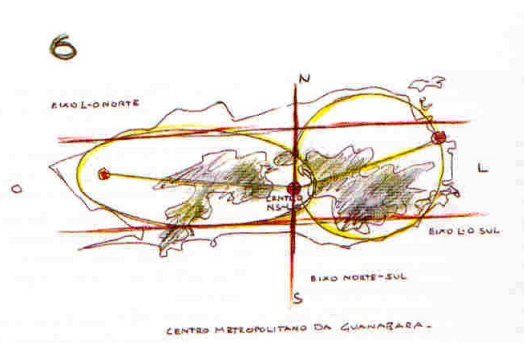


Figura 10
Croqui de Lucio Costa que integra o memorial descritivo do Plano Piloto para a urbanização da baixada de jacarepaguá. Destaque para a localização do Centro Metropolitano coincidindo com centro geográfico do município.
Fonte: Costa: 1995, p.347.

O fenômeno Barra da Tijuca coloca-se, assim, como uma questão também de forte influência sobre a área central do Rio de Janeiro, uma vez que canaliza expressiva parcela dos investimentos imobiliários da cidade. Nos últimos anos tem atraído também sedes de empresas e bancos que sempre estiveram fixados no espaço central. Pode-se dizer que a Barra da Tijuca representa não apenas um vetor de expansão da cidade destinado à moradia das classes mais abastadas, mas também um espaço para onde deslocam-se importantes atividades centrais. Neste sentido, a consolidação da ocupação da Barra da Tijuca, no contexto urbano carioca recente, constitui um elemento de forte influência na dinâmica da área central. Entretanto, no mesmo período em que desponta a ocupação da Barra da Tijuca, numa espécie de contra-tendência, verifica-se um movimento de retorno ao centro, influenciado por diversas experiências internacionais, mas também pelo reconhecimento do valor histórico e cultural que só a área central da cidade possui. Assim, coloca-se em pauta a recuperação de conjuntos arquitetônicos e

³⁴ Em 1969, ano de elaboração do Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, a cidade do Rio de Janeiro, que até 1960 tinha sido capital da república, correspondia ao Estado da Guanabara.

de espaços públicos como ações fundamentais para a revitalização e permanência do centro. É nesta perspectiva que nos anos 1980, diferentemente de períodos anteriores, a área central torna-se objeto de diversos estudos e projetos.

Em pesquisa sobre o modo de urbanização das grandes metrópoles, Mesentier (1991) dedicou-se especificamente à relação entre a preservação e as áreas centrais. Tendo como estudo de caso a área central do Rio de Janeiro, o autor mostra como o modo de urbanização rodoviarista dos anos 1950/1960 foi substituído pelo que ele chama de “renovação preservadora” (Mesentier, 1991: p.143). Essa idéia estava associada, entre outros fatores, à ampliação da noção de preservação que passava a preocupar-se também com o conjunto arquitetônico, ou seja, incorporando o ambiente construído de valor cultural, e não apenas com o monumento isolado. Este período de transição acaba por ter ações efetivamente visíveis no início dos anos 1980, quando, segundo Vaz,

“a proposta de preservação de sítios urbanos e não apenas de marcos isolados é posta em prática, visando a manutenção do meio ambiente urbano considerado como valor histórico / arquitetônico / cultural. É portanto apenas recentemente que a concepção de renovação urbana com preservação do patrimônio ambiental se incorpora na opinião pública e se inclui na política urbana.” (Vaz: 1993, p. 10).

Neste contexto, configurado ainda pelo ambiente de abertura política que vivia o país, quando começavam a ser estruturados espaços de participação da sociedade civil, em 1979, começou a ser concebido o projeto do Corredor Cultural, que orientou grande parte das intervenções urbanas na área central do Rio de Janeiro no final do século XX. Transformado em lei em 1984³⁵, o Corredor Cultural caracteriza-se como uma iniciativa pioneira de renovação respeitando a memória da cidade, propondo, “através de sua legislação e normas, proteger o conjunto arquitetônico antigo e orientar a inserção de novas construções.”³⁶

Somente em 1975 deixaria de ser Cidade-estado com a fusão dos Estados da Guanabara e Estado do Rio, cuja capital era Niterói.

³⁵ Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984, de autoria do Poder Executivo – cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre tombamento de bens imóveis na área de entorno, e dá outras providências.

³⁶ “Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel”, p. 08.

Sobre os imóveis localizados nas áreas delimitadas pelo Corredor Cultural³⁷, todas no Centro, recai legislação urbanística específica, que determina procedimentos diferentes dependendo das características da construção. Deste modo são diferenciados três grupos: o de prédios preservados; o de prédios a serem reconstituídos; e os que podem ser renovados. São estabelecidas ainda condições particulares para os usos do solo, visando seu controle, reformas de fachadas, colocação de letreiros, toldos, etc.

A idéia central que norteou a implantação do Corredor Cultural, no que diz respeito à recuperação dos prédios preservados, foi a de viabilizar o projeto através da participação dos proprietários da área investindo em seus próprios imóveis. Oferecendo incentivos fiscais e mostrando que a recuperação do conjunto arquitetônico, segundo critérios técnicos que buscassem preservar sua importância histórica e cultural, valorizaria a área como um todo, conseguiu-se resultados bastante expressivos. Como destaca Messentier, ao analisar o processo de definição dos dispositivos legais que viriam a reger o Corredor Cultural,

“Em 24 de dezembro, para fechar o ano, o Prefeito Marcelo Alencar deu de presente aos cariocas preservacionistas a Lei 691 que isenta do IPTU os imóveis de interesse histórico, cultural ou ecológico que estejam em bom estado de conservação e da taxa de obras, quanto estas não virem alterar suas características arquitetônicas.

Desta forma, ao final de 1984 estavam dadas as bases sobre as quais o projeto do Corredor Cultural seria implantado. Do ponto de vista dos preservacionistas – da comunidade da área central, dos artistas e intelectuais, do IAB e do Clube de Engenharia – as principais reivindicações haviam sido atendidas (...). (Mesentier: 1991, p.53).

A partir daí, e passando por várias administrações municipais, o Corredor Cultural vem sendo gradativamente implantado, apresentando resultados ao longo do tempo. Em 1993, início do período focado neste trabalho, quando o Prefeito César Maia assumiu a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, colocando o arquiteto Luiz Paulo Conde à frente da Secretaria Municipal de Urbanismo, o Centro da Cidade já colhia resultados dessa política identificada como de urbanização preservadora (Mesentier, 1991; Vaz, 1993) iniciada nos anos 1980, cujo marco principal é o Projeto Corredor Cultural. Diversos exemplos desses resultados podem ser listados, entre os quais destacam-se os vários

³⁷ O Corredor Cultural é dividido em quatro áreas: Lapa-Cinelândia; Praça XV; Largo São Francisco e imediações; e SAARA. A divisão deve-se às características específicas de usos, atividades, arquitetura e ambiência de cada uma das áreas.

centros culturais inaugurados a partir da segunda metade dos anos 1980, que vêm contribuindo muito para atração da área central mesmo nos fins de semana; a adesão de inúmeros proprietários ao programa através do investimento na recuperação de seus imóveis segundo os critérios técnicos do Corredor Cultural, o que ao longo do tempo vem produzindo impactos significativos em todo o conjunto arquitetônico; e a recuperação, pelo poder público e eventualmente até contando com parcerias no setor privado, de largos, praças e do espaço público em geral. Comparando a experiência carioca com as de outros países, Pinheiro³⁸ diz que

“é curioso notar que o movimento inicial da reabilitação do Centro do Rio, originou-se da esfera cultural, embora, diferentemente dos casos estrangeiros, a ação não tenha partido de artistas e grupos alternativos e sim do governo que, desde 1984, tenta reverter o quadro de deterioração não apenas dos imóveis antigos da área, como também do espaço público. Inicialmente através lei de preservação do chamado Corredor Cultural, que chamou a atenção para a importância do acervo histórico e arquitetônico ali encontrado, depois pelas obras de reurbanização de praticamente todas as ruas, largos e praças do centro. Finalmente surgiram os novos centros culturais, a renovação dos perfis dos museus, as grandes exposições de arte, nacionais e internacionais, que arrastaram vários milhões de pessoas para o Centro, inclusive nos dias e horários tabu, os finais de semana e à noite.” (Pinheiro: 2002a)

As intervenções urbanas na área central do Rio de Janeiro realizadas ao longo do século XX até o final dos anos 1980 ilustram, mais ou menos, os três “diferentes enfoques de intervenção na recuperação de áreas urbanas deterioradas” observados por Simões Jr.: embelezamento urbano; renovação urbana; e revitalização urbana. Para o autor, “o primeiro marco se refere à implementação do plano de Haussman na Cidade de Paris na década de 1850; o segundo, aos paradigmas estabelecidos pela Carta de Atenas em 1933 e o terceiro à reação contra os ambientes modernistas ocorrida a partir de manifestações populares no início dos anos 1970.

A partir de 1993, paralelamente, ou sobrepondo-se, às ações do Corredor Cultural, ganham destaque também projetos para a área central através dos quais, mais uma vez,

³⁸ Augusto Ivan de Freitas Pinheiro foi sub-prefeito do Centro, cargo criado em 1993 quando o recém empossado Prefeito César Maia implementou a proposta de descentralização administrativa através da criação de sup-prefeituras. O trabalho de Augusto Ivan, no decorrer de anos, obteve amplo reconhecimento por diversos setores, por atuar na articulação de diversas ações conduzidas por diferentes órgãos públicos para a área central.

intervenções urbanas de grande porte são propostas. Nesse período, porém, assumem novos formatos, incorporando a noção de projeto urbano.

3.2 – Os limites atuais da Área Central do Rio de Janeiro

A divisão administrativa do Rio de Janeiro é definida pela subdivisão do território em Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA) e bairros³⁹, abrangências espaciais que constituem as referências principais para o entendimento da ordenação vigente para o planejamento da cidade e controle do desenvolvimento urbano. Como ilustração, pode-se apontar algumas características das cinco áreas de planejamento do município, que são definidas segundo critérios de continuidade geográfica entre os bairros que as compõem, apresentando ainda similaridades físicas, morfológicas, de padrões de usos e ocupação, etc.

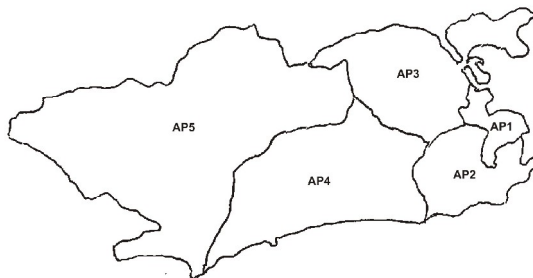


Figura 11
Mapa esquemático da Cidade do Rio de Janeiro com delimitação das Áreas de Planejamento. O Centro localiza-se na AP-1.
Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 95-97.

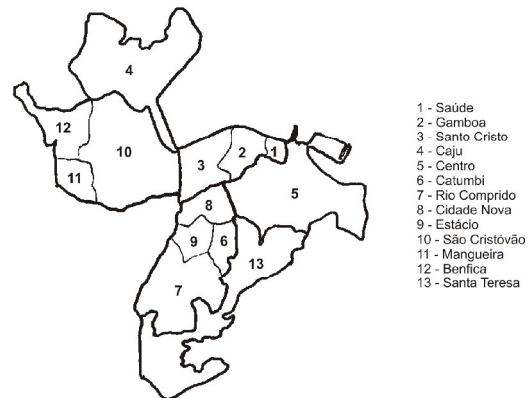


Figura 12
Mapa esquemático da AP-1 com indicação da subdivisão em RAs (não está incluída no mapa a Ilha de Paquetá, que também pertence à AP-1).
Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 95-97.

A AP1, na qual está inserida a área central do Rio de Janeiro, corresponde ao território de ocupação mais antiga. A partir do atual Centro a cidade foi formada, expandindo-se nos diferentes sentidos. Os bairros da AP2 compreendem parte da zona norte e a zona sul da cidade, tendo sido consolidados ao longo do século XX como espaços, via de regra, mais valorizados no mercado imobiliário. Essas duas áreas de planejamento

³⁹ Os bairros são as unidades espaciais menores. As RAs são formadas por conjuntos de bairros e as APs por conjuntos de RAs. Conjuntos de bairros formam também as Unidades Espaciais de

compreendem os espaços de maior densidade construída. A AP3, zona norte da cidade, é a grande área dos subúrbios cariocas, estruturados inicialmente ao longo das linhas férreas, que atualmente são o local de moradia de quase metade da população do Rio de Janeiro. AP4 e AP5 formam a zona oeste, caracterizando-se como os verdadeiros vetores de expansão urbana do município. Tanto das classes abastadas, que nas últimas décadas vêm ocupando os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, na orla marítima, além de algumas áreas da Baixada de Jacarepaguá, como da população mais pobre que se encaminha sobretudo para a região de Campo Grande e Santa Cruz.

A delimitação da área central do Rio de Janeiro é formalmente definida pelo Dec.322/76 que instituiu, há mais de 25 anos, o zoneamento vigente na maior parte da cidade, tendo seus limites correspondendo aos da II RA – Centro, composta apenas pelo bairro Centro. Entretanto, pode-se afirmar que existe uma insuficiência conceitual nessa classificação já que o decreto não explicita os critérios adotados para a delimitação adotada e documentos posteriores produzidos pela própria administração municipal dão diferentes tratamentos à área central.

No PUB-Rio⁴⁰, de 1977, são enquadradas a I e II RAs (Portuária e Centro) como sendo “Área Central e Periferia do Centro”, que no seu conjunto foi considerada como:

(...) o pólo de todas as funções que se relacionam com a vida da Cidade, da Região e do País, concentrando as principais atividades do setor terciário, desde que os subcentros, por mais que estejam se desenvolvendo, ainda são entidades dependentes e incompletas. Algumas funções dirigentes lhe são quase exclusivas: a expansão das atividades relativas a Governo e Finanças se vem fazendo através de outras áreas contíguas, ou próximas, e não através da implantação em outros centros funcionais. (PUB-Rio, p. 128).

Essa grande área que compreende as duas RAs, e que poderia ser considerada então como a grande área central da cidade, engloba além do bairro Centro, os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, que definem a zona portuária, sendo este último já bastante afastado do Centro.

O Plano Diretor Decenal, de 1992, por sua vez, trata apenas da Área Central de Negócios (ACN), não fazendo referência explícita a uma área central expandida. As

Planjamento (UEPs) que correspondem às áreas de abrangência dos Projetos de Estruturação Urbana (PEUs).

⁴⁰ Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro – junho/1977.

diretrizes de uso e ocupação apontadas são gerais para a AP1, com apenas algumas orientações específicas para a ACN, caracterizada como “o principal centro de alcance metropolitano do sistema de centros de comércio e serviços do município para fins culturais e comerciais”.

O Plano Diretor define ainda a subdivisão da AP1 em três subáreas, reunindo na Subárea de Planejamento 1-A as seguintes RAs: I – Portuária; II – Centro; e VII – São Cristóvão. Estão, portanto, aí incluídos também os bairros de Benfica, Mangueira, São Cristóvão e o recentemente criado Vasco da Gama. O texto não dedica nenhuma passagem específica à área central como uma unidade de planejamento, ela pode ser entendida apenas como a ACN ou como a Subárea de Planejamento 1-A e até mesmo como a própria AP1.

O entendimento dos limites da área central do Rio de Janeiro depende, portanto, de interpretações do próprio conceito deste tipo de espaço, o que tem sido feito pelos que se dedicam ao tema em função dos interesses específicos de cada trabalho, já que as definições dadas nos próprios documentos que orientam o planejamento urbano no município parecem insuficientes.

Ao estudar o uso residencial na área central do Rio de Janeiro, por exemplo, Silveira aborda a questão, mostrando que vários autores, planos e documentos, desde as primeiras décadas do século XX, adotaram diferentes critérios para estabelecer tais limites, podendo se encontrar abrangências espaciais bastante distintas, dependendo do caso, para a configuração da área central (Silveira: 1995, p. 94-97). Em seu trabalho, Silveira restringe o recorte espacial, analisando apenas a II RA, ou bairro Centro. A autora explica que:

No seu conjunto, a II RA engloba a Área Central de Negócios – que reúne funções comerciais, administrativas, financeiras, culturais, artísticas e informacionais – e a sua periferia imediata, abrigando áreas de uso misto, que concentram comércio diversificado, geralmente de características populares, algumas atividades industriais de pequeno porte e trechos de uso residencial, entre outras atividades. (Silveira: 1995, p.97).

A opção de considerar apenas a II RA como a área central é bastante usual, pois de fato as demais RAs que compõem a AP1 não podem ser consideradas em sua totalidade como área de entorno ao Centro. Porém alguns dos bairros nelas inseridos, como Gamboa, Santo Cristo e Saúde na I RA – Portuária, e Cidade Nova na III RA – Rio Comprido, foram configurados sob a influência direta da consolidação dessa que seria a

área central. Os da zona portuária tiveram o apogeu de suas atividades, com grande importância econômica para a cidade, em meados do século XX, a partir de quando começou a sofrer forte processo de decadência principalmente em função da sua inadequação às novas exigências espaciais colocadas pela tecnologia de armazenamento em *containers*. A Cidade Nova, formada como primeira expansão da cidade, caracteriza-se pelas favoráveis condições de acessibilidade em função de sua grande proximidade com o Centro, sendo o bairro onde está localizado o Centro Administrativo da Prefeitura.

O conceito de área central é trabalhado por Corrêa (Corrêa: 1989, p. 37-45) quando o autor analisa a relação entre processos sociais e formas espaciais na cidade capitalista, destacando uma série de binômios tais como: centralização e área central; descentralização e os núcleos secundários; dinâmica espacial e segregação; entre outros. Para Corrêa a gênese da área central está diretamente relacionada com “o emergir do capitalismo em sua fase plenamente industrial”, durante o século XIX e até meados do século XX, e suas demandas espaciais.

Com sentido semelhante, Simões Jr. diz que os processos dinâmicos de produção e consumo observados após o surgimento da cidade industrial, paralelamente ao crescimento populacional e expansão da malha urbana, estabeleceram “novas formas de apropriação e de valorização do solo urbano, cujos reflexos se manifestaram mais intensamente nas áreas centrais dessas cidades.” (Simões Jr.: 1994, p.11).

Corrêa busca explicar conceitualmente a noção de área central, caracterizando sua configuração a partir de dois setores: o “núcleo central” e a “zona periférica ao centro”. O primeiro é definido pelo uso intensivo do solo; verticalização das construções; extensão restrita; concentração de atividades diurnas; concentração dos transportes intra-urbanos; concentração de escritórios e sedes de empresas e do próprio Estado. O segundo setor, a zona periférica ao centro, segundo Corrêa, tem como principais características o uso do solo semi-intensivo; construções de poucos pavimentos; ampla extensão horizontal; uso residencial de baixo *status* social; a circulação de transportes interurbanos, com a localização de terminais ferroviários e rodoviários, além do porto.

O autor observa ainda um movimento de descentralização, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que provocou a transferência de atividades que normalmente localizavam-se nas áreas centrais para outros pontos da cidade já expandida da metade

do século XX. Como consequência, destaca a obsolescência de alguns espaços, sobretudo na zona periférica ao centro. Tais espaços, denominados também como vazios urbanos, viriam a ser a partir a crítica ao urbanismo funcionalista objeto de reflexões e de diversos projetos urbanos visando melhor utilização do tecido urbano central.

Confrontando as referências teóricas sobre a noção de área central com o “Mapa Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro”, observa-se que o que foi considerado no documento como área central corresponde, efetivamente, ao que foi anteriormente caracterizado como núcleo central e zona periférica ao centro. Deve-se destacar, entretanto, que não parece ter sido objetivo específico do mapa oferecer uma delimitação precisa da área central, mas tão somente representar uma área da cidade na qual ela está inserida. O mais importante, efetivamente, é verificar que foi adotada uma noção ampla de área central que não se restringe à Área Central de Negócios ou ao bairro Centro, mas que corresponde a grande parte da AP-1, ainda não tenha sido definida pelo critério da divisão administrativa.

A identificação dos projetos urbanos para a área central do Rio de Janeiro dos anos 1990 selecionados neste trabalho, consolidada no próximo capítulo, destaca, entre outras características, a localização das propostas de intervenção, que estão situadas na grande área entre os bairros Centro e São Cristóvão, englobando os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Cidade Nova. São bairros que sofreram justamente com a expansão da cidade e transferência de atividades produtivas para outras regiões, tiveram sua importância econômica reduzida, mantendo algum uso residencial, geralmente de baixa renda, e deixando também alguns grandes vazios. Assim, essa área em torno do centro principal torna-se também objeto de propostas de intervenção, diferentemente de outros períodos, como analisado anteriormente, em que as ações recorrentemente recaíram sobre o centro propriamente dito ou dedicaram-se quase que exclusivamente a questões setoriais, como infra-estrutura ou traçado viário. No próximo capítulo, as diferentes naturezas dos projetos dos anos 1990 e articulação deles serão analisadas.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E CRÍTICA DOS PROJETOS URBANOS PARA A ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1993-2000

Este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, são identificados os projetos que serão analisados na segunda parte. A identificação dos projetos é feita através de um fichamento que organiza as informações de cada projeto e destaca aspectos relevantes que são comentados na análise do conjunto dos projetos.

A análise empreendida na segunda parte deste capítulo é orientada pelas informações levantadas sobre os projetos e pelas categorias analíticas tema, escala, e programa, e consubstancia os conteúdos trabalhados nos capítulos anteriores.

As categorias de análise são utilizadas como instrumentos para compreensão das problemáticas, abrangências e intenções abordadas pelos projetos.

4.1 – Identificação dos projetos urbanos para a área central do Rio de Janeiro no período 1993-2000

O “Mapa Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro”, produzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 1999 com o objetivo de divulgar os principais projetos urbanísticos para aquela área da cidade em curso na ocasião, é a primeira referência para a análise a seguir.

Como já apontado anteriormente, o mapa destaca, além dos projetos, uma série de pontos notáveis da área central. Entre eles estão: o cais porto; a Sede da Prefeitura Municipal; alguns espaços culturais importantes; igrejas, praças; etc. Os projetos representados são 14 no total: Arena Quinta da Boa Vista; Terreirão do Samba; Enseada da Gamboa; Projeto Habitacional da Saúde; Píer Mauá; Morro da Conceição; Projeto Frente Marítima; Teleporto; Praça Tiradentes; Riomar; Rio Cidade São Cristóvão; Garagem Subterrânea Av. Erasmo Braga; Garagem Subterrânea Av. Presidente Antonio Carlos; e Garagem Subterrânea Praça Ministro Eduardo Spinola.

Desse conjunto de projetos, quatro não serão aqui analisados. Os três referentes a construção de garagens subterrâneas e o Projeto Rio Mar. Entende-se que os projetos das garagens subterrâneas sejam ações muito específicas, que, apesar de serem relevantes no que diz

respeito a aspectos referentes à circulação viária e até mesmo dos sistemas de transportes, não são tão significativos, quanto os demais, em relação ao espaço urbano como um todo. O Projeto Rio Mar também não será analisado porque refere-se, na verdade, a um conjunto de propostas para a orla marítima da zona sul, entre o Aeroporto Santos Dumont, no Centro, e o bairro do Leblon, que objetivam a recuperação dos espaços públicos.

O conjunto de projetos a ser analisado, portanto, compreende 10 dos projetos representados no “Mapa Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro”. Além desses, porém, foram incluídos outros três projetos, que apesar de não terem figurado no mapa, parecem ser relevantes no período enfocado. São eles: o projeto Rio Cidade Av. Rio Branco, que provavelmente não entrou no mapa por já ter sido executado antes de 1999; o projeto SA'S, que estranhamente não está representado; e os projetos de reabilitação de cortiços do Programa Novas Alternativas, que apesar de não ser uma proposta de intervenção de conjunto, parecem ilustrar a diversidade de ações pensadas para a área central entre 1993 e 2000.

O mapa abaixo destaca as áreas de abrangência de cada projeto.

Figura 13

Mapa das áreas de abrangência dos projetos urbanos para área central 1993-2000.

Fonte: Mapa Rio de Janeiro – Área central: uma visão de futuro.



1 – Teleporto
2 – Rio Cidade Av. Rio Branco
3 – Projeto SA's
4 – Projeto Habitacional da Saúde
5 – Enseada da Gamboa

6 – Frente Marítima
7 – Praça Tiradentes
8 – Projetos de Reabilitação de Cortiços
9 – Rio Cidade São Cristóvão

10 – Terreirão do Samba
11 – Pier Mauá
12 – Morro da Conceição
13 – Arena Quinta da Boa Vista

A identificação de cada projeto, indicando suas principais características, é feita, a seguir, individualmente. A catalogação dos projetos destaca os seguintes aspectos: ano do projeto; autor/ órgão responsável; área de abrangência; objetivos principais; formas de viabilização; estágio atual. A esses dados, buscou-se sempre acrescentar um breve comentário e algumas ilustrações. A pesquisa⁴¹ baseou-se em informações contidas em documentos e “home pages” de órgãos públicos vinculados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ou em publicações oficiais. Depois da descrição de cada projeto, é apresentado um quadro síntese com as informações principais dos projetos selecionados na pesquisa.

⁴¹ Registra-se que parte significativa desta coleta de dados foi feita pelo grupo de pesquisa do LAPU/PROURB, com o objetivo de reunir subsídios para a pesquisa “Projetos Urbanos: metodologias, discursos e práticas”, coordenada pela Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado, da qual este autor participou ativamente como aluno do mestrado.

Projeto Teleporto

- Ano do projeto: 1993
- Autor/ órgão responsável: A gestão do projeto cabe ao Grupo Executivo de Implantação do Teleporto do Rio de Janeiro, que conta com a participação de representantes de diversos órgãos da Prefeitura. A concepção básica do Teleporto do Rio de Janeiro formulada, pelo Grupo Executivo, foi consolidada com as considerações dos consultores internacionais da WTA – *World Teleport Association*. O projeto básico de engenharia, contratado pela RIOURBE (Empresa Municipal de Urbanismo) através de licitação, foi desenvolvido pelo consórcio formado pelas empresas CBPO (Cia Brasileira de Projetos e Obras) e Carioca Engenharia, em associação com Christiani-Nielsen. O tratamento paisagístico ficou a cargo da Burle Marx e Cia.
- Área de abrangência: área total destinada ao Teleporto é de 220.564,00 m², sendo 54.770,97m² de projeção útil de ocupação e potencial edificável de 404.228,81m². Está situada no bairro Cidade Nova, junto à Av. Presidente Vargas e ao Centro Administrativo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- Objetivos principais: o projeto está inserido numa política mais ampla visando o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro como porta de entrada para o Brasil e a América do Sul. Apresentado como ponto-chave dessa pretensão, tem como objetivo específico a construção de um conjunto de “edifícios inteligentes”, ligados com o mundo via satélite e fibra ótica, 24 horas por dia durante os sete dias da semana, constituindo-se na base para



Figura 14
Projeto Teleporto – Localização.



Figura 15
Vista aérea do bairro Cidade Nova, de 1999, destacando-se, em primeiro plano, a área desocupada para implantação do Teleporto e o edifício principal do Centro Administrativo da Prefeitura. Ao fundo, à direita, o centro da cidade.
Fonte: LAPU/PROURB.

operações locais, regionais e internacionais de negócios na América do Sul.

- **Formas de viabilização:** o projeto foi concebido a partir do Acordo de Cooperação entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a EMBRATEL, com a posterior entrada da TELERJ no empreendimento. Inicialmente foi previsto uma ampla participação dos setores privados na implementação do projeto. Para tanto, a TELERJ investiu na infra-estrutura básica de telecomunicações e a Prefeitura em projetos e obras de urbanização e infra-estrutura e em desapropriações que teriam um custo estimado em US\$40 milhões. A estimativa inicial era de que o Teleporto implicaria em investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão a serem realizados pelo setor privado. Todos os empreendimentos seguiriam os padrões estabelecidos no Plano de Massas do Teleporto do Rio de Janeiro
- **Estágio atual:** Foram realizadas desapropriações para liberação da área de projeto, em grande parte ocupada anteriormente por casas e sobrados em que residiam cerca de 1.000 pessoas. Foram também executadas as obras de infraestrutura básica, bem como estacionamento e obras de urbanização. Um único prédio, porém, foi construído, numa área em que foram previstos 23 lotes distribuídos em nove quadras. Este primeiro edifício teve a obra concluída no final de 1994, tendo sido resultado de acordo da Prefeitura com a EMBRATEL e a VALIA, o fundo de pensão da CIA. VALE DO RIO DOCE, que negociou os andares de escritórios com diversas empresas privadas. Atualmente está sendo construído pela própria EMBRATEL um grande edifício. No início de



Figura 16
Proposta de ocupação da área de abrangência do projeto Teleporto.
Fonte: Mapa Cidade do Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro.



Figura 17
Plano de massas do projeto Teleporto. Em destaque, no centro, as duas torres propostas. No alto, à esquerda, o único prédio já construído no âmbito do projeto.
Fonte: Projeto SA'S – Conceito, Área de Abrangência, Perspectivas/SMU/IPLANRIO/ CUB: 1998.

2002, foi contratado pela Prefeitura, por concurso público, projeto para um Centro de Convenções, que não teve ainda obras iniciadas.

O Teleporto é o primeiro projeto anunciado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro neste período compreendido entre 1993 e 2000. Já no seu primeiro ano de governo, o Prefeito César Maia começava grande empreendimento que teria um papel fundamental para uma nova inserção da cidade no cenário internacional. O projeto representava, assim, a materialização de resultados de um discurso que começou a ser difundido já no período eleitoral, ganhando contornos mais bem definidos ao longo do mandato do prefeito.

A principal justificativa era a de que um Teleporto seria instrumento essencial para as atividades do setor de serviços e um espaço que reuniria as condições de infra-estrutura necessárias para a instalação de empresas de alto padrão na cidade, o que monvitaria a economia através da geração de empregos, realização de eventos, e também de turismo.

É curioso observar, porém, que mesmo com os investimentos iniciais em infra-estrutura realizados pelo poder público e a localização extremamente privilegiada em função da proximidade com o Centro da Cidade e dos dois aeroportos, além da fácil conexão com os principais eixos viários da cidade e a farta oferta de transportes, ainda assim, a contrapartida dos investimentos privados tenha sido bem abaixo da expectativa inicial. Hoje, passados aproximadamente nove anos da concepção geral do projeto, ainda permanecem vazios os amplos espaços liberados para a construção de um grande complexo de edifícios de alta tecnologia, que previa um programa básico que consistia de torres de escritórios, centro de convenções e exposições, centro comercial, hotel executivo, e heliporto.

Em 2002, numa nova tentativa de alavancar a efetiva ocupação da área do Teleporto, a Prefeitura promoveu um concurso público, organizado pelo IAB, para escolha do projeto para um centro de convenções. Foi aberta a licitação para execução do projeto, porém nenhuma empresa se apresentou para participar da concorrência.

Projeto Rio Cidade Av. Rio Branco

- Ano do projeto: 1994
- Autor/ órgão responsável: Taulois & Taulois Arquitetos Associados. Os arquitetos responsáveis pelo projeto foram selecionados em concurso público de projetos promovido pela Prefeitura, sob a organização do Instituto de Arquitetos do Brasil. Na ocasião, foram selecionados simultaneamente os arquitetos que seriam responsáveis pelos projetos de outras áreas beneficiadas pelo Projeto Rio Cidade.
- Área de abrangência: toda a extensão da Av. Rio Branco, da Praça Mauá, que não foi incluída no projeto, à Cinelândia, que foi incluída, além de trechos de algumas ruas perpendiculares.
- Objetivos principais: o Projeto Rio Cidade como um todo tem como objetivo a requalificação dos espaços públicos dos principais eixos comerciais da cidade. No caso específico da Av. Rio Branco, “o objetivo principal foi ordenar a circulação de pedestres e veículos, tornando-a mais fluida e segura para ambos.”
- Formas de viabilização: o projeto foi viabilizado pela alocação de recursos próprios da Prefeitura.
- Estágio atual: o projeto executado em 1996.

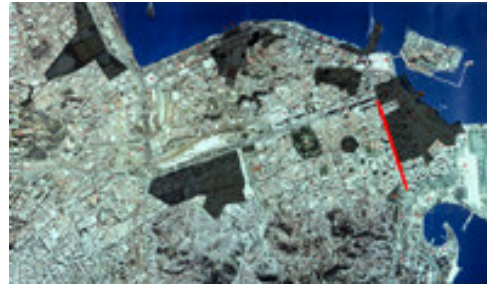


Figura 18
Projeto Rio Cidade Av. Rio Branco – Localização.



Figura 19
Vista da Praça Floriano Peixoto, Cinelândia, reformada no âmbito do projeto Rio Cidade Av. Rio Branco. Ao fundo, o Teatro Municipal.
Fonte: Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas/IPLANRIO: 1996, p.57.

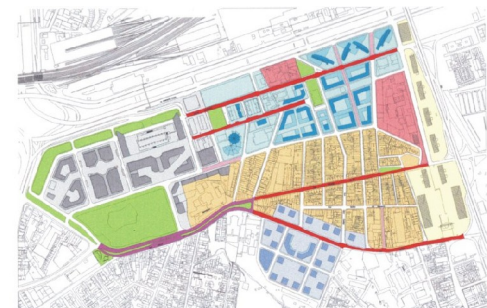
O Projeto Rio Cidade Av. Rio Branco integrou a primeira fase desse programa que acabou se tornando a grande realização da primeira gestão do Prefeito César Maia e que credenciou o arquiteto Luiz Paulo Conde, então Secretário Municipal de Urbanismo, para a disputa ao cargo de Prefeito que viria efetivamente ocupar. As obras, tanto de o Projeto Rio Cidade Av. Rio Branco, quanto as das demais áreas, concluídas quase simultaneamente ao longo do ano eleitoral de 1996, transformou, naquele momento, a aparência de vias importantes da cidade, abrangendo também áreas do subúrbio e zona oeste, além dos tradicionais bairros da zona sul.

Projeto SA's

- Ano do projeto: 1995, porém deve-se observar que após seu lançamento, o projeto não desenvolvido para implantação, tendo sido retomado mais efetivamente em 1998, já durante a gestão de Luiz Paulo Conde, quando iniciaram algumas demolições de imóveis necessárias a viabilização de algumas das propostas.
- Autor/ órgão responsável: o projeto foi coordenado pelas Secretarias Municipais de Urbanismo e de Obras, com a participação das Secretarias Municipais de Cultura e Habitação e da Subprefeitura do Centro, e assessoria especial do Gabinete do Prefeito. A elaboração do projeto envolveu diversos técnicos da Prefeitura, com alguns serviços tendo sido terceirizados, e contou a participação do consultor internacional arquiteto Nuno Portas, que, pode-se dizer, foi o responsável pela concepção geral do projeto.
- Área de abrangência: a área do projeto localiza-se no bairro da Cidade Nova, abrangendo, na primeira fase, o trecho do Sambódromo até a Av. Paulo de Frontin, e do Morro de São Carlos até a Av. Presidente Vargas. Na segunda fase, de acordo com a previsão inicial, os limites do projeto se estenderiam até a Praça da Cruz Vermelha.
- Objetivos principais: o objetivo principal é a revitalização da área entre o Teleporto e Praça da Cruz Vermelha, ao longo das ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá. Para tanto tem como proposta a melhoria da infra-estrutura, a renovação dos espaços públicos e a recuperação do conjunto de casas e prédios,



Figura 20
Projeto SA'S – Localização.



- Sub-área para renovação com Projeto Teleporto
- Sub-área para novas edificações
- Sub-área para renovação com a implantação do PA do Presídio
- Sub-área de reabilitação
- Projetos especiais
- Áreas verdes novas e a recuperar
- Sambódromo

Figura 21
Projeto SA'S – Mapa de intenções de acordo com as sub-áreas de intervenção.
Fonte: LAPU/PROURB.

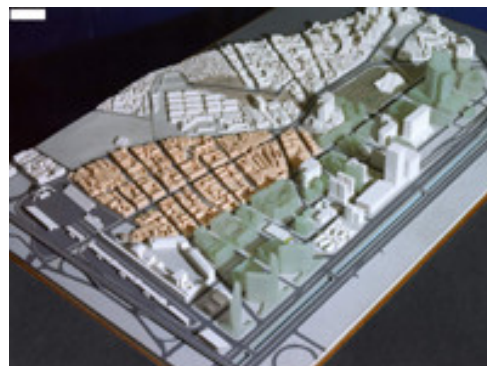


Figura 22
Projeto SA'S – Maquete do projeto. Em primeiro plano, a AV. Presidente Vargas. Os volumes verdes representam simulações de novas construções de acordo com os parâmetros urbanísticos propostos pelo projeto. As quadras em tom rosado correspondem à área de preservação.
Fonte: LAPU/PROURB.

visando a proporcionar melhor aparência para a área, com novas atividades de comércio e serviços, gerando trabalho e renda.

- **Formas de viabilização:** a viabilização do projeto é prevista através de investimentos próprios da Prefeitura e parcerias com outros órgãos públicos e setores da iniciativa privada. Apesar de muito se ter debatido sobre possíveis alternativas de um modelo de gestão para o Projeto SA's, que constituísse uma unidade gestora autônoma, não se chegou a estabelecer uma que pudesse, de fato, dar conta da complexidade do projeto e de sua viabilização. Entre tantas, foram pensadas idéias como a criação de um gabinete gestor, ou de uma agência promotora da área de intervenção, porém, a gestão manteve-se sempre internamente na estrutura convencional da Prefeitura, com a Secretaria Municipal de Urbanismo mais à frente do processo.
- **Estágio atual:** o projeto foi apenas parcialmente realizada, através de algumas ações promovidas pela própria Prefeitura através de recursos orçamentários, tais como abertura de vias, algumas obras de infra-estrutura, e implantação do binário da rua Estácio de Sá. As demais propostas previstas, principalmente aquelas que envolviam a renovação do ambiente construído através de investimentos privados, não aconteceram.



Figura 23
Projeto SA'S – Maquete do projeto. Em primeiro plano, parte do Morro de São Carlos. No alto, à esquerda, a área do Teleporto, com nova proposta de ocupação, e a praça com a estação Estácio do metrô. Fonte: LAPU/PROURB.



Figura 24
Projeto SA'S – Maquete do projeto. Em primeiro plano, a área de preservação, onde localiza-se a Vila Operária da Av. Salvador de Sá, importante conjunto tombado. À esquerda, os volumes verdes representa proposta de renovação da área do Presídio Frei Caneca. Na Av. Presidente Vargas, à direita são propostos prédios altos. Entre esta e a área de preservação, prédio mais baixos. Ao fundo, na área do Teleporto propõe-se duas grandes torres, marcando o final da avenida. Fonte: LAPU/PROURB.

O Projeto SA's é um grande projeto, proposto ainda na primeira gestão César Maia, mas desenvolvido com mais detalhamento na administração Luiz Paulo Conde, que pretende transformar a área em torno do Centro Administrativo da Prefeitura, de localização privilegiada quanto à acessibilidade, no novo grande vetor de expansão da área central do Rio de Janeiro. Articulado com o projeto Teleporto, trabalha com a expectativa de atrair grandes investimentos do capital imobiliário para a área. Entretanto, até o momento só foram viabilizadas obras com

recursos da Prefeitura e provenientes de parceria com a Embratel, sem ter havido ainda qualquer intervenção de renovação das quadras, limitando-se apenas a investimentos no espaço público. Paralelamente, o projeto propõe ações, que poderiam ser viabilizadas através de parcerias com outros órgãos públicos, que visam garantir a preservação do patrimônio arquitetônico, particularmente do conjunto da Vila Operária da Av. Salvador de Sá. A recuperação desse conjunto, construído no início do século XX pelo então Prefeito Pereira Passos e destinado às classes populares, ainda que extremamente necessária por ser um bem tombado, próprio do município, que encontra-se de modo geral bastante deteriorado, também não foi realizada. Procurou-se parcerias com a Caixa Econômica Federal e outras fontes de recursos, porém não foram realizadas.

Projeto Habitacional da Saúde

- Ano do projeto: 1996
- Autor/ órgão responsável: o projeto foi desenvolvido pela empresa de arquitetura Invento Espaços, contratada, por licitação, pela Secretaria Municipal de Habitação.
- Área de abrangência: parte do Morro da Saúde, na zona portuária, em terreno considerado pelo IPHAN com entorno de bem tombado – a Igreja Nossa Senhora da Saúde.
- Objetivos principais: criar unidades habitacionais, dentro da perspectiva de revitalização da área portuária e da área central da cidade como um todo.
- Formas de viabilização: o projeto é uma iniciativa da Prefeitura e conta com convênio da Caixa Econômica Federal para financiamento das unidades para os futuros moradores. A operação envolveu a aquisição do terreno, implantação de infra-estrutura e construção das unidades, contando com a participação de diversos órgãos municipais, além de órgãos de patrimônio, pois a área está situada no entorno de bem tombado, e do Sindicato dos Estivadores, que teve associados beneficiados com o projeto.
- Estágio atual: Obras executadas em 2001.

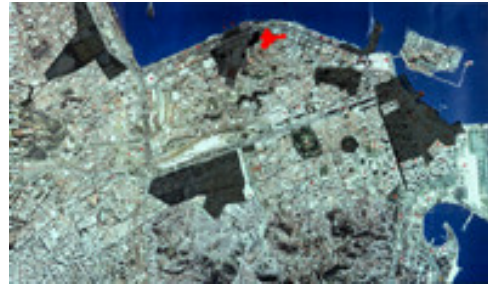


Figura 25
Projeto Habitacional da Saúde – Localização.



Figura 26
Vista aérea do Morro da Saúde com destaque para o conjunto implantado. À direita, o viaduto perimetral e o cais do porto.
Fonte: Porto do Rio/ CAU: 2001, p.89.



Figura 27
Vista de um dos blocos que compõem o conjunto, destacando-se o acesso individual de cada unidade e a composição arquitetônica.
Fonte: Porto do Rio/ CAU: 2001, p.88.

O projeto habitacional da Saúde ainda que aparentemente siga um padrão convencional de construção de conjuntos habitacionais, tem algumas características a serem destacadas. A primeira é que destina-se à construção de unidades habitacionais na área central, o que está relacionado a uma percepção relativamente recente do potencial de utilização de áreas infra-estruturadas para o uso residencial. Trata-se de um projeto que, neste sentido, se contrapõe à lógica da criação de grandes conjuntos em áreas vazias da periferia, afastando as classes

populares das áreas com melhores condições de habitabilidade. Outra questão importante é a valorização do projeto arquitetônico. As unidades produzidas compõem pequenos edifícios, visando o melhor aproveitamento do terreno. Seguem um projeto desenvolvido para aquele local específico, não correspondendo aos modelos de casa popular tão utilizados nos grandes conjuntos das áreas periféricas.

Este projeto pode ser considerado como um desdobramento de trabalho anterior intitulado “Levantamento de Oportunidades Habitacionais”, no qual foram estudadas as possibilidades de ocupação dos terrenos vazios localizados nos Morros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, com unidades residenciais. O trabalho busca mostrar o grande potencial dessa área para empreendimentos habitacionais, não apenas através da identificação de um grande número de terrenos ociosos, ma também revelando as possibilidades de barateamento das construções em função da localização central.

Projeto Enseada da Gamboa

- Ano do projeto: 1997
- Autor/ órgão responsável: o projeto foi desenvolvido pela antiga IPLANRIO (atual IPP), sob a responsabilidade dos arquitetos Ana Luiza Petrik Magalhães, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Silvia Pozzana e Pedro Jorgensen Jr.
- Área de abrangência: o projeto visa a ocupação do imenso terreno da RFFSA (Rede Ferroviária Federal) utilizado como pátio de manobras antigamente, que atualmente encontra-se desativado. Constitui-se, portanto num grande vazio, de cerca de 160.000m². É prevista ainda a utilização da área do Armazém 10 do cais do porto, de propriedade da Cia Docas.
- Objetivos principais: o projeto enquadra-se num conjunto de ações que tem como objetivo maior a revitalização da área portuária. O objetivo específico é a recomposição do tecido urbano, buscando a melhor acessibilidade da área e relação mais próxima dos bairros portuários com a baía de Guanabara. O programa prevê a implantação de edificações de uso misto, serviços e equipamentos públicos, em sistema de quadras com 5 pavimentos, abrigando cerca de 10.000 pessoas em 2.500 unidades habitacionais, e integrando a área urbanística e paisagisticamente à região.
- Formas de viabilização: a viabilização do projeto dependia primeiramente da transferência da propriedade da área da Rede Ferroviária para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, seria implementado através de parceria com o empresariado da construção civil.
- Estágio atual: o projeto não foi implantado.



Figura 28
Projeto Enseada da Gamboa – Localização

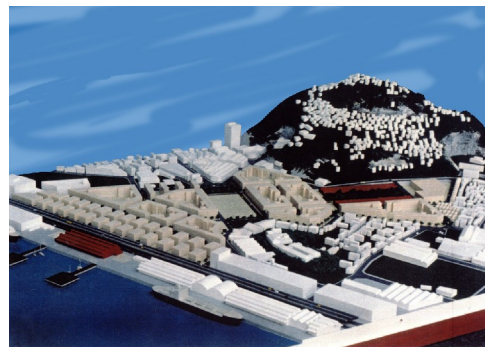


Figura 29
Maquete do projeto. Em primeiro a Baía de Guanabara e o cais do porto, na altura do armazém 10. Ao fundo o Morro da Providência. Entre eles a simulação de implantação do projeto.
Fonte: IPP.

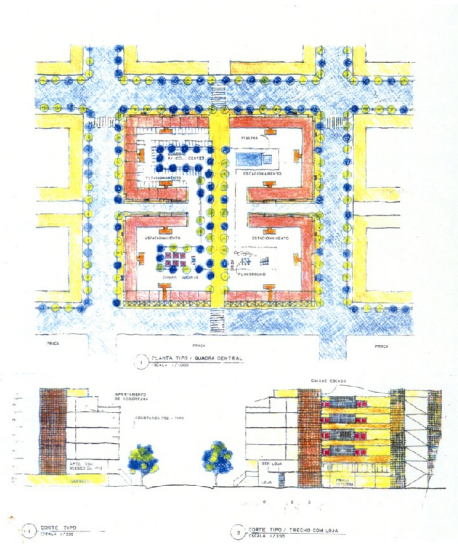


Figura 30
Planta e corte esquemáticos ilustrando a tipologia de quadra proposta.
Fonte: IPP.

O projeto Enseada da Gamboa, ainda que sido amplamente comentado em alguns momentos, e trabalhado ao longo de praticamente toda a gestão Luiz Paulo Conde, não foi implantado. O projeto chegou a ser apresentado na Feira da Casa Própria da Caixa Econômica Federal, realizada em 1997, quando foi promovida uma pré-inscrição para interessados na aquisição das unidades habitacionais. Segundo informações de técnicos envolvidos com o projeto, foi grande o interesse, acima da expectativa. Além da transferência de propriedade do terreno, a viabilização do projeto dependeria também de modificações na legislação urbanística da área, através da flexibilização de alguns parâmetros. Para tanto, seria criada para o local uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU).

Atualmente, o terreno já é de propriedade do município, porém na administração César Maia, iniciada em 2001 foi pensada nova proposta para a área, desenvolvida no âmbito do plano de revitalização da zona portuária. Pelo projeto atual, numa parceria com a Liga Independente das Escolas de Samba, o terreno abrigaria a Cidade do Samba e atenderia às necessidades das agremiações filiadas à Liga. Este projeto está em fase de licitação de obras.

Projeto Frente Marítima

- Ano do projeto: 1997
- Autor/ órgão responsável: O projeto foi desenvolvido por técnicos da Prefeitura, na Diretoria de Urbanismo do Instituto Pereira Passos, sob a coordenação geral da arquiteta Ana Luiza Petrik Magalhães e contou com a participação dos consultores internacionais Oriol Bohigas e Nuno Portas.
- Área de abrangência: área de aproximadamente 700.000 m² que engloba todo trecho da orla marítima do Centro e as primeiras quadras para o interior, entre o Aeroporto Santos Dumont e a Igreja da Candeária.
- Objetivos principais: Valorização da relação de continuidade dos espaços públicos entre o centro e a orla marítima; remoção de obstáculos visuais à faixa frontal do mar, cujas funções e valores arquitetônicos não justifiquem a preservação; tratamento arquitetônico, paisagístico e de iluminação do Viaduto Perimetral; reorganização do tráfego e dos estacionamentos de veículos na área; prolongamento da passagem subterrânea sob a Praça XV, até a Av. Presidente Vargas, de forma a permitir uma travessia longitudinal entre o Aterro do Flamengo e esta via; redesenho e tratamento dos passeios da Rua Primeiro de Março e da Av. Presidente Antonio Carlos e alteração das paradas de ônibus, permitindo a ordenação do tráfego na região; incentivo à recuperação do Centro como área residencial; ocupação com área de lazer dos vazios da beira-mar e junto aos centros culturais; renovação e ampliação da faixa de jardim-parque ao longo do

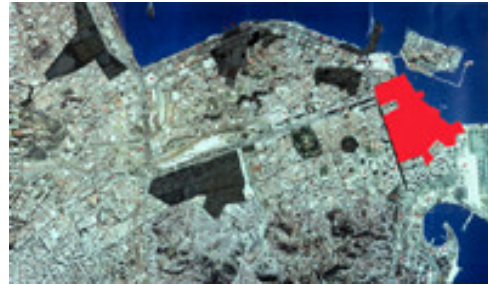


Figura 31
Projeto Frente Marítima – Localização.

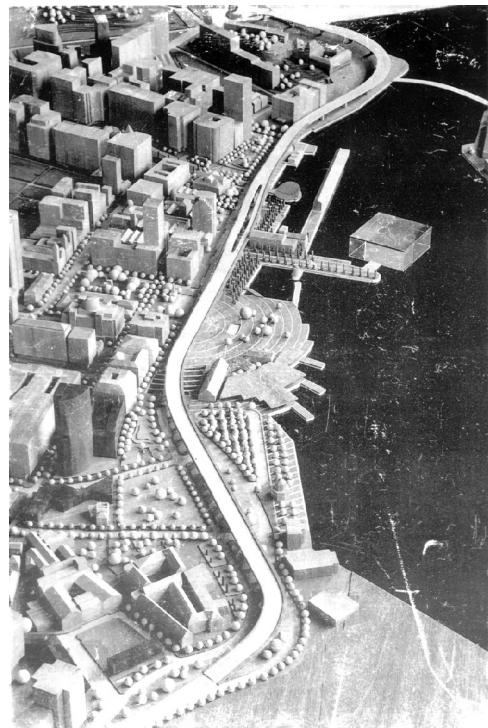


Figura 32
Maquete do projeto. Destaca-se a proposta de tratamento paisagístico da orla do Centro para transformá-la num grande parque. No alto, à direita, o volume quadrado representa o aquário proposto pelo projeto.
Fonte: IPP.

cais; implantação de equipamentos de grande atratividade cultural e lúdica, tal como um aquário de última geração, apoiado no prolongamento do píer da Marinha sobre o espelho d'água.

- Formas de viabilização: as ações previstas no projeto prevêm acordos e parcerias com órgãos públicos das diferentes esferas governamentais e com a iniciativa privada, além de investimentos diretos da Prefeitura.
- Estágio atual: o projeto é um desdobramento da intervenção urbana na área da Praça XV realizada ainda na administração César Maia, que promoveu a criação de uma esplanada ligando a praça à estação das barcas e a construção de um “mergulhão”, para os carros, na altura desse trecho, da via sob o viaduto perimetral. Esta primeira etapa, portanto, foi concluída. O projeto posterior foi apenas parcialmente implantado através de algumas intervenções na Av. Presidente Antonio Carlos e Rua Primeiro de Março, visando melhorias no espaço público.



Figura 33
Foto da esplanada da Praça XV depois da reforma realizada em 1996, no final da gestão César Maia. À direita, o viaduto perimetral.
Fonte: Chiavari: 1998, p.18.

Trata-se de um grandioso projeto para uma área que compreende o entorno da Praça XV, um dos principais pontos do Centro do Rio. Praticamente toda a área de abrangência do projeto está inserida no Corredor Cultural e há alguns anos parte dela vem sendo recuperada através de várias pequenas intervenções, tanto do poder público como de particulares, numa estratégia própria daquele projeto. Deste modo, os vários centros culturais da região e estabelecimentos comerciais, tais como bares e restaurantes, têm tido grande importância na valorização da área e até mesmo do Centro como um todo.

O projeto Frente Marítima, ainda que dividido em sub-áreas de atuação, é estruturado, de modo geral, a partir de propostas de intervenção bem maiores que envolvem demolições de edifícios e grandes obras viárias como a extensão do “mergulhão” até a Av. Presidente Vargas, que ao serem anunciadas provocaram grandes debates entre especialistas e interessados na área central do Rio de Janeiro. Entre as propostas polêmicas, destaca-se a da demolição de

dois edifícios (CONAB e Maternidade da Praça XV) situados junto à Praça XV, como o objetivo de liberar a faixa junto à Baía de Guanabara. Várias instituições manifestaram-se contra tal proposta, defendendo o valor arquitetônico das construções. Somando-se a essas características, a intensa participação dos consultores internacionais Bohigas e Portas também proporcionou uma grande visibilidade ao projeto, devido ao prestígio dos dois grandes arquitetos. Ainda assim, as ações previstas não foram efetivamente realizadas.

Ao longo de 2002 vêm sendo feitas obras de requalificação do espaço público ao longo da Av. Presidente Antonio Carlos e rua Primeiro de Março, além de intervenções pontuais como a restauração da antiga Catedral Metropolitana.

Projeto Praça Tiradentes

- Ano do projeto: 1997
- Autor/ órgão responsável: o projeto foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e antiga IPLANRIO (atual IPP), estando a cargo de técnicos da própria prefeitura.
- Área de abrangência: está delimitada por um raio de 400m, a partir do eixo da Praça Tiradentes. A área caracteriza-se pela diversidade de atividades ali instaladas, e por compreender um conjunto arquitetônico de significativa importância para o patrimônio histórico.
- Objetivos principais: o objetivo principal é a preservação do patrimônio cultural, através da revitalização do espaço urbano e de suas funções sociais, econômicas e culturais. São previstos construção e restauração de imóveis selecionados, adequando-os, eventualmente, a novos usos, além de obras de reurbanização de algumas ruas para adequá-las às necessidades de infra-estrutura e ordenamento dos espaços públicos. Há intenção, também, de se criar mecanismos de incentivo à moradia na área.
- Formas de viabilização: inclusão do projeto no Programa MinC/IPHAN – Projeto Monumenta, convênio com o BID, com previsão liberação de R\$10,9 milhões, sendo R\$7,6 milhões de recursos do MinC e R\$3,3 milhões da contrapartida da Prefeitura.
- Estágio atual: não foi implementado, porém recentemente foi divulgado que seriam iniciadas obras em pelo menos quatro imóveis, com ofertas financiamentos de até R\$30.000,00 para proprietários da área reformarem seus patrimônios..

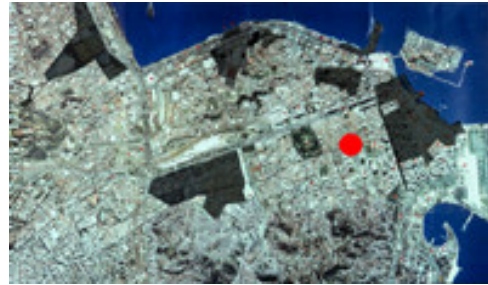


Figura 34
Projeto Praça Tiradentes – Localização.



Figura 35
Imagem da Praça Tiradentes, localizada no Centro do Rio. A praça foi reformada durante os anos 1990 e o projeto atual visa a reabilitação do conjunto arquitetônico de seu entorno.
Fonte: Chiavari: 1998, p.25.

O Projeto Praça Tiradentes, ainda que iniciado em 1997, ganhou fôlego ao ser incluído no Programa MinC/IPHAN – Projeto Monumenta, criado em 1999. Tal programa consiste numa iniciativa do governo federal, de âmbito nacional, que cria condições para financiamento de investimentos em áreas de interesse para o patrimônio histórico, envolvendo também BID, UNESCO, Estados, Municípios e iniciativa privada.

Na primeira etapa do programa além do Rio de Janeiro com o Projeto Tiradentes, outras importantes cidades brasileiras foram beneficiadas, entre as quais destacam-se: Recife, Olinda, Salvador, Ouro Preto, São Paulo e São Luís. Os recursos envolvidos são da ordem de U\$200 milhões, entre empréstimos do BID, recursos do Governo Federal e contrapartidas de estados e municípios. A previsão de recursos a serem liberados para o Projeto Tiradentes foi de R\$10,9 milhões, sendo R\$7,6 milhões de recursos do MinC e R\$3,3 milhões da contrapartida da Prefeitura.

Ações previstas pelo Projeto Tiradentes:

- Restauração do Solar do Barão do Rio Seco e sua adaptação para um uso cultural;
- Restauração de fachadas e telhados da Igreja do Santíssimo Sacramento;
- Restauração das casas da Rua Gonçalves Ledo;
- Reconstrução parcial do Anexo do Centro de Arte Hélio Oiticica;
- Conjunto Escultório a D. Pedro I e reposição de quatro alegorias;
- Projeto e execução de reurbanização, calçadas, iluminação, mobiliário urbano;
- Teatro Carlos Gomes, recuperação de fachada e telhado;
- C.E.C. Lavradio - obra de reconstrução do imóvel e instalação de oficinas de restauro de móveis e encadernação;
- Implantação de medidas de redução de linhas de ônibus e melhoria da acessibilidade para pedestres na área de investimento;
- Calendário Cultural criando eventos durante o ano inteiro;
- Promoção Social das populações usuárias da área;
- Plano de Adesão visando atender aos proprietários de imóveis da área;
- Oportunidades Habitacionais, projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Habitação para os imóveis à Praça Tiradentes 71 e Rua Regente Feijó, 62;
- Recomposição da fachada original e instalação de centro de referência da música clássica da casa onde nasceu a cantora lírica Bidu Saião.

Projetos de reabilitação de cortiços do Programa Novas Alternativas

- Ano do projeto: 1997
- Autor/ órgão responsável: trata-se de programa da Secretaria Municipal de Habitação, cujos projetos de cada intervenção são desenvolvidos por escritórios técnicos contratados para este fim.
- Área de abrangência: área central do Rio de Janeiro.
- Objetivos principais: oferecer condições alternativas de moradia nos bairros de localização central, de fácil acesso às redes de infra-estrutura, transportes e serviços urbanos disponíveis; recuperar as condições de habitabilidade dos prédios deteriorados, tornando-os opção de moradia salubre e segura; regularizar a administração dos imóveis, garantindo a permanência da população residente; garantir a organização, manutenção e conservação do imóvel, a partir da conscientização e da definição de co-responsabilidades entre os moradores para a preservação dos benefícios alcançados.
- Formas de viabilização: na primeira fase do programa, todos os imóveis foram adquiridos pela Prefeitura, que promoveu as obras e os contratos de ocupação. Para as fases posteriores, foram previstas outras formas de viabilização dos projetos, incluindo a participação de eventuais parceiros da sociedade civil.
- Estágio atual: Foram implementados três projetos-piloto, compreendendo a criação de 86 cômodos residenciais. Outros projetos foram desenvolvidos, porém não foram realizadas novas obras nesse programa.



Figura 36
Projetos de reabilitação de cortiços - Localização



Figura 37
Cortiço localizado na rua Sacadura Cabral, na bairro da Saúde. Exemplo do estado de deterioração da edificação antes da reforma e o imóvel recuperado depois das obras.
Fonte: Porto do Rio: 2001, p.114-115.

Dentre os projetos analisados neste trabalho, os projetos de reabilitação de cortiços diferenciam-se dos demais por não corresponderem a ações sobre uma área previamente delimitada. Correspondem a intervenções específicas em determinados imóveis distribuídos pela área central. Pareceu, entretanto, relacioná-los na pesquisa, porque trabalham com a questão da oferta de unidades habitacionais nos espaços centrais aliada à perspectiva de restauração e preservação de imóveis deteriorados. Ainda que sejam ações muito pontuais, pode-se imaginar que a implementação de diversos projetos poderia representar um significativo impacto no conjunto.

Apesar de terem sido viabilizados apenas alguns poucos projetos, foram desenvolvidos mais de 30 propostas, cujos imóveis estão em processo de desapropriação pela prefeitura e poderão representar a oferta de mais de 600 unidades de moradia. Destaca-se que tratam-se de oportunidades habitacionais para famílias de baixa renda. Na primeira fase, privilegiou-se idosos e famílias de até duas pessoas, com renda de até 4 salários mínimos.

Projeto Rio Cidade São Cristóvão

- Ano do projeto: 1997
- Autor/órgão responsável: Arquiteto Fernando Luz. O responsável técnico pelo projeto foi selecionado em concurso público promovido pela Prefeitura, sob a organização do Instituto de Arquitetos do Brasil. Na ocasião, foram selecionados simultaneamente os responsáveis pelos projetos das demais áreas beneficiadas pelo Projeto Rio Cidade II.
- Área de abrangência: Largo da Cancela e seu entorno, compreendendo a rua São Luiz Gonzaga e a rua Dom Meinrado, que liga o Largo ao Portão da Quinta da Boa Vista.
- Objetivos principais: o Projeto Rio Cidade como um todo tem como objetivo a requalificação dos espaços públicos dos principais eixos comerciais da cidade. No caso específico do projeto para o bairro de São Cristóvão, foram previstas intervenções para aproveitamento de áreas ociosas e não edificadas entre o portão da Quinta da Boa Vista e o Largo da Cancela. Segundo o projeto, a rua Dom Meinrado seria transformada em via de pedestre e a rua São Luiz Gonzaga, principal área comercial, requalificada.
- Formas de viabilização: o projeto, assim como os demais projetos do Rio Cidade, se for implantado, provavelmente será através de recursos próprios da Prefeitura.
- Estágio atual: o projeto concluído em 1998, mas não foi executado. Não está ainda na previsão da Secretaria Municipal de Obras, que tem outro projeto Rio Cidade para São Cristóvão, abrangendo a área do Campo de São Cristóvão.

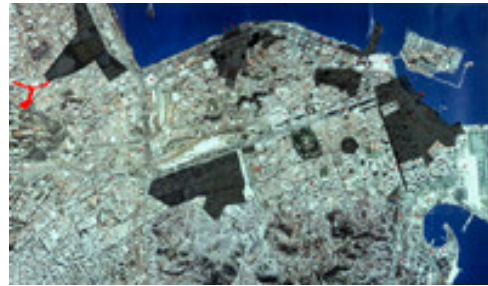


Figura 38
Projeto Rio Cidade São Cristóvão – Localização

O Projeto Rio Cidade São Cristóvão integrou a segunda fase do programa, iniciada em 1997 com a realização de concurso público promovido pela Prefeitura e organizado pelo IAB, tal como havia acontecido na primeira fase do programa. Seguindo formato semelhante ao primeiro, o concurso selecionou, a partir da análise de propostas metodológicas, tão somente as equipes que, posteriormente, a critério da Prefeitura, desenvolveriam cada uma o projeto para uma das áreas selecionadas para intervenção.

Diferentemente da primeira fase, os projetos do Rio Cidade II, que nessa etapa privilegiou bairro das zonas norte e oeste, não foram executados simultaneamente. Apesar de terem começado a ser elaborados ainda no primeiro ano da administração Luiz Paulo Conde, muito poucos chegaram a ter obras iniciadas ainda naquela gestão. Na atual administração, alguns projetos estão sendo levados à obra, porém o de São Cristóvão não tem ainda previsão de ser implantado na área de abrangência da proposta original. Atualmente está sendo previsto o início de obras no entorno do Campo de São Cristóvão dentro do programa Rio Cidade.

Projeto Terreirão do Samba

- Ano do projeto: 1997
- Autor/ órgão responsável: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP).
- Área de abrangência: a área destinada ao projeto é um terreno de 3.600m², localizado na Praça XI, junto ao Sambódromo.
- Objetivos principais: incentivar o desenvolvimento cultural e social da área, transformando-a num espaço turístico e cultural para apresentação de espetáculos musicais permanentes ligados ao samba. O programa prevê a dois espaços independentes: um espaço coberto destinado à apresentação de espetáculos, composto por camarotes, pista de dança, palco e restaurantes, com capacidade para aproximadamente 500 pessoas sentadas e 5.000 em pé; uma área descoberta de pista de dança para 7.000 pessoas, onde está prevista a instalação de 50 quiosques de alimentação.
- Formas de viabilização: a implementação do projeto foi prevista através da alocação de recursos públicos.
- Estágio atual: o projeto foi implantado. O Terreirão do Samba consiste hoje num espaço para eventos populares, com intensa programação sobretudo no período do carnaval.

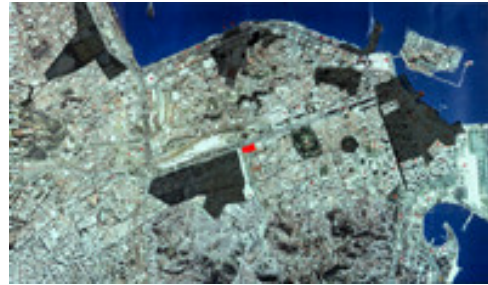


Figura 39
Projeto Terreirão do Samba – Localização.

O Terreirão do Samba, apesar de estar relacionado entre os projetos que figuram no Mapa da Área Central, em verdade, é tão somente a ocupação de um determinado espaço da cidade, a Praça XI, onde vinham sendo instaladas lonas de circo, para uma atividade específica. Os impactos de sua implantação não parecem significativos nem do ponto de vista da interferência no tecido urbano, nem da dinâmica do bairro no qual está inserido. O Terreirão do Samba está localizado junto à área de abrangência do Projeto SA'S, que prevê uma série de ações na Cidade Nova e adjacências e se for implantado terá impactos bem mais expressivos.

Projeto Píer Mauá

- Ano do projeto: 1998
- Autor/ órgão responsável: O projeto é de autoria dos arquitetos Índio da Costa e Ricardo Villar, contatados por concorrência promovida pela Cia Docas do Rio de Janeiro e o Consórcio Píer Mauá S/A.
- Área de abrangência: compreende o trecho que se estende do píer ao Armazém 4, área arrendada pelo Consórcio Píer Mauá S/A junto à Cia Docas, para implantação do empreendimento. São previstas ainda intervenções na Praça Mauá, visando a integração desse espaço com o cais do porto.
- Objetivos principais: constituir-se no primeiro passo para a renovação da área portuária, caracterizando-se ainda como novo marco arquitetônico para a cidade. É prevista a criação de um complexo de entretenimento, cultura e lazer, com a instalação de equipamentos tais como centro comercial, um centro de convenções, anfiteatro, etc. São propostos ainda o redesenho do traçado viário do entorno e pontos de conexão com os diversos meios de transporte para maior acessibilidade do local.
- Formas de viabilização: o projeto seria viabilizado pela iniciativa privada, através do Consórcio Píer Mauá S/A, porém valendo-se de apoio da Prefeitura para a efetiva implantação do empreendimento.
- Estágio atual: o projeto não foi implantado. Desde o ano 2001, a Prefeitura vem anunciando novo projeto para a área portuária que tem como carro-chefe a construção de um filial do Museu Guggenheim no Píer Mauá.



Figura 40
Projeto Píer Mauá – Localização.



Figura 41
Maquete do projeto. Em primeiro plano, a proposta de intervenção no píer. Ao fundo, à direita, proposta de recuperação de alguns armazéns do cais do porto.
Fonte: Porto do Rio: 2001, p.96-97.

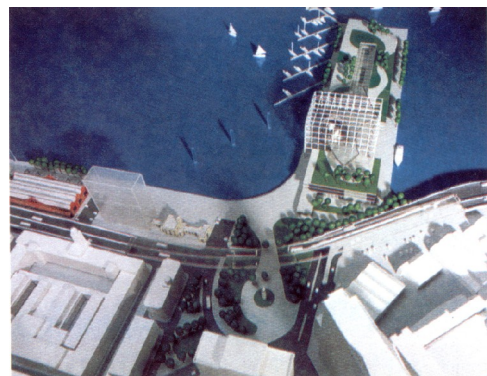


Figura 42
Maquete do projeto. Destaque para a proposta de integração entre o píer, o cais e a Praça Mauá
Fonte: Porto do Rio: 2001, p.97.

São inúmeros os projetos propostos para a área portuária nas últimas décadas. São projetos das mais variadas naturezas, com os mais diferentes objetivos. Desde projetos da própria Cia Docas, visando reutilização da área para atividades portuárias propriamente ditas, até projetos absolutamente acadêmicos, imaginando como poderia ser feita a revitalização do porto tal como várias cidades fizeram principalmente a partir dos anos 1970.

O que deve ser assinalado é que ao longo dos anos 1990, diferentes ações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro sinalizaram sua intenção de investir na área. O Projeto Píer Mauá não é de iniciativa da Prefeitura, mas esta engajou-se na sua elaboração, orientando para sua adequação à legislação e divulgando o projeto. A ponto de figurar no “Mapa Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro” com o mesmo peso de projetos de iniciativa direta do poder público.

Ainda assim, ao longo do período 1993 a 2000, a área portuária esteve sempre colocada como um trecho da área central que como um todo precisava de investimentos. A partir de 2001, quando retorna ao governo o Prefeito César Maia, a área portuária transforma-se na grande prioridade. Desde o início da gestão vem sendo desenvolvido um grande projeto para a área, tendo como principal proposta a implantação de uma filial do Museu Guggenheim no Píer Mauá, com projeto assinado pelo arquiteto francês Jean Nouvel.

Projeto Morro da Conceição

- Ano do projeto: 1998
- Autor/ órgão responsável: O projeto foi desenvolvido por técnicos da Prefeitura, na Diretoria de Urbanismo do Instituto Pereira Passos, sob a coordenação geral da arquiteta Ana Luiza Petrik Magalhães. Teve como consultores brasileiros os arquitetos Fernando de Magalhães Chacel; Gilson Mendes Lages; e Jorge de Souza Hue. Os consultores internacionais foram: Phiplippe Delaroa e Didier Butteux (consultores de especialistas em operações de reabilitação da habitação); e Daniel Duché (consultor de urbanismo).
- Área de abrangência: Morro da Conceição, situado no bairro Saúde entre o Centro da Cidade e a área portuária, como uma área de 21.586m².
- Objetivos principais: o objetivo principal do projeto é a recuperação do sítio histórico do Morro da Conceição, onde coexistem monumentos tombados pela União e um rico patrimônio vernacular representado por suas moradias, garantindo a permanência da população local. Busca-se, assim, a valorização dos espaços públicos; ocupação de vazios através de projetos habitacionais; adequação e revisão da legislação; reabilitação habitacional; estímulo ao turismo.
- Formas de viabilização: para a viabilização do projeto foram previstos investimentos próprios da Prefeitura e parceiras com a Caixa Econômica Federal através da oferta de suas linhas de crédito para reforma e melhoria da propriedade particular, estudo de linhas de crédito específicas

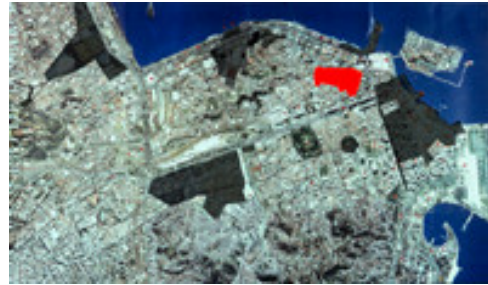


Figura 43
Projeto Morro da Conceição – Localização.



Figura 44
Vista área do Morro da Conceição.
Fonte: Morro da Conceição: da memória o futuro: 2000, p.68.



Figura 45
Largo São Francisco da Prainha, no pé do Morro da Conceição, área que encontrava-se deteriorada, ocupada por estacionamento, que foi reurbanizada antes do início do Projeto Morro da Conceição.
Fonte: Morro da Conceição: da memória o futuro: 2000, p.68.

aplicáveis às condições sócio-econômicas da população local, e programas como o PAR (Programa de Arrendamento Residencial). O projeto conta também com os investimentos dos pequenos proprietários locais e prevê negociações com grandes proprietários, como por exemplo a Santa Casa e Ordem 3^a, para utilização de seus imóveis. São previstas ainda a inclusão de programas desenvolvidos pela própria Prefeitura, como o Programa Novas Alternativas da Secretaria Municipal de Habitação.

- Estágio atual: a implantação do projeto está em andamento, porém apresentando dificuldades na viabilização de parceiras para a realização de todo o conjunto de propostas.



Figura 46
Outra vista do Largo de São Francisco da Prainha, destacando o casario que, no passado, antes do aterro para construção do porto, ficava à beira-mar.
Fonte: Chiavari: 1998, p.27.

O projeto do Morro da Conceição está inserido, como projeto piloto, no Programa de Recuperação Orientada (proRIO), criado pela PCRJ em outubro de 1998 através do Decreto 17.109. O desenvolvimento do projeto, sob a coordenação do IPP, é resultado de um acordo de cooperação técnica entre Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o Governo francês, representado pelo *Ministère de l'Équipement des Transports e Logement*, do qual participam técnicos e especialistas em patrimônio e reabilitação.

A área abrangida é a do Morro da Conceição, um dos marcos da história urbana do Rio de Janeiro, com um conjunto arquitetônico colonial, que resistiu às grandes intervenções realizadas na área central da cidade durante o século XX. Ainda que ocupado originalmente por instituições religiosas e militares, o Morro da Conceição destinou-se também ao uso residencial, que o projeto pretende valorizar e incentivar. Para tanto é prevista a ocupação de terrenos vazios encontrados no morro como unidades habitacionais e programas de para orientar moradores a recuperarem seus imóveis.

Paralelamente às propostas de intervenção urbanística são desenvolvidos projetos sociais visando a educação para preservação do patrimônio cultural e histórico; educação ambiental; e a intenção de criação de um programa de capacitação profissional que possa formar mão de obra especializada para recuperação de imóveis antigos construídos através de técnicas antigas pouco conhecidas.

Reveste-se de grande importância também a revisão da legislação urbanística da área, através da alteração de parâmetros visando a preservação do conjunto arquitetônico. Para tanto, a proposta contempla a redefinição de critérios para o parcelamento, particularmente restrições aos remembramentos de lotes; e nova condições para ocupação do lote, tais como taxa de permeabilidade, gabarito e profundidade máxima para as construções.

O projeto encontra-se em implantação, com obras de recuperação de espaços públicos realizadas. O funcionamento de um escritório técnico no local possibilita a orientação aos moradores sobre como recuperar e regularizar seus imóveis, além da realização de atividades comunitárias e educacionais.

Projeto Arena Quinta da Boa Vista

- Ano do projeto: 1998.
- Autor/órgão responsável: Projeto desenvolvido pelo escritório do arquiteto Sérgio Bernardes, sob coordenação do IPP, contando com consultoria dos arquitetos catalães Lluís Millet e Gemma Biosca.
- Área de abrangência: área conhecida como Campo de São Cristóvão, abrangendo o pavilhão, em péssimo estado de conservação, e seu entorno, entre a Quinta da Boa Vista e a ^a Brasil.
- Objetivos principais: o objetivo específico do projeto é a construção de um equipamento, uma arena polivalente, que a cidade não dispõe, com capacidade para 15.000 a 20.000 espectadores para espetáculos como esporte, teatro, música, grandes óperas, etc. Do ponto de vista mais geral, o objetivo da proposta é a reutilização de uma grande área ocupada pelo deteriorado pavilhão como âncora para uma reestruturação de toda área, criando uma nova centralidade no bairro de São Cristóvão que contribua para a requalificação da área central como um todo.
- Formas de viabilização: o projeto apresenta diferentes hipóteses de viabilização, prevendo alternativas de investimentos dos setores públicos e privados, com maior ou menor participação de cada um. As formas de participação do setor público poderiam ser: cessão do solo para a arena polivalente; cessão do solo para instalações anexas à arena; investimento direto da Prefeitura ou outros níveis de governo para a construção da arena polivalente. As principais formas de atração da iniciativa privada para o empreendimento são:



Figura 47
Projeto da Arena Quinta da Boa Vista – Localização



Figura 48
Proposta de ocupação da área de abrangência do projeto Arena Quinta da Boa Vista.
Fonte: Mapa Cidade do Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro.

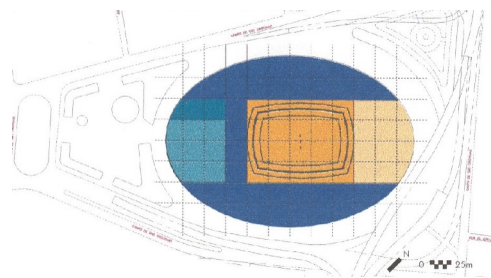


Figura 49
Planta esquemática de uma simulação de implantação da Arena Multiusos. Em amarelo, o espaço da arena; em azul, área para o centro comercial; e em verde área destinada a hotel. O complexo teria ainda estacionamento no subsolo e área de lazer e restaurantes num dos pisos do centro comercial.
Fonte: Arena Quinta da Boa Vista – Estudo de Viabilidade.

venda dos direitos do nome da instalação para uma corporação multinacional; venda de camarotes permanentes para diversas empresas; possibilidade de investimento direto no empreendimento.

- **Estágio atual:** O projeto não foi implementado. Atualmente estão sendo executadas obras de um outro projeto denominado Centro de Tradições Nordestinas, que prevê o reordenamento da Feira de São Cristóvão e recuperação do pavilhão.

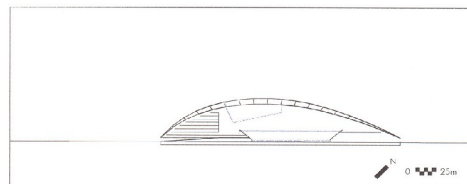


Figura 50
Corte esquemático da simulação de implantação da Arena Multiusos.
Fonte: Arena Quinta da Boa Vista – Estudo de Viabilidade.

O projeto Arena Quinta da Boa Vista é justificado pela necessidade da cidade do Rio de Janeiro vir a ter este tipo de equipamento para poder se credenciar a receber grandes produções de espetáculos, entrando assim num circuito internacional. O estudo de viabilidade do projeto mostra que as principais cidades da Europa e América do Norte têm suas arenas, similares à proposta para o Rio de Janeiro, destacando que há uma tendência, própria dos anos 1990, de construção deste tipo de equipamento para abrigar grandes eventos esportivos, musicais, de teatro, entre outros.

O programa previsto inclui a arena propriamente dita, para 17.000 espectadores sentados; um centro de lazer, com complexo de cinemas, entre outras atrações; um hotel com 250 e 300 habitações; um centro comercial com lojas e restaurantes; e um grande estacionamento para 1.300 a 1.500 vagas. Todas essas unidades ocupariam uma área estimada em 161.000m², a um custo de U\$111.350.000,00. De acordo com as previsões do projeto, a construção da Arena da Quinta da Boa Vista, representaria “um impulso decisivo para a transformação urbanística de uma grande zona, que se estende desde o complexo esportivo do Maracanã até o Cais do Porto”. Neste sentido, como decorrência da implantação do projeto, diversos outras ações e empreendimentos seriam realizados, proporcionando o redesenho do tecido urbano do entorno, instalação de novos usos, remoção de instalações industriais, e valorização de equipamentos já existentes na área como a própria Quinta da Boa Vista, o Museu Nacional, o Museu do Primeiro Reinado, etc.

Destaca-se ainda que o projeto pressupõe que “a nova arena deve ser um edifício emblemático que caracterize o processo de renovação e modernização da cidade. A qualidade formal do projeto não deve ser um valor adicional obtido no final do projeto, mas o ponto de arranque do mesmo”. A justificativa para tal necessidade diz que a “Arena Quinta da Boa Vista não deve ser

um edifício esportivo a mais, e sim um símbolo da recuperação do Rio de Janeiro como capital internacional, capaz de competir com as maiores capitais. Seguindo esta linha de reflexão, a nova Arena poderia ser a porta de entrada da cidade ao século XXI.”

Evidentemente, trata-se de um projeto ambicioso, que reafirma a necessidade de criação de espaços espetaculares, e conseqüentemente socialmente seletivos, para a que a cidade torne-se internacionalmente competitiva. A arquitetura e a intervenção urbanística são, neste sentido, antes de tudo, produtos a serem utilizados nas estratégias de marketing interno e externo.

Ainda que o estudo de viabilidade sugerisse como melhor opção a demolição da estrutura existente do Pavilhão de São Cristóvão, o projeto desenvolvido pelo arquiteto Sérgio Bernardes, também autor do projeto do pavilhão, de 1957, previu o seu aproveitamento.

O projeto não foi implementado e a partir de 2001 a Prefeitura, já sob nova administração, começou a estudar outras alternativas e agora está em desenvolvimento o projeto para o Centro de Tradições Nordestinas.

QUADRO SÍNTESE DOS PROJETOS URBANOS PARA A ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1993-2000

Projeto	Ano	Autor/órgão responsável	Área de abrangência	Bairro(s)	Objetivos principais	Programa	Formas de viabilização	Estágio atual
Teleporto	1993	Consórcio CBPO/Carioca Engenharia e tratamento paisagístico a cargo da Burle Marx e Cia. Concepção básica e coordenação do projeto pelo Grupo Executivo de Implantação do Teleporto Rio de Janeiro, com consultoria internacional da WTA – World Teleport Association	Mais de 220.000 m2 em área junto à Av. Presidente Vargas e ao Centro Administrativo São Sebastião	Cidade Nova	Marcar o início de uma política de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro como porta de entrada do país e da América do Sul. Implantação de infra-estrutura de comunicação que sirva de atrativo para empresas se estabelecerem na cidade	Uma ou duas torres de escritórios que incorporem os conceitos de “edifícios inteligentes”; centro de convenções e exposições para, no mínimo, 500 pessoas; centro comercial; hotel executivo; e heliporto	Acordo de Cooperação entre PCRJ e Embratel; investimentos iniciais em infra-estrutura pela PCRJ, com expectativas de investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão pelo setor privado	Parcialmente implantado, com pouquíssimos investimentos do setor privado realizados
Rio Cidade Av. Rio Branco	1994	Taulois & Taulois Arquitetos Associados / SMU e IPP	Toda extensão da Av. Rio Branco e trechos de ruas perpendiculares	Centro	Requalificação dos espaços públicos, tendo como objetivo principal a ordenação da circulação de pedestres e veículos	Renovação da infra-estrutura; Redefinição de pavimentação das vias e traçado viário; implantação de novos equipamentos do mobiliário urbano projetados especificamente para esta área; reurbanização de praças situadas junto à Av. Rio Branco	Recursos próprios da Prefeitura	Implementado
Projeto AS's	1995	Técnicos da Prefeitura / SMU e SMO, com consultoria internacional do arquiteto Nuno Portas	Conjunto de quadras situadas na Cidade Nova, entre o Sambódromo e o Viaduto Paulo de Frontin, e entre a Av. Presidente Vargas e o Morro de São Carlos	Cidade Nova	Revitalização da área entre o Teleporto e a Praça da Cruz Vermelha, ao longo das ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá.	Melhoria da infra-estrutura urbana; renovação dos espaços públicos; novas atividades de comércio e serviços; criação de novas unidades habitacionais	Recursos próprios da Prefeitura; parcerias com outros órgãos públicos; parcerias com o setor privado	Parcialmente implantado
Projeto Habitacional da Saúde	1996	Invento Espaços/ SMH	Parte do Morro da Saúde	Saúde	Criação de unidades habitacionais para população de baixa e média renda, na área central	150 unidades habitacionais, distribuídas em nove blocos; apartamentos de dois quartos, com 54m ² em média; acesso individual às unidades; áreas de arborização e estacionamento	Financiamento da Caixa Econômica Federal	Implementado

Enseada da Gamboa	1997	Técnicos da Prefeitura / IPP	Terreno de 160.00m ² da Rede Ferroviária Federal	Gamboa	Revitalização da área portuária; recomposição do tecido urbano da área; criação de espaços para habitação na área central	2.500 unidades habitacionais, distribuídas em edificações de uso misto, implantadas em sistema de quadras de 5 pavimentos	Transferência da propriedade do terreno para o município e parcerias com empresariado da construção civil e linhas de crédito da CEF	Não implementado
Frente Marítima	1997	Técnicos da Prefeitura / IPP – com participação dos consultores internacionais Orio Bohigas e Nuno Portas	Área de 700.000m ² na orla marítima do Centro, entre o Aeroporto Santos Dumont e a Candelária	Centro	Valorização da continuidade dos espaços públicos entre o Centro e a orla marítima	Remoção de obstáculos visuais à faixa frontal do mar; tratamento arquitetônico, paisagístico e de iluminação do Viaduto Perimetral; reorganização do tráfego e dos estacionamentos de veículos na área; prolongamento da passagem subterrânea sob a Praça XV até a Av. Presidente Vargas; redesenho e tratamento dos passeios da Rua Primeiro de Março e da Av. Presidente Antonio Carlos; ocupação com área de lazer dos vazios da beira-mar e junto aos centros culturais; renovação e ampliação da faixa de jardim-parque ao longo do cais; implantação de um aquário de última geração, apoiado no prolongamento do pier da Marinha sobre o espelho d'água	Recursos próprios da Prefeitura; acordos e parcerias com órgãos públicos das diferentes esferas governamentais e com a iniciativa privada	Parcialmente implantado. Estão em fase final as obras de redesenho e tratamento dos passeios da Rua Primeiro de Março e da Av. Presidente Antonio Carlos
Praça Tiradentes	1997	Técnicos da Prefeitura / SMC e IPP	Raio de 400 metros a partir do eixo da Praça Tiradentes	Centro	Preservação do patrimônio cultural; revitalização do espaço urbano; e criação de mecanismos de incentivo à moradia	Construção ou restauração de imóveis; reurbanização de alguma ruas; ordenamento dos espaços públicos Destacam-se, entre as ações previstas, a Restauração do Solar do Barão do Rio Seco e sua adaptação para um uso cultural; e Recomposição da fachada original e instalação de centro de referência da música clássica da casa onde nasceu a cantora lírica Bidu Sayão	Recursos do Programa MinC/IPHAN – Projeto Monumenta, do governo federal que conta com recursos do BID e contrapartidas de estados e municípios	Não implementado
Projetos de reabilitação de cortiços	1997	Diversos / SMH	Área central do Rio de Janeiro	Saúde, Gamboa e Centro	Oferecer condições alternativas de moradia nos bairros de localização central, através de intervenções pontuais que promovam a recuperação de imóveis deteriorados	Destinação de imóveis para uso de habitação coletiva, com lojas; cômodos residenciais com área variando entre 11 e 20m ² ; e banheiros e cozinhas para uso coletivo	Para as experiências-piloto, aquisição dos imóveis pela Prefeitura e realização de contratos de ocupação	Foram executados os projetos das experiências-piloto

Rio Cidade São Cristóvão	1997	Arquiteto Fernando Luz / SMU e IPP	Rua São Luís Gonzaga, e rua Dom Meinrado, entre o Largo da Cancela e o Portão da Quinta da Boa Vista	São Cristóvão	Requalificação dos espaços públicos, prevendo ocupação de espaços ociosos da área de intervenção.	Renovação da infra-estrutura; redefinição de pavimentação das vias; implantação de novos equipamentos do mobiliário urbano; transformação da rua Dom Meinrado em rua de pedestres; reurbanização do Largo da Cancela.	Recursos próprios da Prefeitura	Não Implementado
Terreirão do Samba	1997	Técnicos da Prefeitura/ IPP	Terreno de 3.600m ² , na Praça XI.	Catumbi	Incentivar o desenvolvimento cultural, social e turístico da área	Espaço para espetáculos para 5.000 pessoas; pista de dança ao ar livre para 7.000 pessoas e quiosques de alimentação	Recursos municipais	Implementado
Pier Mauá	1998	Índio da Costa e Ricardo Villar / Consórcio Pier Mauá S/A	Trecho do Cais do Porto que se estende do Pier Mauá até o Armazém 4, incluindo a Praça Mauá	Centro e Saúde	Renovação da área portuária; resgate da relação entre a área central e o mar	Complexo de entretenimento, cultura e lazer, com equipamentos como: centro comercial, centro de convenções, anfiteatro, etc.	Investimentos da iniciativa privada através do Consórcio Pier Mauá S/A, que arrendou a área de propriedade da Cia Docas	Não implementado
Morro da Conceição	1998	Técnicos da Prefeitura / IPP – com participação dos consultores internacionais Philippe Delarosa; Didier Butteux; e Daniel Duché	Morro da Conceição, compreendendo uma área de 21.586m ²	Saúde	Recuperação do sítio histórico do Morro da Conceição, mantendo a população residente e incentivando o turismo	Valorização dos espaços públicos; ocupação de vazios com unidades habitacionais; estímulo à reabilitação das habitações existentes; revisão da legislação	Recursos do municipais; e linhas de crédito da CEF para os proprietários investirem em seus imóveis	Em implantação
Arena Quinta da Boa Vista	1998	Projeto desenvolvido pelo escritório do arquiteto Sérgio Bernardes, sob coordenação do IPP, contando com consultoria dos arquitetos catalães Luís Millet e Gemma Biosca	Área do Campo de São Cristóvão, abrangendo o pavilhão e seu entorno, entre a Quinta da Boa Vista e a Av. Brasil.	São Cristóvão	Reutilização de uma grande área ocupada pelo deteriorado Pavilhão de São Cristóvão, através da construção de uma Arena Multiusos, que serviria como âncora para uma reestruturação do seu entorno, criando uma nova centralidade no bairro de São Cristóvão que contribua para a requalificação da área central como um todo	Arena polivalente, com capacidade para 17.000 espectadores, para espetáculos como esporte, teatro, música, grandes óperas, etc. É prevista ainda a instalação de um centro de lazer, com complexo de cinemas, entre outras atrações; um hotel com 250 e 300 habitações; um centro comercial com lojas e restaurantes; e um grande estacionamento para 1.300 a 1.500 vagas.	Parceria entre os setores público privados, prevendo investimentos diretos da Prefeitura e cessão do solo da arena e de instalações anexas, bem como venda dos direitos do nome da instalação; venda de camarotes permanentes, etc.	Não implementado

4.2 – Análise do conjunto de projetos urbanos identificados

As informações sobre os projetos estão sistematizadas no quadro síntese já apresentado, que além de permitir a apreensão objetiva dos aspectos mais relevantes de cada proposta de intervenção, oferece subsídios para uma análise global desse conjunto de projetos.

A classificação dos projetos estudados neste trabalho segundo as categorias de análise tema, escala e programa, ajuda a compreender que apesar de terem sido concebidos a partir de alguns pressupostos gerais semelhantes, destacando-se a intenção de promover a requalificação da cidade através de ações específicas sobre partes dela e o objetivo maior de valorização da área central, não caracterizam-se com operações da mesma natureza. A identificação desses diferentes padrões de intervenção, a partir do cruzamento das categorias de análise, é útil para se compreender um pouco melhor alguns aspectos, tais como: o que representam esses projetos; qual o grau de articulação que eles de fato apresentam; qual a viabilidade deles; por que apenas alguns foram efetivamente implementados.

Entretanto, para contextualizar a análise aqui proposta faz-se necessário retomar alguns pontos já comentados anteriormente sobre o período estudado. No início dos anos 1990 já estava em curso um processo de requalificação do centro do Rio, instalado com o marco da Lei do Corredor Cultural que delimitou, naquele bairro, áreas de preservação ambiental e paisagística. Nesse período, começavam a se apresentar os primeiros resultados positivos de tal processo, que passava, então, a ser reforçado com ações do poder público municipal. Segundo Freitas, trata-se de “um momento decisivo na direção de uma política mais clara e determinada de recuperação do centro da cidade, extrapolando o território das áreas preservadas” (Freitas: 2002b). O autor explica a reabilitação urbana do espaço central como sendo algo construído ao longo do tempo através da conjugação de diversas iniciativas, destacando a importância da criação, em 1993, da sub-prefeitura do Centro, que passou a coordenar a integração dessas ações, impulsionando o processo já em andamento.

Instalado organicamente como um verdadeiro movimento de reabilitação, pouco a pouco foram surgindo, de forma aparentemente independente, mas absolutamente em harmonia com todo o processo de revalorização e revitalização do centro do Rio, outras iniciativas correlatas, criando **um processo de integração e aderência** ao que, uma década e meia atrás, se iniciara timidamente apenas como um projeto de preservação do patrimônio histórico, como se fizessem parte de um mesmo impulso vital. (Freitas: 2002b).

Magalhães, ao estudar a requalificação urbana do centro do Rio de Janeiro na década de 1990⁴², avaliou, porém, que nessa fase as ações implementadas pela administração municipal integravam um programa que podia, ainda, ser considerado “como parte de uma estratégia implícita” de recuperação da área central, em que os próprios investimentos públicos foram sendo definidos em função de resultados de ações implementadas (Magalhães: 2001, p.154-159). Tais ações, segundo o autor, situam-se em duas vertentes interdependentes. Uma que se dedicou a intervenções físicas, entre as quais destacam-se recuperações de ruas e praças; ampliação de áreas de calçadas; valorização de monumentos; redefinição do mobiliário urbano; e valorização do espaço público. A outra, denominada como intervenções de “controle urbano”, destinando-se à ordenação de ambulantes, ordenação de estacionamentos, retirada de população de rua, etc.

Os projetos urbanos para a área central, entretanto, não se enquadram nessas vertentes de ações. Pelo contrário, representam um outro padrão de intervenção sobre o espaço urbano central que passou a conviver nos anos 1990, sobretudo a partir da segunda metade da década, com a prática de implementação de diversas pequenas ações que, em grande parte, caracterizou o processo de requalificação do centro do Rio de Janeiro. Os projetos urbanos dos anos 1990, ao serem elaborados, parecem inaugurar um período em que as intenções do poder público para a área central não estão mais apenas implícitas em suas ações, mas são anunciadas, ao menos no discurso, como estratégicas para a própria reestruturação da metrópole no século XXI.

Ainda que não se possa dizer que uma postura tenha substituído a outra, ou que represente rupturas significativas na condução do processo de requalificação do centro, alguns dados devem ser observados. Em um levantamento, realizado por Magalhães, que apresenta as intervenções da Prefeitura no espaço público do centro do Rio de Janeiro (Magalhães: 2001, Anexo 2 – Tabela 6) são identificadas 88 ações no período 1993-2000. Tratam-se de intervenções, na maioria dos casos, bastante específicas, bem localizadas e realizadas em curtos espaços de tempo. O que chama atenção no levantamento é que do total de intervenções, todas elas no bairro Centro, 72 se deram no período 1993-1996, durante a administração César Maia, e somente 16 no período 1997-2000, durante a administração Luiz Paulo Conde. Mesmo sendo dados aqui apresentados sem maiores qualificações, e mesmo admitindo-se a hipótese de que nem todas as intervenções tenham sido efetivamente registradas, a diferença da ordem de grandeza dos números é bastante expressiva.

⁴² O estudo de Magalhães consiste em Dissertação de Mestrado apresentada no PROURB/FAU/UFRJ.

Comparando tais informações com os períodos em que foram propostos os projetos selecionados nesta pesquisa, observa-se que os números, de algum modo, ilustram a mudança de postura em relação aos padrões de intervenção na área central. Dos 13 projetos que constam do levantamento desta pesquisa, nove foram elaborados já na administração Luiz Paulo Conde, devendo ser observado que um deles, o Projeto SA'S, apesar de iniciado em 1995, ganhou maior substância a partir de 1998. Soma-se ainda o fato de que dos projetos elaborados ainda na gestão César Maia, apenas o Projeto Rio Cidade Av. Rio Branco foi efetivamente implantado durante sua administração. O Projeto Teleporto foi apenas parcialmente implantado, atravessou o período da gestão de Luiz Paulo Conde sem grandes avanços, ainda que não tenha sido paralisado, e foi retomado recentemente com alguns novos investimentos.

Em entrevista ao Jornal O Dia, publicada no dia de sua posse sob o título “Uma revolução no Centro”, o Prefeito Luiz Paulo Conde declarava que a recuperação do Centro da Cidade seria a “menina dos olhos” de seu governo (Conde: Jornal O Dia – 01 de janeiro de 1997, p. 5). Já nessa ocasião o Prefeito falava de suas idéias para a Cidade Nova, para o trecho da orla entre o Aeroporto Santos Dumont e a Praça XV, e também para a Praça Tiradentes, mencionando que traria o renomado arquiteto Oriol Bohigas para estudar e discutir os projetos do Centro. Na mesma entrevista, Conde anunciou ainda a intenção de criar uma Agência de Desenvolvimento Urbano, que viria a ser a Agência Rio, “para organizar o intercâmbio entre a prefeitura e as empresas privadas”, com a expectativa que pudesse contar com “a participação delas no processo de modificação urbanística do Centro da Cidade”. Já no primeiro momento de seu governo Conde afirmava que dedicaria esforços para elaborar projetos para a área central do Rio de Janeiro, manifestando, inclusive, a intenção de, como prefeito, “supervisionar de perto os projetos”.

Pode-se supor que os próprios resultados do processo de requalificação do Centro, em curso, naquela ocasião, há mais de uma década, tenham criado condições para se imaginar intervenções de maior porte, inclusive sem restringi-las propriamente ao Centro, mas expandindo a compreensão da área central para toda a zona periférica a ele, para a qual foram elaborados vários projetos. Neste sentido, vale destacar que o “Diagnóstico do Rio”, realizado no âmbito do PECRJ, caracteriza o Rio como uma cidade “polinuclear, cuja área central começa a ser redescoberta e valorizada” e aponta como um dos pontos fracos da sua dinâmica urbana “a degradação dos bairros de entorno do centro histórico”.

Essas considerações acerca das relações entre os projetos urbanos identificados neste trabalho e o processo de requalificação do centro nos anos 1990 remetem a algumas constatações iniciais sobre o papel e a natureza desses projetos.

Verifica-se, inicialmente, que muitos desses projetos compreendem grandes áreas de abrangência e não se estruturam a partir da sucessão de pequenas ações localizadas, mas sim a partir de um plano de intervenções previamente estabelecido. Tal característica responde aos objetivos de tais projetos, que não se restringem mais apenas à perspectiva de preservação do ambiente cultural, através de institutos normativos, orientação técnica aos proprietários de imóveis, e pequenas intervenções de melhorias do espaço público. Identifica-se, portanto, a introdução do projeto urbano como um novo instrumento para a requalificação da área central.

Paralelamente, destaca-se a localização dos projetos aqui estudados. Como já comentado, os projetos urbanos para a área central integram um discurso que enfatiza a necessidade de se construir uma nova imagem para a cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, é interessante observar a importância reservada aos bairros periféricos ao Centro. Dos 13 projetos, apenas 5 são no bairro Centro. Desses, verifica-se ainda que um, o Projeto Píer Mauá, desenvolve-se na borda da Baía de Guanabara, na área portuária, situando-se parcialmente no bairro da Saúde. Outro, representa apenas intervenções bem localizadas, integrantes do programa de reabilitação de cortiços, que teriam efeito mais substantivo sobre a área central se fosse amplamente implementado. Os outros oito projetos distribuem-se pelos bairros da zona periférica ao Centro.

Observados esses dois aspectos gerais, o entendimento do significado dos projetos em análise passa pela compreensão de algumas de suas características, entre as quais destacam-se temas, escalas e programas, categorias já trabalhadas teoricamente no Capítulo 1, que definem o conteúdo principal das intervenções propostas. Os quadros a seguir sistematizam os projetos segundo essas categorias.

Temas

Todos os projetos enquadram-se num grande tema geral que é o da área central. Ou seja, através da abordagem de diferentes problemáticas, são apresentados como ações que devem contribuir para o objetivo mais geral. Ainda que alguns projetos não se limitem a uma única problemática, pode-se identificar a questão principal de cada um. Não se pretende aqui reduzir os conteúdos dos projetos, mas sim tentar filtrar algumas questões essenciais para

compreendê-los. Assim, verificam-se alguns temas principais.

1. Valorização dos Espaços públicos. Os dois projetos Rio Cidade (Av. Rio Branco e São Cristóvão) são os que tratam deste tema como a questão central. Visam a valorização de uma determinada área através requalificação do espaço público.
2. Moradia nas áreas centrais. Três projetos, de diferentes modos, enfrentam esta questão: o projeto habitacional da Saúde, o projeto de reabilitação de cortiços e o projeto Enseada da Gamboa.
3. Valorização do ambiente construído, cultural e social. Dois projetos dedicam-se a este tema a partir da definição de limites de atuação que abrangem áreas espacial e socialmente razoavelmente homogêneas: o projeto Praça Tiradentes e projeto Morro da Conceição.
4. Novas centralidades. Este é o tema mais amplo, cujos projetos normalmente trabalham também outros temas subsidiariamente. Caracterizam-se por configurarem grandes empreendimentos, que, ao serem efetivamente instalados, provavelmente provocariam importantes efeitos na dinâmica urbana. Dentre os projetos aqui analisados, figuram nessa classificação os seguintes: projeto Teleporto, projeto SA'S, Pier Mauá, projeto Frente Marítima e Arena Quinta da Boa Vista.
5. Outro. O projeto Terreirão do Samba não aborda propriamente uma problemática abrangente. Trata-se de um projeto, uma área de pequenas dimensões, para instalação de equipamentos para shows e atividades ligadas ao samba e ao carnaval.

Escalas

O entendimento da noção de escala aqui utilizada refere-se à combinação aspectos tais como: abrangência espacial da intervenção; diversidade de elementos e atores sociais da área de abrangência; efeitos prováveis da implantação do projeto. Trata-se, portanto de uma categoria de análise complexa, pois ela mesma combina uma série de variáveis. O critério que pareceu mais abrangente, que de algum modo perpassa as diferentes variáveis, para classificação dos projetos estudados foi o de identificação dos elementos tidos como objeto de intervenção: eixos viários; terrenos; edificações; quadras.

1. Eixos viários. São os dois projetos Rio Cidade (Av. Rio Branco e São Cristóvão) os que têm como objeto de intervenções apenas as ruas, entendidas aqui como logradouros públicos, podendo também incluir praças. Basicamente, a complexidade deles é definida pela tarefa de ordenamento e melhoria dos elementos que compõem o espaço público.
2. Terrenos. Quatro projetos têm como objeto de intervenção um único terreno: projeto

habitacional da Saúde, Enseada da Gamboa, Terreirão do Samba e Píer Mauá. Deve-se entretanto, observar que o projeto Enseada da Gamboa destina-se à ocupação de um imenso terreno e não pertencente à Prefeitura, características que tornam a operação de viabilização do empreendimento mais complexa. O projeto Píer Mauá integra este grupo apesar do objeto de intervenção não constituir exatamente um terreno. Justifica-se sua inclusão porque sua área de abrangência, parte do cais do porto, foi toda arrendada por um único agente e apresenta continuidade espacial.

3. Edificações. Somente o projeto de reabilitação de cortiços trabalha com edificações isoladas que não estejam dentro de uma área de abrangência delimitada. Trata-se, na verdade, de um programa cujas intervenções são específicas para cada edificação e são articuladas por uma idéia geral de utilizá-los para moradias de baixa renda.
4. Quadras. Seis projetos têm como objeto de intervenção um grande conjunto de quadras. São eles: o projeto Teleporto, o projeto SA'S, o projeto Frente Marítima, projeto para a Praça Tiradentes, o projeto Arena Quinta da Boa Vista e o projeto Morro da Conceição. Este último diferencia-se dos demais porque a área de intervenção é definida pelo conjunto bem delimitado e homogêneo que caracteriza o ambiente construído do Morro da Conceição. Neste sentido, os outros projetos são mais abrangentes, pois as áreas de intervenção são mais heterogêneas espacial e socialmente.

Programas

Para a classificação segundo esta categoria, os projetos foram agrupados de acordo com os usos predominantes previstos ou incentivados inicialmente em cada área de intervenção, sabendo-se que nos projetos urbanos os programas podem ser construídos durante sua própria implementação. Ainda que também o programa possa ser analisado a partir de diferentes aspectos, como por exemplo a previsão de grupos sociais a que se destina a intervenção ou ainda a maior ou menor flexibilidade da proposta, adotou-se, também neste caso, o critério que pareceu mais abrangente para agrupar os projetos.

1. Ordenamento do espaço público. Compõem este grupo os dois projetos Rio Cidade (Av. Rio branco e São Cristóvão). São projetos que têm o objetivo de realizar melhorias do espaço público, através de modernização de infra-estrutura, redesenho de calçadas, substituição do mobiliário urbano, etc.
2. Predominantemente residencial. Os projetos habitacional da Saúde, Enseada da Gamboa, projetos de reabilitação de cortiços e Morro da Conceição são os que, de diferentes maneiras, têm o objetivo específico de incentivar e valorizar o uso residencial na área

central, seja através da construção de novas unidades habitacionais ou da recuperação de imóveis desocupados e subutilizados para este fim.

3. Predominantemente cultural e entretenimento. Terreirão do Samba, projeto Praça Tiradentes, e projeto Frente Marítima. Ainda que sejam usos similares, os projetos visam atender públicos distintos. O primeiro ocupa um terreno subutilizado para realização de atividades populares; o segundo pretende instalar uma série de pequenos centros culturais ou atividades afins, e o terceiro pretende transformar a orla do Centro num grande área de lazer com equipamentos de lazer e entretenimento.
4. Múltiplos usos. Projeto Teleporto, projeto SA'S, Píer Mauá, Arena Quinta da Boa Vista. São projetos que prevêm uma diversidade de usos a serem implantados. Em todos eles observa-se a expectativa de criação de espaços de alto padrão que possam atrair grandes investidores da iniciativa privada. Ressalta-se que o projeto SA'S, um pouco mais amplo, busca trabalhar com diversidade sócio-espacial de sua área de abrangência, através de sub-áreas de atuação.

Os projetos do Rio Cidade, evidentemente, constituem um grupo específico dentre os projetos analisados. O objeto da intervenção é o espaço público, definido por um eixo viário, e o objetivo é a sua melhoria. O Rio Cidade consiste num programa que compreende um conjunto de projetos para diversas áreas da cidade, não restringindo-se aos dois exemplares para a área central.

Seu caráter inovador deve-se, sobretudo, à utilização de técnicas de desenho urbano para definir a nova composição das áreas beneficiadas e a realização, durante a gestão César Maia, de diversas obras simultaneamente, incluindo bairros da zona sul, zona norte e também zona oeste. Na verdade, foi esse grande conjunto de intervenções, atingindo os principais eixos comerciais da cidade, e o enorme "marketing" em torno dele, que deu grande visibilidade ao programa, transformando-o no grande carro-chefe da política urbana municipal no período 1993-1996. Do ponto de vista de cada intervenção especificamente não há a introdução de elementos que transformem substancialmente a estrutura urbana.

Dos dois projetos aqui enfocados, apenas o da Av. Rio Branco, incluído na primeira fase do programa, foi implementado. O outro, de São Cristóvão não foi executado, assim como vários outros da segunda fase, realizada já no governo Conde. Coincidentemente ou não, a segunda fase do projeto Rio Cidade beneficiaria eixos comerciais menos expressivos e poucos situados na zona sul da cidade. Cabe salientar que os projetos do programa Rio Cidade, o da Av. Rio Branco inclusive, foram executados com recursos próprios da Prefeitura, sem nenhum tipo de parceria com agentes privados.

Os três projetos que trabalham a temática da moradia nas áreas centrais representam ações importantes que sinalizam para possibilidades, ou intenções, de se incentivar o uso residencial na área central, reivindicação antiga de diversos setores da sociedade, particularmente dos arquitetos, com muito poucos resultados efetivos nas últimas décadas. São, entretanto, totalmente diferentes do ponto de vista da concepção e dos mecanismos de viabilização.

Os projetos de reabilitação de cortiços configuram um programa que busca oferecer condições mínimas de habitabilidade para moradias coletivas da área central, recuperando cortiços existentes ou criando novos em prédios desocupados. Neste sentido, o programa de reabilitação de cortiços contribui também para a reabilitação do conjunto arquitetônico da área central, uma vez que recupera, mesmo fora das áreas de preservação, imóveis para serem utilizados como residência. Observa-se, entretanto, que apenas três projetos foram executados, todos fazendo parte da experiência piloto que contava com recursos próprios da Prefeitura.

Os projetos habitacional da Saúde e o da Enseada da Gamboa têm como ponto em comum relevante o fato de proporem o aproveitamento de terrenos vazios na área central. O primeiro, prevendo a construção de 150 unidades habitacionais num terreno ocioso que pertencia à Casa da Amizade Rotária, e o outro prevendo a construção de 2.500 unidades num imenso terreno pertencente à Rede Ferroviária, que perdeu sua função ao longo do processo de esvaziamento do porto.

Apesar de abordarem um mesmo tema, são projetos de naturezas absolutamente distintas. O projeto habitacional da Saúde segue um formato mais ou menos tradicional, através do qual a partir da definição de um terreno, é estabelecido um programa, e concebido um projeto que é executado numa única empreitada. Trata-se de um projeto que foi implementado e para tanto contou com recursos da Caixa Econômica Federal, o que também representa uma forma tradicional de viabilização de um projeto habitacional.

O projeto da Enseada da Gamboa, por seu turno, apenas define parâmetros urbanísticos, forma de implantação e tipologia de uso para o terreno. Apesar da ênfase no uso residencial, prevê também estabelecimentos comerciais e pretende desempenhar um importante papel na revitalização da área portuária através da recomposição do tecido urbano de onde está inserido. O projeto, basicamente, define as regras para ocupação de uma determinada área que deverá acontecer, provavelmente, por uma sucessão de empreendimentos. Para sua efetiva implantação, que não aconteceu, seria necessário a realização de acordos para

transferência do terreno para a Prefeitura e posteriormente o engajamento do empresariado da construção civil no processo de produção e oferta das unidades.

Os dois projetos classificados como de valorização do ambiente construído cultural e social destinam-se à reabilitação de dois importantes sítios históricos. São projetos que, na essência, não diferem muito do padrão de preservação e requalificação da área central do Rio de Janeiro através do Corredor Cultural. O projeto do Morro da Conceição inclui este importante conjunto no “mapa” de áreas a serem preservadas no centro e arredores. A área do projeto da Praça Tiradentes já integrava o Corredor Cultural, porém a sua inclusão no programa Monumenta/BID do Ministério da Cultura abre possibilidade de atração de recursos para investimentos tanto nos espaços públicos como em diversas construções de valor arquitetônico significativo.

Resguardadas as especificidades de cada área de atuação, os dois projetos são estruturados a partir de lógicas semelhantes que trabalham possibilidades tais como: restaurar imóveis tombados e preservados; ocupar terrenos vazios; dar novos usos a edificações subutilizadas; requalificar os espaços públicos, etc. A diferença principal é determinada pelas próprias características das áreas de abrangência. No Morro da Conceição, de caráter essencialmente residencial, as propostas enfatizam muito mais o incentivo à moradia. Na área da Praça Tiradentes, situada na Área Central de Negócios, as novas atividades propostas para o imóveis geralmente são relativas ao uso cultural.

Cinco projetos entre os estudados, Teleporto, projeto SA’S, Píer Mauá, Frente Marítima e Arena da Quinta da Boa Vista, objetivam criar novas centralidades, independentemente de usos previstos, localização ou delimitações espaciais. São projetos abrangentes, que trabalham simultaneamente diferentes problemáticas e que dependem, para serem viabilizados, na maioria dos casos, de formas de gerenciamento complexas. São anunciados como estratégicos não só para as áreas nas quais estão inseridos, mas também para a cidade como um todo. Por essas características, são esses os que parecem expressar de modo mais contundente a versão carioca dos projetos urbanos, que enfatiza, sobretudo, a construção de uma nova imagem para a cidade; a necessidade de ofertar espaços de alto padrão para atração de grandes empresas e investimentos; as parcerias público-privadas; etc. Esses grandes projetos, pode-se dizer, são formulados dentro da lógica e dos valores que fundamentaram o discurso sobre a cidade ofertado pela prefeitura municipal ao longo dos anos 1990 e traduzido no PECRJ.

A história da cidade do Rio de Janeiro, particularmente da sua área central, como já se viu, é marcada, no século XX, por sucessivos processos de transformação decorrentes de

intervenções sobre o espaço urbano. Na maioria dos casos tratando-se de projetos que pretendiam “modernizar” a cidade e retirar da área central usos indesejados para o centro de uma metrópole.

Os projetos urbanos dos anos 1990 não significam a reedição da mesma história com uma nova roupagem, principalmente porque não foram concebidos a partir de propostas de renovação nem meramente setoriais. Ao serem implantados não provocariam a devastação de áreas inteiras como aconteceu em diversos períodos⁴³, e propõem, pelo menos em projeto, abarcar diversos aspectos simultaneamente, tais com infra-estrutura, espaços públicos, massas construídas, constituindo-se como planos de conjunto. Apresentam, assim, algumas novas preocupações no que diz respeito à composição urbana que muito tem a ver com o amplo debate sobre a noção de forma urbana e com a grande valorização das técnicas de desenho urbano que permeiam os projetos urbanos contemporâneos. Até mesmo por isso, não se pode dizer que sejam conflitantes com o processo de requalificação do centro do Rio que já estava em curso quando foram propostos, norteado pelo viés da preservação do ambiente cultural.

É curioso observar que nenhum desses projetos tenha sido efetivamente implantado, mesmo sendo projetos especiais, de grande visibilidade, afinados com as diretrizes do planejamento estratégico, que dotariam o Rio de Janeiro de equipamentos urbanos que o credenciaria a ser competitivo no mercado de cidades, que previam a incorporação a iniciativa privada na produção de projetos de interesse público e coletivo. Fica, assim, estabelecida uma contradição entre o discurso que prega a “formulação realista das propostas”⁴⁴ e a não exequibilidade dos projetos. Por um lado, como já argumentado anteriormente, os projetos são parte do próprio discurso, por outro lado, eles mesmos encerram contradições.

A comparação entre as unidades constituintes dos projetos é ilustrativa dessas contradições. Verifica-se, por exemplo, que tanto o projeto Teleporto, como os projetos Píer Mauá e Arena Quinta da Boa Vista, prevêm a construção de centros comerciais e centros de convenções. De fato, não parece haver mercado suficiente para absorver tantas iniciativas similares. Excetuando o projeto Frente Marítima, que trabalha fundamentalmente a reestruturação dos espaços públicos de sua área de abrangência, os demais prevêm grandes investimentos de

⁴³ Aqui se deve fazer uma ressalva. O projeto Teleporto, na verdade, difere dos demais neste sentido. Para sua implantação, que aconteceu apenas parcialmente, foram derrubadas diversas quadras no bairro da Cidade Nova. Tal procedimento gerou grandes polêmicas na ocasião, principalmente por atingir a “Vila Mimososa”, famosa área de meretrício do Rio de Janeiro. De acordo com as críticas, mais uma vez estaria se fazendo a “limpeza” de uma parte da cidade através do “bota-abixo”.

⁴⁴ Citação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

agentes privados para serem implantados. Provavelmente, se de fato fossem áreas de interesse para o capital imobiliário, haveria competição entre os próprios projetos, já que não é apresentada claramente nenhum tipo de hierarquia entre eles.

Refletir sobre esta questão é importante, porque, de algum modo, indica que a aparente articulação entre os diversos projetos propostos para a área central do Rio de Janeiro no período 1993-2000, sugerida pelo “Mapa Cidade do Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro”, não é tão evidente assim. Apesar de ser intitulado como “uma visão de futuro”, tal documento representa muito mais um conjunto vago de idéias e intenções. Até porque não há indicadores que revelem claramente que exista um retorno consistente do capital imobiliário para o centro do Rio, ainda que se possa identificar um ou outro lançamento de um novo empreendimento, ou “retrofit” de alguns antigos prédios⁴⁵. O que se viu durante a década de 1990, pelo contrário, foi a efetiva consolidação da Barra da Tijuca, inclusive como pólo de entretenimento.

Desde meados dos anos 1980 até o final da década de 1990, observa-se uma substancial queda da produção imobiliária formal na cidade do Rio de Janeiro, medida pela área total licenciada para construção a cada ano. Enquanto nos primeiros anos da década de 1980 esse número passava de 5 milhões m²/ano, a partir da segunda metade daquela década e durante os anos 1990, o total de área licenciada oscilou, em média, entre 2 e 3 milhões m²/ano.⁴⁶ Além de uma expressiva diminuição da produção formal de imóveis, ao longo dos anos 1990 o mercado imobiliário concentrou-se sobretudo nas áreas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Em artigo publicado no Jornal O Globo em 2001, o prefeito César Maia analisa dados referentes à década de 1990 e constata que essa região que engloba Barra da Tijuca e Jacarepaguá, fortemente influenciada pela primeira, concentra “30% das transações de imóveis novos e usados, tem quase 25% das licenças para construir concedidas na década e mais de 40% dos habite-se dados no final dela”. Conclui ainda que:

“O Centro continua passivo: apenas 2% dos habite-se e quase 5% das licenças com uma taxa de desistência mais alta que a média de outras regiões. No negócio dos imóveis novos e usados, o Centro tem pouco mais que 7% das transações. O que se espera é que estes números sejam invertidos. Por enquanto, a revitalização do Centro ainda não chegou.” (Maia: O Globo – 5 de março de 2001, p.7).

⁴⁵ Caso do edifício “Amarelinho”, na Cinelândia.

⁴⁶ Dados extraídos do Armazém de Dados do IPP, tendo como fonte original a Secretaria Municipal de Urbanismo. Observe-se ainda que o licenciamento é uma etapa inicial de um empreendimento, sendo muito comum que projetos licenciados não sejam efetivamente executados.

Ou seja, não só produção imobiliária formal teve grande queda nos anos 1980 e 1990 (o prefeito César Maia identifica ainda que atualmente apenas 25% das transações imobiliárias referem-se a imóveis novos) como também o mercado apresentou uma expressiva concentração. Pode-se até imaginar que os grandes projetos propostos para a área central visassem reverter essa tendência e atrair novamente o mercado, tendo a própria prefeitura como parceira. Porém, mesmo que se reconheça o empenho em oferecer alternativas de investimentos ofertadas por tais projetos, não se verificou, efetivamente, a consolidação de alguma tendência dos produtores imobiliários trocarem o retorno aparentemente mais seguro de intervir da Barra da Tijuca pelos riscos de se aplicar recursos em empreendimentos na área central do Rio de Janeiro, como os necessários para a viabilização dos grandes projetos urbanos dos anos 1990.

A questão da participação da iniciativa privada é cercada ainda de outros aspectos da estruturação dos projetos que também ajudam a compreender seus entraves. Eles pressupõem operações complexas que esbarram não apenas nos ainda incipientes mecanismos para viabilização de parcerias público-privadas, mas também em aspectos jurídico-institucionais e na própria tradição de planejamento. Neste sentido, Jorgensen Jr. explica que os projetos urbanos por um lado colocam-se “em oposição à atividade de controle urbano”, mas por outro também são diferentes da obra pública. O autor descreve este tipo particular de intervenção urbana, destacando que:

além de institutos normativos especiais, o setor público necessita lançar mão de dispositivos gerenciais adequados (empresa pública, empresa de economia mista, escritório técnico, agência ou comitê executivo etc.), diferenciados da administração urbanística corrente. Essas operações-projeto diferem radicalmente da *obra pública* tradicional em termos da complexidade social da intervenção, do tempo de maturação do plano/projeto, do grau de incerteza quanto aos resultados, dos prazos e métodos de execução, da metodologia de avaliação de resultados etc. (Jorgensen Jr., 2000).

Talvez por isso os resultados obtidos pelos vários projetos, quase sempre, decorreram dos investimentos do poder público ou refiram-se aos projetos mais convencionais no modo de gestão. Os únicos três, dentre os aqui estudados, que foram integralmente implementados correspondem aos projetos realizados exclusivamente com os recursos da Prefeitura e/ou valendo-se de financiamentos de órgão público, sem o envolvimento da iniciativa privada. Esses três projetos são o Rio Cidade Av. Rio Branco, Terreirão do Samba e Projeto Habitacional da Saúde, podendo se somar ainda a experiência piloto dos Projetos de

Reabilitação de Cortiços, que, na verdade, foi a única etapa realizada. A intenção de se obter recursos do setor privado para viabilização de projetos para outros cortiços não aconteceu.

Apesar de serem projetos de naturezas distintas, a análise dos mesmos mostra que todos possuem programas bastante específicos, áreas de abrangência pequenas e bem delimitadas, observam os padrões urbanísticos vigentes, e puderam ser executados em empreitada única. Neste sentido, para serem implantados não foram necessários procedimentos complexos tais como: revisão de legislação urbanística; redefinição da estrutura fundiária; negociação com diferentes agentes sociais com interesses conflitantes; faseamento em longo prazo; etc. Deve-se observar que tais características, em si, não qualificam ou desqualificam os projetos. Entretanto parecem ser determinantes, ou ao menos bastante relevantes, para que os projetos propostos fossem adiante com mais agilidade, pois puderam ser absorvidos pela própria estrutura tradicional da administração urbanística no município.

Durante todo o período analisado, mas principalmente ao longo da administração Conde alimentou-se sempre a idéia de que a área central do Rio de Janeiro seria transformada com a implantação de grandes projetos. Tal fenômeno não ocorreu, mas ainda assim os diversos projetos cumpriram ao menos um papel de deixar a área central sempre em evidência e em discussão. Para Portas, a diversidade de projetos, incluídos aí não apenas os destinados especificamente à área central, é um dos legados positivos da administração Luiz Paulo Conde, sugerindo que tais projetos representam uma “mudança dos modos de operar nos territórios urbanizados, que se está generalizando por todo o mundo”, caracterizada, sobretudo, pela “mudança de atitude no seu gerenciamento urbanístico” através da adoção do “gerenciamento negocial”. Resultam da postura “pró-ativa” adotada pelo poder público, que identifica a área de intervenção, cria as condições para implementação do projeto, articula parceiros, etc. (Portas: 2000). Neste sentido, talvez os projetos urbanos para a área central possam ser considerados meramente como um vasto leque de possibilidades, contrastando com a idéia de Tsiomis de que “o projeto urbano ou se realiza, ou não é um projeto, é um desenho” (Tsiomis: 1996, p.26).

Finalizando, é necessário contrapor os projetos para a área central com a realidade da cidade do Rio de Janeiro, que é a de uma cidade socialmente fragmentada, ainda com graves problemas de infra-estrutura básica, saneamento e moradia. Na década de 1990, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, o crescimento de população residente em favela representou mais de 55% do incremento populacional do município do Rio de Janeiro. Esse dado, por si só, expressa a gravidade do problema da desigualdade social que se traduz pelas formas precárias de ocupação urbana, entre as quais as favelas poderiam ser

consideradas como situações limite já que, via de regra, constituem-se a partir de padrões urbanísticos e de habitabilidade muito aquém dos previstos pela ordem legal como mínimos.

Existe, de fato, um quadro de exclusão social que contrasta com políticas que visam instalar, na área central ou em qualquer outro bairro, empreendimentos que possam inserir a cidade de modo competitivo no cenário internacional, respondendo justamente à lógica excludente do capitalismo atual. Tais projetos, pelos programas que apresentam, prevendo a criação de espaços altamente qualificados, dotados de tecnologias de ponta que possam atender às necessidades de grandes empresas ou eventos de grandes porte, ou capazes de atrair novos turistas, tendem a criar áreas para apropriação de apenas determinados grupos sociais, podendo contribuir para novas formas de segregação espacial. Neste sentido, não há como deixar de anotar que alguns dos projetos propostos para a área central do Rio de Janeiro nos anos 1990 parecem pretender, novamente, assim como os diversos processos de renovação urbana ocorridos ao longo do século XX, retirar daquele espaço “as presenças indesejáveis”.

CONCLUSÃO

Durante a década de 1990, particularmente a partir de 1993, as intervenções sobre o espaço urbano promovidas pela administração municipal do Rio de Janeiro, de modo geral, tiveram grande visibilidade. Mais do que apenas um conjunto de obras, muitas das intervenções propostas são produtos de um modelo de planejamento que confere, novamente, papel preponderante ao projeto, agora denominado projeto urbano, e integram estratégias de marketing da cidade nos cenários nacional e internacional. No discurso oficial, é o momento em que o “urbanismo volta às ruas”.

Nesse período, buscou-se instituir no Rio de Janeiro uma prática de projetos urbanos, salientando-se intenções de requalificação do espaço público, de reabilitação de conjuntos arquitetônicos e de criação de novas centralidades. Tal postura tem como referência as experiências de cidades européias, especialmente Barcelona, e norte-americanas, que vêm adotando novos métodos de planejamento, sobretudo o estratégico, que enfatizam o papel do projeto urbano.

Dentre os projetos de maior repercussão do período, destacam-se os que integram os programas Rio Cidade e Favela Bairro, este segundo abordando uma problemática particularmente significativa na cidade do Rio de Janeiro, criados pela prefeitura depois de 1993, quando iniciou a administração do prefeito César Maia que contou com importante participação do arquiteto Luiz Paulo Conde à frente da Secretaria Municipal de Urbanismo. Paralelamente a esses dois programas, porém, os diversos projetos elaborados para a área central da cidade também ocupam lugar de destaque dentro do conjunto de iniciativas urbanísticas do poder público municipal do período. Tanto pela quantidade de projetos como pelos tipos de intervenção propostos.

Por suas características e pela diversidade que apresentam, os projetos para a área central, objeto de análise deste trabalho, são os que melhor se prestam para o debate sobre os limites e possibilidades do projeto urbano no Rio de Janeiro. Enquanto os programas Rio Cidade e Favela Bairro mostram-se relevantes por atuarem em diversas áreas segundo padrões semelhantes de intervenção, de acordo com a problemática específica que cada um aborda, os projetos para a área central reúnem diferentes tipos de intervenção localizados em torno do núcleo principal da cidade. Assim, cada projeto assume seu próprio papel dentro de uma lógica de se pensar a valorização da cidade a partir de ações sobre partes dela. Além disso, são nesses projetos que se buscam as parcerias com a iniciativa privada, colocando em debate as

possibilidades de viabilização das mesmas, os instrumentos disponíveis e a própria gestão urbana.

Ao se analisar o conteúdo principal dos diversos projetos propostos para a área central do Rio de Janeiro, verifica-se que a compreensão de tais propostas de intervenção perpassam três aspectos fundamentais: a noção de projeto urbano; o discurso da prefeitura sobre a cidade e sobre o planejamento urbano, e o papel da área central como referência para toda a metrópole. Ou seja, é definida pela apropriação de um determinado referencial teórico por parte de um discurso e de uma prática política que se desdobram espacialmente na área central da cidade através de um conjunto de projetos.

O estudo das origens e conceitos do projeto urbano mostra que, apesar desse termo apresentar certa ambigüidade e poder parecer aplicar-se a quaisquer tipos de intervenção espacial, sua prática está relacionada com uma revisão de paradigmas do urbanismo que vem buscando estabelecer novos modos de atuação sobre problemáticas próprias da cidade contemporânea. Diante da falência do modelo de planificação totalizante proposto pela matriz modernista-funcionalista, a noção de projeto urbano emerge como alternativa para o urbanismo do final do século XX, advogando a atuação sobre a forma urbana através de intervenções específicas sobre partes da cidade que, articuladas, promoveriam a requalificação de grandes áreas. O projeto urbano configura-se ainda como padrão de intervenção urbana que busca oferecer respostas a novas exigências espaciais das cidades, tendo em vista mudanças significativas nos modos de produção, e ao mesmo tempo atuar sobre a urbanização existente, enfrentando problemáticas como as de áreas degradadas, obsoletas ou vazias, resultantes de processos como os de dispersão urbana, de desativação de áreas produtivas, etc. Neste sentido, não se estrutura, a priori, com a perspectiva da construção do novo a partir da negação do antigo, mas sim buscando, pelo menos originalmente, observar as condicionantes específicas de cada área de atuação.

Paralelamente, observa-se também que o complexo contexto de transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas, caracterizado pelo processo de globalização, vêm redefinindo o papel do Estado-nação e conferindo novo protagonismo às grandes metrópoles que disputam, entre si, a atração de capitais. Neste quadro de competição, a qualificação dos espaços urbanos caracteriza-se como importante elemento de promoção das cidades, conferindo aos projetos urbanos caráter estratégico nas políticas de desenvolvimento local que almejam inserções no mercado de cidades.

No Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1990, ao mesmo tempo em que começam a ser absorvidos conceitos do projeto urbano, estrutura-se um discurso sobre a cidade que preconiza e justifica uma política urbanística de projetos. Propugna-se a ordem urbana através do ordenamento e controle do espaço público; a necessidade da cidade ser competitiva no cenário internacional; a busca, pelos governos locais, de parcerias com a iniciativa privada na elaboração e implementação de projetos urbanísticos; uma postura pró-ativa da administração municipal na política urbana.

Este discurso é organizado em torno da elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, que indica ações e projetos dentro de estratégias urbanas propostas para dotar a cidade de fatores de competitividade que promoveriam seu progresso econômico e social, e ganha visibilidade principalmente com o anúncio dos vários projetos urbanos. Os projetos para a área central assumem particular importância, independentemente de virem a se concretizar efetivamente.

A aparente articulação entre as diversas propostas de intervenção urbana na área central do Rio de Janeiro a colocou novamente diante de um cenário de possibilidades de transformações profundas, como parte de uma estratégia de construção de uma nova imagem da cidade. Ao longo do século XX, as intervenções sobre o espaço urbano do centro geralmente estiveram associadas a processos de renovação responsáveis por demolições de quadras inteiras, justificados seja pelo discurso higienista, seja pela necessidade de redefinição do sistema viário, e até mesmo por razões estéticas. Os projetos urbanos da década de 1990, diferentemente, adotam uma outra postura em relação ao ambiente construído, buscando formas de ocupação e aproveitamento de espaços vazios, ociosos ou subutilizados, tanto de construções como de terrenos. Em relação aos espaços edificados, geralmente, prevalecem as idéias de preservação dos conjuntos arquitetônicos.

Entretanto, a identificação e comparação dos vários projetos a partir das categorias analíticas adotadas neste trabalho revelam padrões distintos de intervenção. Ainda que os projetos se proponham, numa perspectiva mais abrangente, contribuir para a melhoria e fortalecimento da área central, dedicam-se a diferentes problemáticas. Assim, são temas projetuais relevantes o problema dos espaços públicos; a questão da moradia; a valorização do ambiente construído, cultural e social; e a criação de novas centralidades.

A análise articulada de temas, escalas e programas dos projetos definem a complexidade dos mesmos e, mais do que isso, o caráter das intervenções, destacando-se duas vertentes principais. Por um lado a que mantém a perspectiva preservacionista, que orientou o processo

de requalificação do centro a partir dos anos 1980, através de projetos como o da Praça Tiradentes e o Morro da Conceição, por outro a que lança idéias de grandiosos projetos, como Teleporto, Pier Mauá e Arena Quinta da Boa Vista, prevendo a produção espaços e equipamentos de alto padrão. Permeando as duas direções, investimentos para reordenamento e embelezamento dos espaços públicos.

Os grandes projetos, entre os quais podem ser também incluídos o projeto SA's e o projeto da Frente Marítima, sinalizam que, na concepção vigente dos anos 1990, a tão saudada revitalização da área central dependeria não só da recuperação dos sítios históricos, ações mais contextualistas, mas também da criação de alguns pólos de comércios, serviços e entretenimento, eventualmente até integrando espaços de moradia, que tornasse visível a pujança do centro do Rio. O discurso de Borja dá significado e justifica essa postura. Para o autor, o centro, que atualmente deve ser pensado “como a soma de três cidades: a cidade histórica mais a sua expansão e as novas centralidades”, precisa ser requalificado num quadro de ações que objetivam lançar uma metrópole à condição de cidade global, que não podem estar restritas a “uma simples política preservacionista”. Neste sentido Borja esboça alguns mandamentos para as áreas centrais das metrópoles, entre os quais destacam-se: a implementação de uma política para ruas e espaços públicos; a realização de operações emblemáticas em áreas em desuso; a oferta de moradias; a atração de investidores privados; a promoção de eventos e campanhas que projetem a cidade internacionalmente; etc. (Borja: 1995, p.8-9).

Observa-se, porém, que apesar de no período analisado nesta pesquisa a política urbana adotada no Rio de Janeiro ter procurado atender essas diretrizes, afinadas com toda a retórica do planejamento estratégico e do novo papel das cidades na economia globalizada, os resultados obtidos são ainda limitados. Os projetos urbanos para a área central são clara expressão disto, pois a análise dos mesmos revela que pouquíssimos foram implementados na sua totalidade. Os grandes projetos urbanos, particularmente, ou não saíram do papel ou tiveram realizadas praticamente apenas ações viabilizadas pela própria prefeitura, apesar de pressuporem parcerias público-privadas, anunciadas como “fórmulas” eficientes para viabilizar a gestão urbana contemporânea. Mesmo tratando-se de projetos que pretendiam criar espaços altamente qualificados, próprios das “cidades competitivas”, e que provavelmente seriam seletivamente apropriados pelas forças do mercado.

A dinâmica urbana recente da cidade do Rio de Janeiro é um dos fatores que, aparentemente, explica as impossibilidades de implementação de tais projetos, já que o mercado imobiliário, que deveria ser atraído para viabilizar os projetos propostos, vem tendo uma atuação

concentrada na Barra da Tijuca e arredores. Destaca-se inclusive que, contraditoriamente, a própria administração municipal incentivou, de certo modo, a produção imobiliária naquela área da cidade, através, por exemplo, de instrumentos urbanísticos como a operação interligada, que permite a flexibilização de determinados parâmetros urbanísticos definidos pela legislação, em troca de contrapartidas financeiras, o que permitiu a viabilização de diversos empreendimentos na Barra da Tijuca nos anos 1990.

Ainda que os discursos sejam interessantes e as experiências externas sedutoras, a agenda colocada por Borja, que expressa, mais ou menos, uma agenda adotada por diversas cidades européias e norte-americanas, dificilmente poderá ser transposta diretamente para as cidades brasileiras, que apresentam, via de regra, problemas anteriores como infra-estrutura e moradia. Não se contesta, entretanto, a pertinência da preocupação em relação às áreas centrais, que efetivamente precisam ter políticas específicas que as mantenham como o “core” das cidades. Neste sentido parece ter sido um salto grande demais passar de uma prática caracterizada por uma diversidade de intervenções e ações localizadas, buscando ocupar o patrimônio construído do centro para preservá-lo, através de articulação como proprietários e usuários das áreas de atuação, para a proposição de grandes projetos urbanos que seriam, eles mesmos, responsáveis pela introdução de novas dinâmicas na área central e na cidade como um todo.

É possível, paralelamente, se levantar uma outra discussão acerca do tema. A de que vários dos projetos urbanos para a área central do Rio de Janeiro dos anos 1990, esses de grande porte principalmente, apresentados como planos de ocupação de grandes áreas, não foram elaborados para serem necessariamente implantados. Neste sentido, alguns dos projetos poderiam ser apenas hipóteses espaciais para uma estratégia, vaga, de criação de novos espaços de centralidade, visando a ascensão do Rio de Janeiro ao patamar de cidade global, produzidos para seduzir eventuais parceiros da iniciativa privada. O simples anúncio dos mesmos, porém, cumpriria um importante papel dentro da lógica das estratégias de marketing urbano, que muitas vezes parecem ser a própria finalidade dos projetos. Ainda que não se concretizem, as ações propostas, de algum modo, incentivam os debates sobre o futuro da cidade, tornando-a aparentemente dinâmica, o que é ainda mais expressivo quando se trata da área central.

Seja como for, experiência dos projetos urbanos dos anos 1990 no Rio de Janeiro, particularmente os da área central, mostra que ainda é necessário se avançar na definição de critérios e procedimentos mais ligados à realidade da própria cidade, como inclusive preconizam diversos autores que dedicam-se ao estudo teórico dos projetos urbanos, do que

na reprodução de alguns padrões que possam ter sido aparentemente bem sucedidos num ou noutro lugar.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro (org.) – Experiências Internacionais de Operações Urbanísticas – Métodos de Avaliação Econômica e Gestão de Projetos (Anais de Seminário Técnico). Rio de Janeiro: IPPUR, 2000.

ARANTES, Otilia – Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARANTES, Otilia – “Uma estratégia fatal – A cultura nas novas gestões urbanas” . In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E., A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 11-74.

ASCHER, François – Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. In: Cadernos IPPUR/UFRJ – Ano VIII, nº 1. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994. pp.83-96.

BENEVOLO, Leonardo – História da Arquitetura Moderna. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

BOHIGAS, Oriol – Por uma outra urbanidade (traduzido por Pedro Jorgensen Junior – extraído do documento “Encontro Técnico SMU – por uma outra urbanidade” realizado em 12 de maio de 1997). Texto da publicação “Planos e Projetos para Barcelona”. Barcelona, 1983.

BORJA, Jordi (Entrevista) – Século XXI: O desafio da Cidade Mundial. In: Viva Centro em Revista, nº 11. São Paulo, junho/1995. pp. 06-09.

BORJA, Jordi – “As Cidades e o Planejamento Estratégico: uma Reflexão Européia e Latino-Americana”. In: Fischer, T. (org.) Gestão Contemporânea – Cidades estratégicas e organizações locais (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1997. pp. 79-99.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel – Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos. In: Cadernos do IPPUR Ano XI nº1e2. Rio de Janeiro: IPPUR, 1997. pp.207-231.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel – Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. In: Espaço & Debates (Revista de Estudos Regionais e Urbanos), nº 39. Rio de Janeiro, 1996. pp.36-47.

BRANDÃO, Zeca – O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. In: www.vitruvius.com.br (Texto Especial 134). Rio de Janeiro: Vitruvius, 2002.

BUSQUETS, Joan – Evolución del planeamiento hacia la escala intermedia. Curso Planejamento e Projetos Urbanos. São Paulo. Mimeo. 17p.

BUSQUETS, Joan – La intervención urbanística em las grandes ciudades.

BUSQUETS, Joan – Nuevos fenómenos urbanos y nuevo tipo de proyecto. In: UIA; Barcelona, 1996. pp.280-287.

- CAMPOS, Cândido M. e SOMEKH, Nádía – Desenvolvimento Local e Projetos Urbanos. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR – Volume I. Rio de Janeiro: ANPUR, maio/2001. pp.173-184.
- CAVALIERI, Paulo Fernando – “Plano Diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro: possibilidades e limites da reforma urbana”. In: RIBEIRO, L.C.; SANTOS Jr, O. (orgs.), Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. pp. 373-401.
- CHIAVARI, Maria Pace – Rio de Janeiro: preservação e modernidade. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1998.
- CHOAY, Françoise – O Urbanismo – utopias e realidades uma antologia (5ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- COCCO, Giuseppe (Org.) – A cidade estratégica: novas e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro e a impostura do Porto de Sepetiba. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- COMPANS, Rose – A emergência de um novo modelo de urbanismo no Rio de Janeiro: o “urbanismo de resultados”. In: Anais do IV Seminário História da Cidade e do Urbanismo – Volume I. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. pp. 215-223.
- COMPANS, Rose – O paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais nº1. ANPUR, maio/1999. pp. 91-114.
- CORRÊA, Roberto L. – O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.
- DEVILLERS, Christian – Le Projet Urbain en question: continuité et discontinuité. In: La Recherche em Architecture – um bilan international. Marseille: Editions Parenthèses. pp. 35-44.
- DEVILLERS, Christian – Le Projet Urbain. In: Conférences Paris d’Architectes – Pavillon de l’Arsenal 1994. Paris: Editions Pavillon de l’Arsenal. Les Mini PA nº2. pp.07-48.
- DO COSMÓGRAFO AO SATÉLITE: mapas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- DOMINGUES, Álvaro – Política urbana e competitividade. In: Revista Empresa e Território nº23. S/d. pp. 31-42.
- ECO, Umberto – Como se faz uma tese (15ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- FARIAS Filho, José Almir – Qualidade da Forma Urbana em Planos de Ordenamento Espacial: Os Casos dos Bairros da Urca e Barra da Tijuca. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- FERRÁN, Carlos – “O efeito territorial dos “grandes projetos urbanos”. In: Abramo, Pedro (org.) Cidades em transformação: entre o plano e o mercado – experiências internacionais em gestão do uso do solo urbano. Rio de Janeiro: O Autor, 2001. pp. 239-260.

- FIORI, José Luís – 60 lições dos 90 – uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FISCHER, Tania – “Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas: Aprendendo com Fragmentos e Reconfigurações”. In: Fischer, T. (org.) Gestão Contemporânea – Cidades estratégicas e organizações locais (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1997. pp. 13-23.
- HARVEY, David – Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates (Revista de Estudos Regionais e Urbanos), nº 39. Rio de Janeiro, 1996. pp.48-64.
- HARVEY, David – Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural (11ª ed.). São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HOBSBAWN, Eric – Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTON, James – Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- INGALLINA, Patrizia – Le Projet Urbain (Coleção Que sais-je?). Paris: PUF, 2001.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA (Rio de Janeiro, RJ) – Corredor Cultural: como recuperar reformar ou construir seu imóvel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1989.
- JACOBS, Jane – Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção a).
- JORGENSEN Jr., Pedro – Operações Urbanas: uma ponte necessária entre a regulação urbanística e o investimento direto. In: Cadernos de Urbanismo – Operações Urbanas: a articulação público-privada na construção do espaço urbano. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. pp.10-12.
- LAMAS, José M. R. Garcia – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.
- LE CORBUSIER – A Carta de Atenas. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993 (Estudos Urbanos).
- LE CORBUSIER – Urbanismo (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEME, Maria Cristina da Silva (org.) – Urbanismo no Brasil – 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck – Av. Presidente Vargas: uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1990.
- LYNCH, Kevin – A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1999.

MAGALHÃES, Roberto Anderson – A requalificação do Centro do Rio de Janeiro na década de 1990. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 2001. (dissertação de mestrado).

MAGALHÃES, Sérgio – Sobre a Cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro. São Paulo: Pro Editores, 2002.

MANGIN, Davis et PANERAI, Phillippe – Projet Urbain. Collection eupalinos Paris: Éditions Parenthèses, 1999.

MARICATO, Ermínia – “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E., A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 121-192.

MARICATO, Ermínia – Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: Cadernos do IPPUR Ano XI, nº 1 e 2. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997. pp.113-130.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise – Dictionaire de L’Urbanisme et de L’Aménagement. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise – Dictionaire de L’Urbanisme et de L’Aménagement (2ª ed.). Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

MESENTIER, Leonardo – A Renovação Preservadora: Um Estudo sobre a Gênese de um Novo Modelo de Urbanização no Centro do Rio de Janeiro entre 1967 e 1987. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1991. (dissertação de mestrado).

MORRO DA CONCEIÇÃO: da memória o futuro. Rio de Janeiro: Sextante: Prefeitura, 2000.

MOSCATO, Jorge – El proyecto urbano como modo de construcción real de la ciudad. 1990. Mimeo. 4 p.

MOSCATO, Jorge – El rol de la imagen en el proceso de construcción de la ciudad. Foro Internacional – Renovación Urbana: uma alternativa viable para la ciudad del nuevo milênio. Bogotá. 3p.

MOSCATO, Jorge (Entrevista) – Cidade, Cenário e Mito. In: RUA (Revista de Urbanismo e Arquitetura) nº6. Salvador: UFBA. pp.86-93.

OLIVEIRA, Fabrício L. – Grandes Empreendimentos e a Reprodução da Estrutura Urbana: desafios recentes para o planejamento na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997. (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Sônia Azevedo Le Cocq de – Rio de Janeiro: o Modelo de Urbanismo e a Cidade Real. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999. (tese de doutorado).

PANERAI, Phillippe – O Retorno à Cidade. In: Revista Projeto nº 173. São Paulo: abril, 1994. pp.78-82.

PANERAI, Philippe – A Prática do Urbanismo. In: Revista de Urbanismo e Arquitetura nº 6 (Cidades: Desenhos, e Destinos). Salvador: UFBA, julho/dezembro/1996.

PINHEIRO MACHADO, Denise – “Projetos Urbanos e Estruturação do Espaço”. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. (Projeto de Pesquisa).

PINHEIRO MACHADO, Denise – Relatório Técnico-Científico (parcial) da Pesquisa “Projetos Urbanos: Metodologias, Discursos e Práticas”. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2000.

PINHEIRO MACHADO, Denise – Proyectos e Realidades Urbanas. Seminário Internacional “Proyectos de Ciudad Latinoamerica: Arquitectura Urbana y su Gestión. ACFA/Universidad Nacional de Colombia. Abril/2001.

PINHEIRO MACHADO, Denise – Estratégia e Projetos Urbanos: desafios da cidade contemporânea. In: Anais do I Seminário Niterói Eixo 21. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2002. pp. 48-55.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – Preservar, Conservar e Modernizar: um novo paradigma para reabilitação do Centro do Rio. In: www.light.com.br. Rio de Janeiro, 2002 (a).

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – Corredor Cultural: a reabilitação urbana em processo. In: www.light.com.br. Rio de Janeiro, 2002 (b).

PLANO Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-RIO). 1977.

PORTAS, Nuno – Tendências do Urbaismo na Europa – Planos Territorial e Local. In: Revista Óculum nº3. 1992. pp.04-13.

PORTAS, Nuno – “Urbanismo e Sociedade: Construindo o Futuro”. In: Pinheiro Machado, D. e Vasconcellos, E. (orgs.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 1996. pp.30-39.

PORTAS, Nuno – L’emergenza del progetto urbano. In: Revista Urbanística, 110. Roma, giugno/1998. (tradução do texto). 6p.

PORTAS, Nuno – Do Vazio ao Cheio. In: Cadernos de Urbanismo nº2 – Vazios Urbanos e o Planejamento das Cidades. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000.

PORTO DO RIO/ CAU. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

PORTZAMPARC, Christian de – A Terceira Era da Cidade. In: Revista Oculum nº9. agosto/1997. pp. 34-38.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/ Secretaria Municipal de Urbanismo – Plano Diretor Decenal da Cidade. Rio de Janeiro: PCRJ, 1993.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 95/97. Rio de Janeiro: PCRJ: IPP: Sony Music. (CD-Rom).

PRETECEILLE, Edmond – “Cidades globais e segmentação social”. In: RIBEIRO, L.C.; SANTOS Jr, O. (orgs.), Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. pp. 351-360.

REY, Jacques – “Une Nouvelle Maniere de Faire La Ville?”. In: Toussaint, Jean-Yves et Zimmermann, Monique (orgs.) Projet Urbain: Ménager Les Gens, Aménager la Ville. Pierre Mardaga éditeur. 1998. pp.35-47.

REZENDE, Vera F. – “Evolução da produção urbanística na Cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965”. In: LEME, M. C.. (org.), Urbanismo no Brasil – 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAU/USP; FUPAM, 1999. pp. 39-70.

RIO CIDADE: o urbanismo de volta às ruas/ IPLANRIO. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ROLNIK, Raquel – “Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas”. In: RIBEIRO, L.C.; SANTOS Jr, O. (orgs.), Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. pp. 351-360.

ROSSI, Aldo – A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção a).

SALZANO, Edouardo – “Le Projet Urbain et L’Urbaniste”. In: Toussaint, Jean-Yves et Zimmermann, Monique (orgs.) Projet Urbain: Ménager Les Gens, Aménager la Ville. Pierre Mardaga éditeur. 1998. pp.151-157.

SANTOS, Carlos Nelson F. – A cidade como um jogo de cartas. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton – Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal (2ª ed.). Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, Saskia – As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. (Coleção Megalópolis).

SASSEN, Saskia – As Cidade na Economia Global. In: Cadernos de Urbanismo nº1 – A globalização da economia e a vida nas cidades. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural – Rio de Janeiro, uma cidade no tempo. Rio de Janeiro: Diagraphic Projetos Gráfico e Editorias Ltda., 1992.

SILVA, Rachel Coutinho Marques – Urbanismo e legislação urbana face às necessidades da globalização: urbanismo para uma cidade mundial. In: Cadernos de Urbanismo nº1 – A globalização da economia e a vida nas cidades. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SILVEIRA, Carmem B. – Uso Residencial na Área Central do Rio de Janeiro – um estudo na periferia do Centro. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 1995.

SIMÕES Jr. José Geraldo – Revitalização de centros urbanos. In: Revista POLIS nº19. São Paulo, 1994. pp.

SISSON, Rachel – Marcos Históricos e Configurações Espaciais, Um Estudo de Caso: os centros do Rio de Janeiro. In: Arquitetura Revista, nº4. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1986. pp.56-81.

SOLÀ-MORALES, Manuel – La Segunda História del Proyecto Urbano. In: Revista Urbanismo nº 5. Barcelona, 1987. pp.21-24.

SOLÀ-MORALES, Manuel de – “Espaços públicos e espaços coletivos”. In: Os Centros das Metrôpoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

TOMAS, François – “El proyecto urbano com alternativa al urbanismo”. In: Rangel, R. e Tomas, F. La Ciudad y su Diseño. Cidade do México: UAM/IFAL, 1993.

TOMAS, François – “Vers Une Nouvelle Culture de l’Amenagement des Villes”. In: Toussaint, Jean-Yves et Zimmermann, Monique (orgs.) Projet Urbain: Ménager Les Gens, Aménager la Ville. Pierre Mardaga éditeur. 1998. pp.15-34.

TSIOMIS, Yannis – Des savoirs sur la ville pour des projets urbains. In: La Ville – Le Courrier du CNRS n° 81. 1995. pp.134-135.

TSIOMIS, Yannis – “Projeto Urbano, Embelezamento e Reconquista da Cidade”. In: Pinheiro Machado, D. e Vasconcellos, E. (orgs.). Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 1996. pp.24-29

VAINER, Carlos B. – “Pátria, empresa e mercadoria” – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E., A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 75-104.

VAZ, Lilian; SILVEIRA, Carmem B. – A Área Central do Rio de Janeiro: Precepções e Intervenções – uma visão sintética no decorrer do século XX. In: Anais do V Encontro Nacional da ANPUR – Volume I. Belo Horizonte: ANPUR, 1995. pp. 110-122.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola B. – Reflexões sobre o uso da Cultura nos Processos de Revitalização Urbana. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR – Volume II. Rio de Janeiro: ANPUR, maio/2001. pp.664-674.

VICENTINI, Yara – Teorias da Cidade: Reformas Urbanas Contemporâneas. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR – Volume II. Rio de Janeiro: ANPUR, maio/2001. pp.810-822.

Artigos de Jornais

CONDE, Luiz P. (entrevista) – “O Rio merece arquitetos especiais”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 23 de janeiro de 1990. p.6.

CONDE, Luiz P. (entrevista) – Preparar o Rio para o futuro. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 06 de dezembro de 1992. p.13

CONDE, Luiz P. (entrevista) – “O Rio se renova ou acaba”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 30 de julho de 1995. p.12.

CONDE, Luiz P. (entrevista) – “Vou governar com independência”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 16 de novembro de 1996. p.3.

CONDE, Luiz P. (entrevista) – Uma revolução no centro. Jornal O Dia. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1997.p.5.

CONDE, Luiz P. – O Rio de todos nós. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 02 de maio de 1997. Primeiro Cadernos, p.7.

CONDE, Luiz P. – Trincheira dos cidadãos. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 18 de maio de 1997. Primeiro Caderno, p.6.

CONDE, Luiz P. – Ao Rio, amor e idéias. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 29 de junho de 1997. p.6.

CONDE, Luiz P. – O país Rio de Janeiro. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 21 de março de 1998. Primeiro Caderno, p.7.

CONDE, Luiz P. – Cidadania plena. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 14 de abril de 1998. Primeiro Caderno, p.7.

CONDE, Luiz P. – O joio e o trigo. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 09 de junho de 1998. Primeiro Caderno, p.7.

CONDE, Luiz P. – Tony Blair adota o modelo Barcelona. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 31 de julho de 1999. Primeiro Caderno, p.7.

JORNAL DO BRASIL – O Rio de Conde. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 22 de dezembro de 1998. p. 32.

MAIA, César – A privatização das ruas. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1992.

MAIA, César – Descentralização e agitação. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 29 de novembro de 1992.

MAIA, César – As subprefeituras. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 02 de dezembro de 1992.

MAIA, César – Rio: crise e estratégia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 23 de novembro de 1993.

MAIA, César – Coerência e desgaste. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 26 de abril de 1994.

MAIA, César – Rio: cidade contra cidade. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 06 de setembro de 1994.

MAIA, César – Além da aparência lógica. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 07 de outubro de 1994.

MAIA, César – A genética do Rio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 06 de janeiro de 1995.

MAIA, César – Cidade neurótica? Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 10 de março de 1995.

MAIA, César – Poluição, violência e economia. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 25 de fevereiro de 2000.

MAIA, César – Mercado imobiliário no Rio. Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 06 de março de 2001.

Documentos, folhetos e boletins de órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

IPLANRIO (Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A.) – Relatório de Atividades 1997.

IPLANRIO (Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A.) – Relatório de Atividades 1998.

IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos) – Relatório de Atividades 1999.

MB&A Millet, Biosca i Associats – Arena Quinta da Boa Vista – Estudo de Viabilidade.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Informa 1998.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Informa 2000 – Rio de Janeiro a cidade de todos.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ IPLANRIO – Rio Cidade – Ruas livres para os pedestres – Linhas gerais do projeto urbanístico. Rio de Janeiro, outubro/1996.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura/ IPLANRIO – Projeto Tiradentes – Revitalização e Recuperação Urbana. Rio de Janeiro, janeiro/1997.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura – Programa Monumenta/ BID-Cultura Projeto Tiradentes – Solar Barão do Rio Seco. Rio de Janeiro, setembro/ 1998.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Habitação/ Gerência do Programa Novas Alternativas – Projeto de Reabilitação de Cortiços. Rio de Janeiro, setembro/1997.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanismo – Encontro Técnico SMU – por uma outra urbanidade. Rio de Janeiro, maio/1997.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanismo – Pátio Ferroviário de Marítima. Rio de Janeiro, setembro/1997.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanismo/ IPLANRIO – Projeto da Frente Marítima entre a Candelária e Aeroporto Santos Dumont. Rio de Janeiro, agosto/ 1999.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanismo/ Secretaria Municipal de Obras – Projeto SA'S – revitalização do corredor viário formado pelas ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá. (Folder).

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanismo/ Subprefeitura do Centro – Workshop “Desenvolvimento para o Centro do Rio. Rio de Janeiro, julho/ 1997.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ SMU/ IPLANRIO/ CUB – Projeto SA'S – Conceito, Área de Abrangência, Perspectivas. Rio de Janeiro, setembro/1998.

SECRETARIA Municipal de Urbanismo – O Centro do ano 2000. In: Rio Urbanismo nº2. Rio de Janeiro: SMU, janeiro/1998.

SECRETARIA Municipal de Urbanismo – Tributo à cultura e à história do Rio. In: Rio Urbanismo nº4. Rio de Janeiro: SMU, maio/1998.

SECRETARIA Municipal de Urbanismo – Cidade Nova será revitalizada. In: Rio Urbanismo nº11. Rio de Janeiro: SMU, julho/agosto/1998.

SECRETARIA Municipal de Urbanismo – Rio de França têm parceria na área de urbanismo. In: Rio Urbanismo nº8. Rio de Janeiro: SMU, fevereiro/1999

Conferências

TSIOMIS, Yannis – Evolução dos Métodos de Projeto Urbano. (Transcrição feita pelo Grupo de Pesquisa Projetos Urbanos e Cidade – LAPU/PROURB, coordenado pela Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado). Conferência realizada no PROURB/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1997.

BOHIGAS, Oriol – Experiência Urbanísticas em Barcelona. (Transcrição feita pelo Grupo de Pesquisa Projetos Urbanos e Cidade – LAPU/PROURB, coordenado pela Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado). Seminário “Da Política da Cidade ao Projeto Urbano” promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1997.

PORTAS, Nuno – Da Estratégia ao Projeto Urbano – o caso de Lisboa. (Transcrição feita pelo Grupo de Pesquisa Projetos Urbanos e Cidade – LAPU/PROURB, coordenado pela Prof. Denise Barcellos Pinheiro Machado). Seminário “Da Política da Cidade ao Projeto Urbano” promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1997.

Mapas

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ IPLANRIO – Município do Rio de Janeiro – Carta – Imagem de Satélite. Rio de Janeiro, 1995.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanism/ Instituto Pereira Passos – Cidade do Rio de Janeiro – Área Central: uma visão de futuro. Rio de Janeiro, 1999.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanism/ Instituto Pereira Passos – Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

Home Pages

www.rio.rj.gov.br/planoestrategico

www.rio.rj.gov.br/habitacao

www.rio.rj.gov.br/smu

www.rio.rj.gov.br/ipp

www.rio.rj.gov.br/armazemdedados

www.light.com.br

www.archi.fr/sirchal

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.